



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística
Rua Barão de Geremoabo, nº147; CEP: 40170-290 Campus Universitário - Ondina, Salvador - BA
Tel.: (71) 336-0790 / 8754 Fax: (71) 336-8355 E-mail: pgleb@ufba.br



Cenas Indisciplinadas

Vertentes do pensamento crítico contemporâneo na ABRALIC

Iris de Carvalho Sá Hoisel

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Eneida Leal Cunha

SALVADOR
2003



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística
Rua Barão de Geremoabo, nº147; CEP: 40170-290 Campus Universitário - Ondina, Salvador - BA
Tel.: (71) 336-0790 / 8754 Fax: (71) 336-8355 E-mail: pglebta@ufba.br



Cenas Indisciplinadas

Vertentes do pensamento crítico contemporâneo na ABRALIC

Iris de Carvalho Sá Hoisel

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Eneida Leal Cunha

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Letras.

SALVADOR
2003

A
Maurício.
Ao encontro mágico que a vida nos proporcionou.

AGRADECIMENTOS

À professora Dra. Eneida Leal Cunha, a orientação generosa e vigoroso estímulo à atividade acadêmica

A minha mãe, especialmente, presença constante e discreta

À professora Lígia Telles, a atenção e carinho, as primeiras palavras no b-a-bá da Teoria Literária

À professora Antônia Herrera, pelos incentivos esporádicos e intensos

A meu pai, as palavras sábias e confortantes

Ao professor Dr. Wander Melo Miranda e ao professor Dr. Eduardo Faria Coutinho, a gentileza com que me concederam parte do material indispensável ao desenvolvimento desta dissertação

Aos professores do Instituto de Letras, as colaborações singulares e inumeráveis

Aos colegas Virgínia, Jean e Henrique, as angústias e alegrias compartilhadas

A Jesiel, a motivação do entusiasmo intelectual contagiante

A Augusta, Cris e Laís, a solicitude e a paciência

À CAPES, o apoio à pesquisa

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO	7
<i>CAPÍTULO 1</i>	
Poder disciplinar, saber disciplinado	12
<i>CAPÍTULO 2</i>	
Cenários culturais, cenas da crítica: final de 70 e início de 80	33
<i>CAPÍTULO 3</i>	
Vertentes do pensamento crítico contemporâneo na ABRALIC	51
<i>CAPÍTULO 4</i>	
Os congressos da ABRALIC: enfoques e tendências	65
<i>CAPÍTULO 5</i>	
Uma comunidade do dissenso: o debate	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108

ABSTRACT

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RESUMO

Esta dissertação procede a um mapeamento da produção crítica brasileira veiculada nos congressos da Associação Brasileira de Literatura Comparada - ABRALIC –, a partir dos resumos das comunicações propostas para os seis primeiros congressos da Associação, com vistas a dois objetivos. O primeiro consiste na identificação da emergência da crítica cultural contemporânea no âmbito da ABRALIC, o que se observa desde o 1º Congresso. O segundo corresponde à apreciação das forças que mobilizam diferentes partes do debate disciplinar, como consequência da progressiva proeminência da crítica cultural contemporânea no campo dos estudos literários. A leitura, o mapeamento e a classificação dos resumos serviram de base para a análise da atuação de diferentes vertentes críticas nos seis eventos focalizados. De posse dos dados, procedeu-se a uma apreciação da diversidade de abordagens, objetos e horizontes teóricos abrigados sob a rubrica da Literatura Comparada e das diferentes posturas de profissionais da área de Letras diante dessa diversidade.

Palavras-chave: ABRALIC, crítica literária, crítica cultural, debate disciplinar

INTRODUÇÃO

Quase que ao acaso, uma semente dessa dissertação foi lançada ao solo, ainda bastante desértico, da minha vida acadêmica. Coursava o terceiro semestre do curso de Letras, quando participei, em 1998, do 6º Congresso da ABRALIC – Associação Brasileira de Literatura Comparada, em Florianópolis, e me deparei com o caleidoscópio temático que constituía a programação do evento. A imensa diversidade de objetos, temas, títulos, extrapolava bastante as minhas expectativas em relação a um encontro de estudiosos de literatura. Foi então que, entre a surpresa e a curiosidade, o desejo de estudar aquele material, reunido sob a rubrica da Literatura Comparada, parece ter dado os primeiros sinais de sua existência.

O projeto inicial de estudar o material dos congressos da ABRALIC parecia um pouco ambicioso e exigia um recorte, especialmente por se tratar de uma dissertação de mestrado. A idéia de me debruçar em uma leitura vertical de um ou dois dos Anais, entretanto, não me dava a possibilidade de visualizar um conjunto maior de acontecimentos que, a primeira vista, pareciam desaguar na fórmula *Literatura Comparada = Estudos Culturais?*, que definia o temário do 6º Congresso. A sensação de ter participado pela primeira vez de um evento que sucedia outros cinco e que já formulava uma pergunta e suscitava uma polêmica, ou uma provocação, era, nitidamente, de que eu houvera entrado num bonde andando.

Decidi, então, optar por um mapeamento dos resumos das comunicações dos seis primeiros congressos, os quais passaram a constituir o corpus da pesquisa. A amplitude desse material possibilitava depreender as marcas de uma abordagem crítica ainda recente no cenário cultural – resultante do conjunto de transformações que marcaram as décadas de 70 e

80 no país – desde a sua emergência, na ABRALIC, até a formalização do debate disciplinar que a coloca em evidência. Entre *Intertextualidade e Interdisciplinaridade*, tema do 1º Congresso, e *Literatura Comparada = Estudos Culturais?*, tema do 6º Congresso, a crítica cultural contemporânea ocupou progressivo espaço dentro da Associação.

Esse recorte me proporcionaria, também, uma visão panorâmica das produções brasileiras e internacionais, nesses eventos, a partir do que poderiam ser estabelecidos parâmetros de eleição das comunicações publicadas nos Anais, para uma leitura e abordagem crítica posteriores. Vale ressaltar que: 1) como o 5º Congresso, *Cânones e Contextos*, não publicou livro de resumos, recorri ao presidente da Associação quando da realização do evento, professor Eduardo Coutinho, que me concedeu gentilmente o acesso aos arquivos contendo as propostas de comunicações dos congressistas; 2) o primeiro volume dos Anais dos dois primeiros congressos, *Intertextualidade e interdisciplinaridade e Literatura e Memória Cultural*, precisaram ser integrados ao corpus, uma vez que, os títulos que reuniam em mesas redondas e sessões plenárias não constavam no livro de resumos. Embora não integrassem o conjunto do corpus, assim como a Revista Brasileira de Literatura Comparada, os Anais dos seis congressos estudados foram, eventualmente, consultados, chegando, muitas vezes, a determinar o esclarecimento de pontos significativos no texto desta dissertação.

Procedi a uma tarefa de leitura e classificação dos resumos segundo determinados descritores que designam tanto o objeto sob o qual se debruçavam, quanto a abordagem à qual estavam vinculados. Se, por um lado, esse recurso facilitou o trabalho de descrição, por outro, impôs alguns riscos incontornáveis, que precisaram ser atenuados. O primeiro deles corresponde à reunião de trabalhos muito diversos em uma única designação, o que exigiu a criação de um número de descritores que, simultaneamente, atendessem à diversidade dos trabalhos e não comprometesse a função instrumental desse recurso. O segundo, talvez mais problemático, que atinge principalmente a classificação das abordagens, corresponde ao

perigo de incluir, indevidamente, certos títulos em um grupo que não os comporta. Esse risco se deu em resumos que não ofereciam informações suficientes para determinar a abordagem de um trabalho e que, ao mesmo tempo, davam indícios de estarem vinculados a um descritor muito específico, como, por exemplo, COMPARATIVISMO TRADICIONAL. Para atenuar esse problema, só foram submetidos a descritores mais específicos os resumos que davam sinais nítidos de vinculação a uma determinada abordagem.

O objetivo de traçar a emergência de uma vertente da crítica contemporânea que dialoga com a proposta dos chamados Estudos Culturais e que, aos poucos, foi alimentando as turbinas do debate disciplinar no campo dos estudos literários determinou a escolha de três nomes que constituíram as principais balizas da análise: Michel Foucault, por trazer subsídios teóricos tanto para a discussão disciplinar, quanto para a construção de uma história, mesmo que de “curta duração”, da produção crítica na área de Letras, orientada por uma perspectiva genealógica, ou seja pela apreciação das forças em ação e do seu embate; Silviano Santiago, por sua formação e estoque de leitura e pela atuação singular na atual configuração da crítica cultural; Rachel Esteves Lima, pela inestimável contribuição no mapeamento da crítica literária produzida pela universidade brasileira. Cada um desses três nomes predominou em diferentes capítulos da dissertação, embora tenham atravessado todo o texto.

Este trabalho foi dividido em cinco capítulos, numa estrutura em que o primeiro se descola dos outros quatro, que, por sua vez, estão profundamente imbricados. Essa divisão permite uma identificação mais precisa das etapas que constituem o texto. O primeiro deles, intitulado “Poder disciplinar, saber disciplinado” é predominantemente teórico e esboça os traços mais significativos da reflexão de Michel Foucault sobre a disciplina, enquanto termo situado entre os domínios do saber e do poder. Alguns pontos iniciais sobre o campo dos estudos literários são marcados, com base nessas reflexões: as relações estabelecidas entre esse saber e outros saberes que provêm de um mesmo solo epistemológico; as forças que

mobilizam a configuração de um campo disciplinar específico; o intercâmbio atual, nas ciências humanas, entre o dentro e fora das fronteiras disciplinares. Num segundo momento, procede-se a problematização do plano de objetos da literatura, em três momentos de configurações históricas distintas: século XVIII, marcado pelo nacionalismo literário; século XIX, pelo cosmopolitismo e pela emergência do comparativismo; e século XX, pela disseminação da Teoria da Literatura e das correntes literárias nela implicadas.

No segundo capítulo, “Cenários culturais, cenas da crítica”, o investimento no contexto cultural brasileiro do final da década de 70 e início da década de 80 abre a perspectiva da análise para o entendimento de forças que mobilizam as diferentes vertentes críticas. O cenário da fragmentação das esquerdas, das reivindicações políticas não partidárias, da democratização do ensino superior, incita a expressão dos diversos posicionamentos de intelectuais brasileiros em relação às transformações que, segundo Silviano Santiago, marcam o fim de século no Brasil.

Procede-se, no terceiro capítulo, de título “Vertentes da crítica contemporânea na ABRALIC”, à definição dos descritores e, a partir deles, à identificação de algumas vertentes do pensamento crítico contemporâneo que são postas em confronto. Nessa ocasião, são expostos alguns problemas metodológicos em relação à descrição dos resumos – tarefa realizada no capítulo subsequente – e suas possíveis soluções ou atenuações.

O quarto capítulo, “Os congressos da ABRALIC: enfoques e tendências”, corresponde, finalmente, à descrição dos resumos dos cinco primeiros congressos. O 6º Congresso foi deslocado para um capítulo à parte, por promover a formalização do debate disciplinar, um dos temas centrais desta dissertação. Nessa tarefa, lancei mão de alguns descritores, que puderam contribuir com a análise dos transbordamentos das mudanças ocorridas no cenário cultural, para o espaço da Associação. Observou-se, portanto, com que frequência se deu a ocorrência de objetos marginais ao cânone literário e de abordagens

interdisciplinares ou de enfoque cultural, em cada congresso. Nesse primeiro mapeamento, alguns resumos foram escolhidos para ilustrar a descrição, porém a escolha não obedeceu às diferentes posições hierárquicas dos congressistas, contempladas, inclusive, pela programação dos eventos.

A descrição do 6º Congresso, no último capítulo, intitulado “Uma comunidade do dissenso”, funciona como pretexto para a leitura do debate disciplinar além dos limites daquele evento específico. Ao focalizá-lo, uma série de vozes vindas do congresso anterior e da Revista Brasileira de Literatura Comparada impõe-se e marca posicionamentos que ajudam no traçado das diferentes vertentes críticas em embate na Associação.

Em síntese, o caminho que será percorrido na leitura dos capítulos contempla: 1) uma abordagem teórica da disciplina e a problematização do objeto dos estudos literários, 2) a contextualização do cenário cultural na ocasião da emergência de estudos críticos que transpõem os limites disciplinares instituídos, 3) a definição dos descritores e a simultânea apreciação de vertentes do pensamento crítico, 4) a descrição dos congressos da ABRALIC, considerando a ocorrência progressiva de enfoques interdisciplinares e político-culturais, 5) o debate disciplinar.

CAPÍTULO 1 PODER DISCIPLINAR, SABER DISCIPLINADO

A DISCIPLINA: ENTRE A GENEALOGIA E A ARQUEOLOGIA DE MICHEL FOUCAULT

O que é uma disciplina? Tomando essa questão como ponto de partida, este primeiro capítulo tem em seu horizonte a possibilidade de envolvê-la, adentrá-la, subdividi-la para, por fim, arrancar dela algumas possíveis direções que possam balizar o ainda longo percurso desta dissertação. Para tais propósitos, elegi Michel Foucault como tutor que, já de saída, exercendo o seu papel às avessas, nos lança numa encruzilhada.

Estamos exatamente no ponto em que seus dois grandes projetos, a arqueologia e a genealogia, se cruzam de maneira inseparável. Esse ponto corresponde ao conceito de disciplina. Se, por um lado, este conceito atravessa todo um primeiro conjunto de textos que tem como horizonte o saber, recorre-se a ele também em um outro conjunto, sob a mesma rubrica, que tem como horizonte o poder. Não quero inferir com isso a possibilidade de separação da dupla saber/poder¹, mas sublinhar que há uma clara predominância de cada um desses dois itens no projeto arqueológico e no projeto genealógico, respectivamente. O que considero particular no conceito de disciplina é o fato de ele atravessar de forma significativa e com diferentes nuances os dois projetos. Ao projeto arqueológico, ele se liga pela descrição de um procedimento de controle que limita os discursos, dentro de um campo do saber, à observância de um determinado recorte de objeto e a um campo conceitual e instrumental; ao projeto genealógico, ele se liga pela descrição de relações de poder que emergem com a sociedade burguesa.

¹ A dupla saber/poder é resultado de um deslocamento fundamental promovido pelas pesquisas de Michel Foucault. Foucault desvia o olhar de um centro regulador do poder, o Estado, para investir na observação do estreito vínculo entre os exercícios de poder e os múltiplos lugares de formação do saber. Trata-se de uma implicação mútua desses dois termos tão permeáveis entre si.

Antes de entrar nas considerações e reflexões de Michel Foucault sobre a noção de disciplina, sugiro um breve passeio pelo campo semântico habitado por esta palavra. Selecionei as seguintes acepções no verbete ‘disciplina’ em dois dicionários²:

- Ramo do conhecimento; ciência, matéria.
- Conjunto de conhecimentos em cada cadeira dum estabelecimento de ensino.
- Ordem que convém ao funcionamento regular duma organização (militar, escolar etc.).
- Observância de preceitos ou normas.
- Submissão a um regulamento.
- Castigo, penitência, mortificação.
- Cordas correias ou correntes com que frades, devotos, e penitentes se flagelam.

Entre a primeira e a última das acepções selecionadas e assim organizadas propositalmente, observa-se um deslocamento do campo semântico. Se, a princípio, as acepções remetem o significante disciplina ao conhecimento, ao saber, gradualmente elas deslizam para instituições de ensino e passam a referir a regras de funcionamento em instituições em geral, à submissão e, por fim, à idéia de repressão, de punição e de autoflagelação. Algumas palavras-chave permeiam, direta ou indiretamente, todas as acepções: confinamento, ordem, regulamento. Todas elas implicam um limite que deve ser considerado, obedecido ou respeitado. Os dois últimos significados enumerados estão ligados a essas palavras, uma vez que a repressão e o castigo são sempre decorrentes de um excesso, de uma desmedida, de um transbordamento de limites ou de uma falta, uma ausência, um não cumprimento, enfim, para mais ou para menos, sempre decorrem da não observância de uma ordem imposta ou livremente consentida.

O que veremos nas pesquisas de Michel Foucault e, especificamente no decorrer deste capítulo, é como todas essas acepções emaranham suas raízes em um mesmo solo, a partir do século XIX, numa conjugação singular entre o saber e os exercícios de poder. “Mais

² DISCIPLINA. In: Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986; DISCIPLINA. In: Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

especificamente, a partir do século XIX, todo agente do poder vai ser um agente de constituição do saber, devendo enviar aos que lhe delegaram o poder, um determinado saber correlativo do poder que exerce”.³ A disciplina está ligada, portanto, não simplesmente ao saber, mas também aos lugares de poder que o produzem e, ao mesmo tempo, o cerceiam, o controlam.

O que se pretende, em linhas gerais, neste capítulo, é anunciar a emergência de uma forma de poder que é uma das condições de existência da sociedade burguesa enquanto tal: o poder disciplinar; estabelecer relações entre os efeitos desse poder e a emergência de um campo particular do saber: as ciências humanas; para, por fim, trazer a cena algumas questões concernentes ao interesse específico desta dissertação, a saber, o debate disciplinar no campo dos estudos literários.

O PODER: SOCIEDADE DA SOBERANIA E SOCIEDADE DISCIPLINAR

Em um dos textos da coletânea *Microfísica do poder*, resultado do curso do Collège de France em 1976 e intitulado “Soberania e disciplina”, Michel Foucault descreve a passagem de uma organização social cujo poder se sustentava na idéia de soberania, legitimada pelo discurso do direito, para uma organização social em que a soberania e o discurso do direito não são mais os lugares exclusivos de legitimação do poder. Esta nova forma de organização social terá como condição de possibilidade uma associação de dois mecanismos de poder: a soberania e a disciplina.

Segundo Foucault, o objetivo de seus estudos genealógicos, desde a década de setenta, foi investigar “os mecanismos existentes entre dois pontos de referência, dois limites: por um lado, as regras de direito que delimitam formalmente o poder e, por outro, os efeitos

³ MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder: introdução. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. XXIV.

de verdade que este poder produz, transmite e que, por sua vez, reproduzem-no”⁴. Trata-se de entender como se articulam os vértices do triângulo ‘poder, direito e verdade’, que, na sociedade disciplinar, ganham uma organização especial, ou melhor, trata-se de percorrer o campo das “regras de direito, mecanismos de poder e efeitos de verdade”.⁵

Em primeiro lugar, destaca-se do texto um dado fundamental para entender a articulação dos três termos na sociedade disciplinar: desde a Idade Média, o papel central da teoria do direito é fixar a legitimidade do poder. O edifício jurídico ocidental constituiu-se essencialmente em torno do poder real a fim de atestar o direito fundamental e soberano do rei e, também, para mostrar a que regras de direito este deveria se submeter para conservar a legitimidade do seu poder. Enfim, afirmar que a soberania é o problema central do direito nas sociedades ocidentais, segundo Foucault, é afirmar que “o discurso e a técnica do direito tiveram basicamente a função de dissolver o fato da dominação dentro do poder para, em seu lugar, fazer aparecer duas coisas: por um lado, os direitos legítimos da soberania e, por outro, a obrigação legal da obediência”.⁶ É assim que Foucault propõe inverter a direção da análise do discurso do direito nos últimos anos de seu projeto. No lugar da soberania e da obediência, ele traz ao palco a dominação e a sujeição. O direito deixa de ser visto como um sistema que assegura uma ordem legítima e reconhecida, por isso obedecida, para ser visto como um mecanismo de dominação que desencadeia um procedimento de sujeição⁷.

A emergência de uma nova mecânica do poder, o poder disciplinar, a partir dos séculos XVII e XVIII, funciona como instrumento fundamental do capitalismo industrial e da

⁴ FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 179.

⁵ Idem. p. 180.

⁶ FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. p. 181.

⁷ Para entender como, desde a sua emergência, o Estado, enquanto forma de poder que transcende o corpo social e que o controla de fora, mobilizou forças de dominação e sujeição o texto de Pierre Clastres “A sociedade contra o Estado” é esclarecedor. A leitura do texto leva a conclusão de que o Estado, nas sociedades ‘primitivas’ entendidas como sociedades sem Estado, surge pela vontade de poder, pela dominação e pela sujeição, não pela necessidade de seus súditos, pelo reconhecimento de seu poder legítimo e pela obediência. CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. In: *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

sociedade burguesa, que possibilita o crescimento simultâneo das forças dominadas, que são forças de trabalho⁸, e da eficácia das forças dominantes. O que ocorre é uma sofisticação e uma democratização⁹ dos mecanismos de poder, que passam a atuar por meio de sistemas de vigilância e coerção, não mais sobre a terra e seus produtos, – como atuou a soberania na sociedade feudal – mas sobre os corpos e seus atos. Enquanto a teoria da soberania se voltava para a extração dos bens e das riquezas, a mecânica do poder disciplinar se volta para o trabalho. Daí a intervenção sobre o corpo por meio de um controle minucioso dos gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos.

Segundo Foucault, a teoria jurídico-política da soberania desempenhou quatro papéis: como mecanismo de poder da monarquia feudal; como instrumento e justificativa das monarquias administrativas ou nacionais; como arma que circulou entre os campos político e religioso, durante os séculos XVI e XVII, tanto para reforçar como para limitar o poder real, e, finalmente, no século do Iluminismo, como instrumento para a construção de um modelo contra as monarquias administrativas, autoritárias e absolutas. Desde a emergência do poder disciplinar, portanto, a teoria da soberania não deixou de existir, organizando os grandes códigos jurídicos, por dois motivos:

Por um lado, ela foi, no século XVIII e ainda no século XIX, um instrumento permanente de crítica contra a monarquia e todos os obstáculos capazes de se opor ao desenvolvimento da sociedade disciplinar. Por outro lado, a teoria da soberania e a organização de um código jurídico nela centrado permitiram sobrepor aos mecanismos da disciplina um sistema de direito que ocultava seus procedimentos e técnicas de dominação, e garantia o exercício dos direitos soberanos de cada um através da soberania do Estado.¹⁰

A teoria da soberania precisava, portanto, estar presente nos códigos jurídicos para camuflar as coerções disciplinares enquanto exercício efetivo do poder. Assim, as instituições

⁸ “O corpo só se torna força de trabalho quando trabalhado pelo sistema político de dominação característico do poder disciplinar.” MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder: introdução. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. XIX.

⁹ Democratização, no sentido de que o poder disciplinar se multiplica e no sentido de que ele se situa no nível do próprio corpo social, e não acima dele.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. p. 188.

disciplinares – clínicas, hospitais, presídios e até fábricas – funcionam como “aparelhos do Estado”.¹¹ Nas sociedades modernas, os poderes se exercem entre “um direito público da soberania e o mecanismo polimorfo das disciplinas”.¹² O que significa dizer que os poderes são exercidos em níveis variados, podendo estar integrados ao Estado, num nível *macro*, ou de dentro do corpo social, preservando uma relativa autonomia em relação a ele.

O que Michel Foucault chamou de microfísica do poder é uma proposta de análise que se volta para os micro-poderes, exercidos de dentro do corpo social e que podem ter uma relação de dependência ou autonomia em relação ao Estado. Foucault faz a ressalva de que a disciplina não permanece na sombra da soberania, mas constrói o seu próprio discurso: “são criadoras de aparelhos de saber e de múltiplos domínios de conhecimento”.¹³ Nesse ponto, percebe-se como está em curso um deslocamento de sentido do termo disciplina que, gradualmente, passa de mecanismo de poder para lugar de formação do saber. Tem-se aqui, portanto, o terceiro vértice do triângulo: os *efeitos de verdade*, produzidos pelos discursos do saber. Estes efeitos vão atuar com as *regras de direito*, sustentadas pela teoria da soberania, e com os *mecanismos de poder*, que resultam da combinação dos dois outros vértices, o que, de maneira sintética se traduz por: “regras de poder e poder dos discursos de verdade”.¹⁴

O SABER/PODER

Chega-se ao ponto principal da análise, onde o saber se introduz para amparar o poder disciplinar, assim como a lei amparou e ampara o poder soberano. Françoise Châtelet

¹¹ Trata-se de um conceito marxista que define os dispositivos do Estado para o exercício do poder. Estes dispositivos podem ser tanto ideológicos, quando funcionam por meio do “adestramento”, ou da disciplina, quanto repressivos, quando funcionam por meio da repressão. É importante fazer a ressalva de que este conceito encontra-se em suspenso na concepção de poder para Foucault, porque não dão conta do seu campo de exercício e de funcionamento.

¹² FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. p. 189.

¹³ Idem. p. 189.

¹⁴ Idem. P. 180.

sintetiza esse casamento dizendo que o poder é um exercício e o saber, o seu regulamento.¹⁵ O código veiculado pela disciplina não será o código da lei, mas um código construído nos lugares de formação do saber, que se baseia em regras “naturais”, em normas, em normalizações.¹⁶

As normas são produzidas do interior de uma instituição disciplinar e nem sempre coincidem e cada vez mais se chocam com a lei soberana. Ela é o instrumento fundamental da multiplicação dos centros de poder/saber no corpo social, sem os quais o exercício do poder disciplinar ficaria vinculado ao poder soberano. A capacidade de reprodução das normas, nas múltiplas instituições disciplinares, é infinita. Ela não se encontra prescrita num código, não precisa, necessariamente, de legitimidade jurídica para ser aplicada e tem um enorme potencial de se metamorfosear e se reproduzir em novas normas. É somente graças a ela que a disciplina pode funcionar como uma “anatomia política do detalhe” que atua sobre o indivíduo através de um sistema de micro penalidades. Segundo Foucault, esse sistema controla “o tempo (atrasos, ausências, interrupção do trabalho), a atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), a maneira de ser (falta de polidez, desobediência), os discursos (tagarelice, insolência), o corpo (atitudes incorretas, gestos impróprios), a sexualidade (imodéstia, indecência)”.¹⁷ Não seria essa *natureza* da norma já o motor da futura sociedade de controle, prevista por Deleuze?¹⁸

¹⁵ CHÂTELET, Françoise *et alli*. *História das idéias políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 374.

¹⁶ FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. p. 189.

¹⁷ Michel Foucault, citado por CHÂTELET, Françoise *et alli*. Op. Cit. p. 376.

¹⁸ As sociedades de controle sucedem à crise dos meios de confinamento das sociedades disciplinares e caracterizam-se por funcionar não mais por *moldes* (confinamentos), mas por *modulações*, moldagem auto-deformante que muda a cada instante. A moldagem propicia o controle fora dos limites do confinamento. Não mais a imagem do panopticon, que Foucault evoca de Jeremias Bentham, encerrado nos limites de uma prisão ideal, o panopticon das sociedades de controle deve ver além dos muros de uma Alcatraz. DELEUZE, Gilles. Sobre as sociedades de controle. In: *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. Para Roberto Machado, a disciplina não depende, necessariamente, dos limites do confinamento, coincidindo com as sociedades de controle de Deleuze. O que Deleuze chama de sociedade de controle continua sendo, para Roberto Machado, sociedade disciplinar. O poder disciplinar, para ele, “nem é um aparelho, nem uma instituição, na medida em que funciona como uma rede que as atravessa sem se limitar a suas fronteiras”. A sua descrição do panopticon de Bentham é de um olho invisível que deve impregnar quem é vigiado a ponto deste adquirir de si mesmo a visão

Há, todavia, um domínio do saber em que a norma adquire o estatuto de objeto e a partir do qual ela extrai, de forma eficiente, toda a sua potencialidade e rentabilidade: trata-se do domínio das ciências humanas e, especialmente, da psicologia. Segundo Foucault, o discurso veiculado pela disciplina terá como horizonte teórico o domínio das ciências humanas e não o edifício do direito¹⁹. As condições de possibilidade externas das ciências humanas são encontradas na zona de confronto situada entre o poder soberano e o poder disciplinar. A organização do direito pela soberania e o mecanismo das coerções empreendido pelas disciplinas promoveram a individualização do sujeito e a invenção do homem. Deleuze encontra, nas sociedades disciplinares, dois pólos: “a assinatura que indica o *indivíduo*, e o número de matrícula (*registro civil, RG, carteira de identidade*), que indica sua posição numa *massa*”.²⁰ O poder civil, segundo ele, converte-se em ‘pastor laico’, distinguindo, com um duplo cuidado, tanto o rebanho, quanto cada um dos animais. Enquanto o Estado, apoiado pela teoria da soberania e pelo sistema judiciário, dá conta do *rebanho*, reunindo os sujeitos num único corpo social, a disciplina dá conta de *cada um dos animais*, atuando sobre seus corpos e constituindo-os enquanto indivíduos. O trecho abaixo, destacado da introdução de Roberto Machado à edição brasileira da *Microfísica do poder*, explica a individualização do sujeito pelo poder disciplinar:

Atuando sobre uma massa confusa, desordenada e desordeira, o esquadramento disciplinar faz nascer uma multiplicidade ordenada no seio da qual o indivíduo emerge como alvo de poder. O nascimento da prisão, por exemplo, em fins do século XVIII, não representou uma massificação com relação ao modo como anteriormente se era encarcerado. O isolamento celular – total ou parcial – é que foi ao contrário, a grande inovação dos projetos e das realizações de sistemas penitenciários. O nascimento do hospício também não destruiu a especificidade da loucura. Antes de Pinel e Esquirol é que o louco era um subconjunto de uma população mais vasta, uma região de um fenômeno não só mais amplo e englobante, mas que lhe determina a configuração como desrazão. É o hospício que produz o louco como doente mental, personagem individualizado a partir da instauração de relações disciplinares de poder. E antes mesmo da constituição das ciências

de quem olha. MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder: introdução. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. XIX e XX.

¹⁹ FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. p. 189.

²⁰ DELEUZE, Gilles. Sobre as sociedades de controle. In: *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 222.

humanas, no século XIX, a organização das paróquias, a institucionalização do exame de consciência e da direção espiritual e a reorganização do sacramento e da confissão, desde o século XVI, aparecem como importantes dispositivos de individualização. Em suma, o poder disciplinar não destrói o indivíduo; ao contrário, ele o fabrica. O indivíduo não é o outro do poder, realidade exterior, que é por ele anulado; é um de seus mais importantes efeitos.²¹

Essa é uma das principais teses da genealogia: “o poder é produtivo de individualidade. O indivíduo é uma produção do poder e do saber”.²² Daí advém a grande importância estratégica do poder disciplinar: desempenhar um papel positivo, no sentido de que produz a individualidade, tal como é concebida na modernidade. Esta mecânica do poder está marcada menos pela negatividade, pelo que se subtrai, do que pela positividade, pelo que se soma, se acrescenta, se cria, não havendo nisso nenhum juízo de valor.

Vimos, até agora, as condições de possibilidade externas²³ da individualização do sujeito como produção do poder. Vimos a partir de que relações de forças o homem, enquanto figura singular, individualizada, aparece pela primeira vez na história, ou seja, vimos o aparecimento ou, como prefere Foucault, a invenção do homem e das ciências humanas na perspectiva do poder. Agora, lanço-me numa segunda tarefa: cercar a emergência dessas ciências na perspectiva do saber.

Gilles Deleuze sintetiza as definições de poder e saber, no que há de fundamentalmente diferente neles, de forma bastante esclarecedora. O poder se define por relações de forças e o saber se define por relações de formas. A materialidade do saber remete a matérias formadas, estratificadas em camadas ou segmentos relativamente rígidos. O poder, ao contrário, mobiliza matérias não-estratificadas e segmentações flexíveis.²⁴ São, portanto, materialidades de naturezas diversas. Interessa agora, prioritariamente, o saber em sua

²¹ MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder: introdução. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. XXI e XXII.

²² Idem. p. XXI.

²³ Essas condições de possibilidade externas são externas aos saberes enquanto positivities, embora sejam imanentes a eles, pois não são um efeito ou resultante, tampouco causa. Situam os saberes como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente política.

²⁴ DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 81.

positividade, em sua existência material estratificada, em sua relação com outros saberes, com outras materialidades discursivas e não com as forças extradiscursivas, mobilizadas pelas relações de poder.

SABER E DISCIPLINA

Antes de iniciar uma incursão pela arqueologia das ciências humanas, deve ficar clara a distinção entre saber e disciplina que, embora grande e evidente, não foi explicitada até o momento. Em seu projeto arqueológico, especialmente em *As palavras e as coisas*, Foucault trabalha com as formações discursivas no nível do saber. O saber é “um conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensável à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar”.²⁵ Há, portanto, saberes que são independentes das ciências²⁶, de critérios de cientificidade, e também de disciplinas instituídas, mas não há saber sem uma prática discursiva definida. A disciplina é um ‘saber disciplinado’, uma institucionalização do saber, que, todavia, não consegue encerrá-lo em seus limites.

Em *A ordem do discurso*,²⁷ Foucault toma a disciplina como um procedimento de controle e não apenas como um ramo do conhecimento cuja existência, fora do discurso, se revelou num dado momento da história. Enquanto procedimento de controle do sujeito, exercido no próprio discurso – ao lado da doutrina, do ritual, dos sistemas educacionais etc., – a disciplina está, inevitavelmente, ligada ao poder que permeia práticas discursivas e que

²⁵ FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 206.

²⁶ Destas se ocupam a epistemologia e aí reside a diferença fundamental entre a arqueologia e a epistemologia. Enquanto a primeira se ocupa dos saberes sem se preocupar com a sua cientificidade, a segunda se ocupa dos saberes que obedecem a determinados critérios formais e que são definidos como ciência.

²⁷ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 7 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 29-36.

confina, limita o discurso a certo número de procedimentos. Trata-se de um conjunto de objetos, métodos, proposições falsas e verdadeiras, definições, técnicas e instrumentos que se organizam em complexos códigos, capazes de formular proposições infinitamente, embora num jogo restrito de possibilidades discursivas. Constitui-se, pois, num confinamento, cujos limites dão lugar a uma re-atualização permanente das regras.

Apesar de permitir a criação de um número infinito de proposições verdadeiras e falsas em seu interior, a disciplina possui um exterior habitado por todas aquelas proposições que, não tendo se dirigido a um determinado plano de objetos e não tendo se inscrito em um certo horizonte teórico, foram jogadas para fora de seu campo disciplinar. Toda disciplina possui um exterior que abriga, segundo Foucault, uma teratologia do saber. Trata-se de proposições ‘monstruosas’ que, verificáveis ou não, verdadeiras ou falsas, não encontram abrigo em nenhum desses espaços cuidadosamente reservados às proposições disciplinadas: o interior disciplinar.

Dessa teratologia do saber, das pseudociências, de tudo que habita esse exterior disciplinar, a análise arqueológica se ocupa, não estabelecendo distinção entre o que está fora e o que está dentro. Segundo Foucault, as disciplinas, em seu desdobramento manifesto, podem, no máximo, servir de isca para a descrição das positivities, mas não lhes fixam os limites: não lhes impõem recortes definitivos, não se encontram inalteradas no fim da análise e não se pode, portanto, estabelecer relação biunívoca entre as disciplinas instituídas e as formações discursivas.²⁸

O SABER: ARQUEOLOGIA DAS CIÊNCIAS HUMANAS

Em *As palavras e as coisas*, Michel Foucault dedica-se a fazer uma análise arqueológica das ciências humanas, focalizando a sua inter-relação com diversos saberes

²⁸ FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 202.

resultantes de uma fragmentação do campo epistemológico, a partir do século XIX. Diferente da época clássica, a episteme moderna não se caracteriza por “uma sucessão de conhecimentos descendentes cada vez mais carregados de empiricidade”,²⁹ mas por “um espaço volumoso e aberto segundo três dimensões”.³⁰ Essas dimensões, que formam a figura do “triedro dos saberes”, são ocupadas pelas ciências matemáticas e físicas, pelas ciências empíricas (biologia, economia e lingüística) e pela filosofia moderna. Todos esses saberes são como arestas do triedro, que desenham entre si planos comuns.

As ciências empíricas e a filosofia moderna, enquanto saberes que definem suas positivities na modernidade, são condições de possibilidade das ciências humanas. Embora não sejam consideradas ciências humanas, as ciências empíricas têm como objetos a vida, o trabalho e a linguagem, que manifestam atividades humanas, tendo portanto como objeto o homem, enquanto sujeito que vive, trabalha e fala. A filosofia moderna, por sua vez, apresenta o homem como sujeito do conhecimento, a partir de um deslocamento operado por Kant que, em desacordo com a filosofia clássica, não procura uma harmonia entre sujeito e objeto, uma vez que é o próprio sujeito que legisla e constitui o objeto. Assim, pela primeira vez, o homem aparece como objeto e como sujeito do conhecimento e como ser empírico e transcendental, o que vai constituir, para Foucault, o *a priori*³¹ histórico das ciências humanas.

Não é possível encontrar, em nenhuma das dimensões do triedro epistemológico desenhado por Foucault, as ciências humanas. Elas não se localizam na superfície dessa figura geométrica, nem em suas arestas, mas em constante relação com suas três dimensões, o que lhes confere uma complexidade de configuração epistemológica que pode explicar “a sua

²⁹ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Lisboa: Portugalia Editora, 1966. p. 450.

³⁰ Idem. p. 450.

³¹ Por *a priori* histórico, Foucault entende as condições de realidade para os enunciados, como um conjunto transformável, e não fixo, de condições que definem uma determinada prática discursiva. Essas condições não estão fora do plano da história, mas são elas mesmas históricas, são condições reais de discursos reais e não de verdades que poderiam nunca ser ditas. O *a priori* histórico de Foucault se distingue do *a priori* formal de Kant diante dos quais o primeiro é uma figura puramente empírica, positiva. FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 146-7.

precariedade, a sua incerteza como ciência, o seu caráter sempre derivado e secundário”.³²

Dentre as três dimensões com as quais as ciências humanas mantêm relação, a dimensão em que se situam as ciências matemáticas e físicas é, ao contrário do que comumente vem sendo pensado, a que menos interfere na sua definição, porque a relação com essas ciências não é constitutiva das ciências humanas em sua positividade. Já as outras duas dimensões estabelecem com as ciências humanas uma relação mais problemática, justamente porque funcionam como seus saberes constitutivos, saberes que estão em relação direta com a definição de sua positividade e que, portanto, têm em seus domínios fronteiras muito tênues e vizinhas a essas ciências. Por tomar como objetos a vida, o trabalho e a linguagem, as ciências empíricas (biologia, economia ou lingüística) podem, inclusive, ser confundidas com essas ciências, embora nenhuma delas possa ser tomada por ciência humana. O que define as ciências humanas em relação a esses saberes é que elas tomam como objeto não o homem enquanto ser que vive, trabalha e fala, mas como ser que, vivendo, trabalhando e falando, produz a representação da vida, do trabalho e da linguagem. O objeto das ciências humanas é, portanto a representação.³³

Vê-se que as ciências humanas não são a análise do que o homem é por natureza, mas antes uma análise que se estende entre o que o homem é na sua positividade (vivendo, trabalhando, falando) e o que permite a esse mesmo ser saber (ou procurar saber) o que é a vida, em que consiste a essência do trabalho e as suas leis e de que maneira ele pode falar. As ciências humanas ocupam, portanto, a distância que separa (não sem as unir) a biologia, a economia, a filologia, do que lhes dá possibilidade no próprio ser do homem. [...] As ciências humanas não tratam a vida, o trabalho e a linguagem do homem onde estes se oferecem na maior transparência, mas sim nessa camada das condutas, dos comportamentos, das atitudes, dos gestos já feitos, das frases já pronunciadas ou escritas, no interior da qual eles foram dados antecipadamente de uma primeira vez aos que agem, se comportam, trocam, trabalham e falam.³⁴

³² FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Lisboa: Portugal Editora, 1966. p. 452.

³³ A representação, enquanto objeto das ciências humanas, não é uma herança da representação, tal como era analisada pelo saber da época clássica. “A representação não dá mais um conhecimento das empiricidades; ela se mantém no exterior desses objetos a partir de que essas empiricidades existem referidas ao homem”.

MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981. p. 144.

³⁴ FOUCAULT, Michel, *op. cit.*, p. 459-60

As ciências humanas ocupam-se, então, da maneira como o homem constrói de si e para si representações. É por esse motivo que, em seu domínio, sujeito do conhecimento e objeto se confundem. É também por esse motivo que elas estão, em relação às ciências empíricas, ciências em que o ser humano é dado como objeto, numa situação de duplicação.

As ciências humanas ocupam três regiões epistemológicas que resultam de sua relação com cada um dos saberes sobre o homem. Da biologia resulta a região psicológica, da economia resulta a região sociológica e da lingüística nasce a região que se ocupa dos estudos das literaturas e dos mitos, de todas as manifestações orais e de todos os registros escritos. Alguns modelos constituintes, ou categorias capazes de agrupar conceitos, ligam-se a cada uma dessas regiões. À região psicológica, liga-se o par conceitual da *função* e da *norma*, à região sociológica, o par conceitual do *conflito* e da *regra*, à região de projeção da linguagem, o par da *significação* e do *sistema*. Esses modelos constituintes são capazes de organizar todo espaço da representação e, por isso, não permanecem ligados a apenas uma dessas regiões, sendo que o privilégio de um deles definirá arqueologicamente a psicologia, a sociologia e o estudo da literatura e dos mitos.

É assim que todas as ciências humanas se entrecruzam e podem sempre interpretar-se umas às outras, que as suas fronteiras se apagam, que as disciplinas intermediárias e mistas se multiplicam indefinidamente, que o seu objeto próprio acaba mesmo por se dissolver. Mas, qualquer que seja a natureza da análise e o domínio ao qual ela se aplica, dispõe-se de um critério formal para saber o que é do nível da psicologia, da sociologia, ou da análise das linguagens; é a escolha do modelo fundamental e a posição dos modelos segundos que permitem saber em que momento se ‘psicologiza’ ou se ‘sociologiza’ no estudo das literaturas e dos mitos, em que momento se faz, em psicologia, decifração de textos ou análise sociológica. Mas esta sobreposição de vários modelos não é um defeito de método. Só há defeito se os modelos não forem ordenados e explicitamente articulados uns com os outros.³⁵

Ao focalizar a atenção no nosso campo do saber, é possível ouvir, na atual e crescente incerteza das fronteiras disciplinares dos estudos literários, o eco do trecho destacado acima. O

³⁵FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Lisboa: Portugal Editora, 1966. p. 465.

que se faz perceber, na descrição arqueológica de Michel Foucault, é uma precariedade constitutiva desses saberes, móveis, inter-relacionáveis e de fronteiras tênues e cambiantes. Cabe destacar aqui que – embora tenham sido relacionados, em muitas instituições superiores de ensino, ao campo das artes ou ao lugar intermediário entre as artes e as ciências humanas – os estudos literários pertencem, de fato, às ciências humanas. Resultam da relação com a lingüística, enquanto ciência empírica da modernidade, e tomam como objeto, em sentido amplo, traços verbais deixados pelo homem.

Esse sentido amplo do objeto dos *estudos da literatura e dos mitos*, que marca a emergência de um campo do saber voltado, especificamente, para o estudo da literatura³⁶, encontra-se em dissonância com as sucessivas tentativas de definições mais estreitas do literário, nesse campo. Esses estudos filiam-se à filologia do século XIX, enquanto saber que se ocupa de um amplo repertório discursivo, tendo como horizonte delinear diferentes especificidades culturais. É por esse viés que Aberto Moreiras percebe nos Estudos Culturais um retorno à fonte filológica.³⁷ Ambos têm em comum a exploração de um mesmo território: a cultura. Diante dessas assertivas e levando em consideração a perturbação e o desconcerto que esses estudos provocam ao se posicionarem lado a lado com os estudos literários, a pergunta é inevitável: de onde vem a ansiedade dos estudos literários contra a ‘contaminação’ pelos Estudos Culturais, se provêm ambos de um mesmo solo epistemológico e, mais especificamente, de um mesmo saber?

O OBJETO LITERÁRIO

É tomando essa questão como pretexto que iniciarei uma análise indispensável à reflexão sobre a disciplinaridade no campo dos estudos literários. Trata-se da problematização

³⁶As primeiras considerações sobre a ‘poesia’, designando tanto a tragédia, quanto a epopéia, às quais os estudos literários vieram a se filiar posteriormente, aparecem no âmbito filosófico, em Platão e Aristóteles.

³⁷ MOREIRAS, Alberto. *A exaustão da diferença: a política dos Estudos Culturais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p. 15.

do objeto ‘literatura’, levando em consideração as suas diversas acepções em contextos culturais distintos. O primeiro passo em direção a uma possível resposta para a pergunta acima está na preocupação dos estudos literários em desenhar um plano de objetos que garanta a sua especificidade e, conseqüentemente, no estreitamento da noção de literatura. A amplidão do conceito clássico de literatura enquanto “belas-letras”, as quais compreendem indistintamente todas as publicações, tudo que contém uma biblioteca, não atende à necessidade desses estudos de se definirem enquanto disciplina, no que diz respeito à delimitação de um objeto específico. Na sua acepção mais ampla, o objeto desses estudos pode ser confundido com o objeto de campos afins, tais como a sociologia e a história.

Segundo Antoine Compagnon:

No sentido mais amplo, literatura é tudo que é impresso (ou mesmo manuscrito), são todos os livros que a biblioteca contém (incluindo-se aí o que se chama literatura oral, doravante consignada). Essa acepção corresponde à noção clássica de ‘belas-letras’ as quais compreendiam tudo o que a retórica e a poética podiam produzir, não somente a ficção, mas também a história, a filosofia e a ciência, e, ainda, toda a eloquência. Contudo, assim entendida, como equivalente à cultura, no sentido que essa palavra adquiriu desde o século XIX, a literatura perde sua ‘especificidade’: sua qualidade propriamente literária lhe é negada. (...) No sentido restrito, a literatura (fronteira entre o literário e o não literário) varia consideravelmente segundo as épocas e as culturas.³⁸

Para evitar essa amplitude, restringe-se o conceito de literatura na modernidade, tomando como principal instrumento o duplo gesto platônico de distinção e seleção.³⁹ Dentre os traços verbais, distinguem-se os que podem ser considerados literatura dos que não podem e seleciona-se, segundo diferentes critérios – a depender do contexto – a literatura. Esses critérios funcionam tanto como instrumento que assegura a demarcação do campo disciplinar da literatura, pela restrição do seu objeto, quanto como traço distintivo e, portanto, excludente

³⁸ COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 32-32

³⁹ DELEUZE, Gilles. Platão e o simulacro. In: *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1974. Deleuze retoma o projeto nietzscheano de reversão do platonismo, que consiste em expor a motivação do projeto platônico, qual seja, uma vontade de distinguir, selecionar e excluir. Essa vontade se encontra mascarada por toda uma tradição do pensamento ocidental que entende o gesto platônico como “busca da verdade”, recalçando a vontade de excluir pelo estabelecimento de linhagens e hierarquias.

e hierarquizante, em relação ao valor estético.

É fundamental fazer uma ressalva quanto à delimitação do literário: o recorte do objeto se fez pela separação entre as esferas do ficcional e do histórico, ainda no século XV. Só bem mais tarde, o campo disciplinar se forma. Inicialmente, essa separação se deu como resultado de um processo de secularização, que impôs a necessidade de se afirmar a palavra verdadeira da história, em detrimento da palavra ornada da retórica cristã. No século XVI, a necessidade de distinguir o discurso ficcional do não ficcional é motivada pela moralidade, que condena os livros prejudiciais na formação do sujeito. O conhecimento da subjetividade e o desenvolvimento da imprensa vão promover uma censura generalizada ao discurso ficcional, que passa a representar uma ameaça à verdade e à formação do sujeito, devendo, por isso, ser distinguido dos demais, por meios pedagógicos. Em linhas muito gerais, esse é o desenvolvimento pouco enobecedor da especificidade do literário, segundo o estudo de Luis Costa Lima, no texto “História e viagem de um veto”.⁴⁰

No século XVIII, a delimitação do objeto literário funcionou como estratégia de veiculação dos ideais burgueses de construção do Estado Nacional. Assim, a acepção de literatura estava restrita não só, pela forma, à prosa romanesca e dramática e à poesia lírica, mas também, às suas relações com a formação da nacionalidade. O cânone moderno afirma, em oposição aos padrões de universalidade clássica, a “relatividade histórica e geográfica do bom gosto”,⁴¹ sendo composto por escritores comprometidos com a construção da nacionalidade, e tendo como respaldo o apoio das instituições de poder e de saber implicadas nesse projeto.⁴²

⁴⁰ LIMA, Luis Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986. p. 17-67

⁴¹ COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p 32.

⁴² REIS, Roberto. Cânon. In: José Luis Jobim (org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992. O texto é uma análise da construção do cânone literário no Brasil em suas relações com as diversas instâncias de poder e de saber, tais como o segundo reinado, os proprietários de terra, as academias, os jornais e as universidades.

O nacionalismo literário, que predominou na Europa durante o século XVIII, deparou-se, no século seguinte, com um forte sentimento de cosmopolitismo, de liberalismo, de generosidade.⁴³ Esse clima oferece as condições de emergência da Literatura Comparada. Essa disciplina constitui-se e alimenta-se, portanto, de uma motivação universalizante, em contraposição as reivindicações nacionalistas, relacionadas aos ideais anti-humanistas de superioridade étnica. Nos contextos literários ditos periféricos, entretanto, não há incompatibilidade entre literaturas nacionais e literatura comparada.⁴⁴ Processa-se, nesses contextos, um deslocamento tanto em relação ao nacionalismo literário, quanto em relação ao cosmopolitismo comparatista. Tomando uma assertiva de Goethe – considerado como um dos idealizadores do sentido de universalidade no século XIX – como pretexto, Homi Bhabha, no texto “Locais da Cultura”, atribui um outro significado à idéia de literatura mundial. Segundo ele: “Goethe sugere que a possibilidade de uma literatura mundial surge da confusão cultural ocasionada por terríveis guerras e conflitos mútuos”.⁴⁵ Estes deixaram as marcas da alteridade que, “inconscientemente (as nações) adotaram” e que provocariam “necessidades intelectuais antes não reconhecidas”.⁴⁶

O fato de Goethe trazer para o plano do inconsciente as experiências culturais de uma nação abre, segundo Bhabha, uma perspectiva de leitura de casos mais complexos em que a experiência de marcas da alteridade é vivida pela imposição de idéias estrangeiras, representações culturais e estruturas de poder. Nesse sentido, a literatura mundial seria “uma categoria emergente, prefigurativa, que se ocupa de uma forma de dissenso e alteridade cultural onde termos não consensuais de afiliação podem ser estabelecidos com base no

⁴³ BRUNE, Pierre, PICHOS, Claude, ROUSSEAU, André-Michel. *Que é Literatura Comparada?*. São Paulo: Perspectiva; EDUSP; Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1990. (Coleção Estudos; 115)

⁴⁴ COUTINHO, Eduardo Faria. Do uno ao diverso: breve histórico crítico do comparativismo. *Organon: Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 10, n. 24, 1996. p. 32

⁴⁵ BHABHA, Homi. Locais da cultura. In: *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 32-33

⁴⁶ GOETHE *apud* BHABHA, Homi. Locais da cultura. In: *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 33

trauma histórico”.⁴⁷ Opera-se, portanto, um deslocamento do foco da literatura mundial das totalidades nacionais para as condições de fronteira (histórias de imigrantes, de colonizados, de refugiados políticos). “O foco de tal estudo não seria nem a ‘soberania’ de culturas nacionais, nem o universalismo da cultura humana, mas um foco sobre aqueles ‘deslocamentos sociais e culturais anômalos’”⁴⁸

Na corrente da emancipação dos campos culturais da modernidade, um segundo critério de delimitação do objeto, dessa vez buscado na estrutura do texto, ganhou especial destaque no âmbito dos estudos literários e ocupou um espaço significativo nos debates intelectuais sobre a definição de literatura. Familiar aos estudos de teoria da literatura, esse critério recebeu dos Formalistas Russos o nome de *literariedade*, significante que funcionou como capital simbólico do estatuto de literário, no início do século XX e se tornou lugar comum na delimitação do plano de objetos, em nosso campo do saber, e na avaliação crítica de textos literários.

Essa propriedade distintiva partia do pressuposto de que a linguagem literária se diferenciava da linguagem cotidiana, e de que a autonomia do texto literário possibilitava estudá-lo em sua imanência. Se levarmos em consideração que a possibilidade de se falar em autonomia, em relação aos produtos culturais, só passou a existir graças ao projeto, utópico, da modernidade de emancipação das esferas da cultura, podemos entender a afirmação de Antoine Compagnon de que “toda definição de literatura compromete-se com uma preferência extra-literária”.⁴⁹ Os critérios imanentes de literariedade tinham um endereço certo: a literatura de vanguarda e, mais especificamente, segundo Compagnon, a poesia futurista, com a qual os formalistas russos tinham ligação. Embora o julgamento da literariedade de um texto não devesse recorrer a critérios extra-literários, limitando-se a análises textuais e

⁴⁷ BHABHA, Homi, *op. cit.*, p. 33

⁴⁸ BHABHA, Homi. Locais da cultura. In: *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 33

⁴⁹ Idem. p. 43

pretensamente objetivas, a motivação do formalismo não era nem exclusivamente textual, nem exclusivamente objetiva. Seus critérios baseiam-se em um recorte prévio de objeto e, aplicados a alguns textos, tornam-se extremamente ineficazes e incongruentes. Assim, os critérios de literariedade definidos pelo formalismo – o estranhamento, a desfamiliarização, a autoreferencialidade, a autotelia – correspondem às características da literatura futurista – a destruição da sintaxe, a disposição dos substantivos ao acaso, o uso de símbolos matemáticos e musicais, o desprezo pela pontuação etc. – e, de modo mais amplo, aos textos de vanguarda e da modernidade estética, mas, se aplicados à literatura fora desse contexto, nem sempre encontram respaldo para a análise, que hoje possa ser considerado consistente ou satisfatório.

Se o critério de literariedade teve como condição de emergência a emancipação dos campos culturais – enquanto projeto moderno motivado pela secularização que marcou progressivamente a passagem da Idade Média para a idade moderna – a explosão do literário e a multiplicação dos objetos no campo da literatura, tiveram como condição de possibilidade as contradições e conflitos dos projetos modernos, a partir do que a idéia de autonomia passou a ser posta em questão.

Em texto de título bastante sugestivo, “Das utopias ao mercado”,⁵⁰ Nestor Garcia Canclini define quatro projetos básicos da modernidade e avalia suas contradições. O primeiro e mais ambicioso deles, o projeto *emancipador*, visava a construção de espaços onde o saber e a criação se desenvolvessem com autonomia. Os outros três são: o projeto *expansionista*, relacionado tanto com o desenvolvimento do lucro, quanto com a promoção das descobertas científicas e do desenvolvimento industrial; o projeto *renovador*, responsável por reformular os signos de distinção desgastados pelo consumo de massa, e o projeto *democratizador*, responsável pela difusão da educação e da arte, tendo como propósito a evolução racional e moral.

⁵⁰ CANCLINI, Nestor Garcia. Das utopias ao mercado. In: *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 32.

A contradição entre os projetos emancipador e expansionista é um pouco evidente. Enquanto o primeiro aspira à especificação do saber e à criação de públicos especializados, o segundo aspira à criação de um extenso mercado consumidor. Canclini aponta, a partir de Pierre Bourdieu, uma forma para driblar essa contradição, que remete a questões importantes no que diz respeito à reflexão sobre o valor estético no campo da literatura. O projeto renovador entra em ação, criando signos de distinção, sempre renovados, que valorizam certos bens de consumo pela escassez e limitação. Podemos associar essa estratégia de distinção à afirmação de Andreas Huyssen de que “o modernismo se constituiu através de uma estratégia consciente de exclusão, uma ansiedade contra a contaminação por seu ‘outro’: uma cultura de massa cada vez mais consumista e envolvente”.⁵¹ Dessa associação, depreende-se uma motivação, recalcada pela justificativa estética, do divisor moderno entre alta cultura e baixa cultura, ou cultura popular e de massa. Esse divisor foi de fundamental importância para garantir signos de distinção a uma elite burguesa, que não pode lançar mão de títulos de nobreza. Vale ressaltar que Canclini vai um pouco além das idéias que ele retoma de Pierre Bourdieu e anuncia o fato de que, em determinado momento, quando “os museus recebem milhões de visitantes e as obras literárias clássicas ou de vanguarda são vendidas em supermercados ou se transformam em vídeos”,⁵² a dialética entre renovação e distinção deve ser reorganizada.

⁵¹ HUYSSSEN, Andreas. *Memórias do modernismo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997. p.7

⁵² CANCLINI, Nestor Garcia. Das utopias ao mercado. In: *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 37.

CAPÍTULO 2

CENÁRIOS CULTURAIS, CENAS DA CRÍTICA: FINAL DE 70 E INÍCIO DE 80

O complexo desenho do atual debate disciplinar na Associação Brasileira de Literatura Comparada tem seus primeiros traçados antes mesmo da fundação da ABRALIC. A descrição de suas principais vertentes e a possibilidade de reconstituir algumas de suas filigranas são os alvos deste capítulo.

Em primeiro lugar, farei um esboço do contexto cultural de um conjunto de transformações que marcaram a transição da década de 70 para a década de 80. Transformações que transbordam para o terreno das instituições do saber e que se projetam e se desdobram nos anos subseqüentes. Em seguida, tentarei reconstituir os traços desse desenho dentro do campo dos estudos literários e, especificamente, dentro do âmbito da ABRALIC, a partir do mapeamento das vertentes do pensamento crítico contemporâneo que podem ser identificadas na documentação dos Congressos promovidos pela Associação a cada dois anos.

Como a minha perspectiva é de uma análise panorâmica, a opção foi por fazer um mapeamento inicial dos resumos das comunicações dos seis primeiros congressos da ABRALIC. Esse material, apesar de não possibilitar uma análise vertical das comunicações, permite uma abrangência maior da leitura da produção crítica nesses eventos, desde a fundação da ABRALIC, até a ocasião em que o debate disciplinar ganha contornos nítidos.

Como conciliar as chagas da repressão pública e institucional com o processo individual e prazeroso de alargar as “portas da percepção” – eis de maneira simplificada um dos dilemas mais sérios enfrentados pelos jovens brasileiros dos anos 70 e subseqüentes.

Silviano Santiago

Para circunscrever os traços que, historicamente, marcam o fim do século XX no Brasil, Silviano Santiago investe no trabalho arqueológico, de matriz foucaultiana, que, segundo ele, pode flagrar a “gênese dos problemas que ainda hoje nos tocam”.⁵³ Problemas esses que delineiam duas vertentes do pensamento crítico contemporâneo: uma de formação estruturalista e pós-estruturalista, cujas práticas acadêmicas atuais se ligam a uma proposta de crítica cultural mais abrangente; outra de formação sociológica, que preserva certas ortodoxias da crítica marxista, resistente à abrangência das abordagens da crítica cultural contemporânea no terreno dos estudos literários. É importante ressaltar que esse *fin de siècle* é marcado por um momento de trânsito em que as polaridades se confundem, formando figuras complexas. Anuncio, portanto e desde já, a precariedade de qualquer oposição nesse cenário, incluindo o antagonismo excludente entre as duas vertentes críticas que serão delineadas. Por uma questão de estratégia metodológica, entretanto, será necessário opô-las, durante a construção deste texto, ocasionalmente e provisoriamente.

Esse momento político-cultural, localizado entre os anos de 1979 e 1981 – balizas escolhidas por Silviano Santiago -, corresponde ao período em que “a cultura brasileira despe as roupas negras e sombrias da resistência à ditadura militar e se veste com as roupas transparentes e festivas da democratização”⁵⁴. Alguns nomes próprios, representativos do cenário intelectual desse período, dão os primeiros passos para a apresentação dessa coleção de primavera, na passarela política e cultural brasileira. Dentre eles, Santiago elege os nomes

⁵³ SANTIAGO, Silvano. Democratização no Brasil – 1979-1981: Cultura versus Arte. ANTELO, Raul *et al.* (Org.). *Declínio da arte, ascensão da cultura*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1998. p. 11

⁵⁴ *Ibid.*, p. 11

de Glauber Rocha, Carlos Aberto Messeder Pereira, Heloísa Buarque de Holanda, Caetano Veloso, Lélia Gonzáles, José Miguel Wisnik e Cláudia Matos, aos quais acrescentarei o nome do próprio Santiago, não incluído em seu artigo menos por modéstia que por decoro, segundo ele mesmo, em nota preliminar.

CENÁRIOS CULTURAIS: ORTODOXOS E DESMEMORIADOS

Cada um dos nomes mencionados se destaca por diferentes atuações no processo de democratização *no* Brasil⁵⁵. O primeiro deles, Glauber Rocha, veio à cena pelo gesto inaugural de verbalizar rachaduras na coesão da esquerda brasileira. Em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* em 1977 e não publicada em função dos desentendimentos entre os entrevistados (Glauber Rocha, Darcy Ribeiro, Ferreira Gullar e Mário Pedrosa), Glauber expõe a impossibilidade de se travar um diálogo amplo e aberto dentro do bloco da esquerda e deixa claras as coerções operadas, em nome de uma ideologia comum, sobre as diferenças internas. Esse gesto inicial, incansavelmente repetido por uma nova geração de intelectuais reticentes à ortodoxia marxista, contribui para a abertura no cenário cultural. O espaço aberto será ocupado por uma produtiva promiscuidade das relações entre sociedade, cultura, política, cotidiano e arte, e por reflexões que, ao desviarem o olhar das macro-políticas partidárias, o direcionam para as micro-políticas emergentes.

Um outro nome próprio que recebe destaque é o de Carlos Alberto Messeder. Partindo da leitura de uma resenha de Heloísa Buarque de Holanda ao livro do antropólogo publicado em 1981, Silviano Santiago destaca o gesto metodológico que consiste em “d(ar) o mesmo tratamento hermenêutico tanto ao material oriundo das entrevistas concedidas pelos

⁵⁵ Silviano Santiago faz essa ressalva, lembrando o título do artigo, para que se entenda que se trata de um processo de democratização que não abarca o conjunto da vida social, mas se restringe à normalização, pós ditadura militar, dos poderes formais e institucionais do País, repercutindo no cotidiano cultural brasileiro. Democratização *no* Brasil, portanto, e não democratização *do* Brasil.

jovens poetas marginais, quanto ao poema de um deles”.⁵⁶ A força renovadora desse gesto se concentra, em sentido amplo, na possibilidade de deslocar os objetos estéticos de sua condição insular e torná-los mediadores culturais. A leitura do poema “na sua transitividade”,⁵⁷ na sua efemeridade, contribui para configurar o *Retrato de época*, como sugere o título do livro de Messeder. No sentido mais restrito ao nosso campo de investigação, esse gesto metodológico opera um deslocamento na concepção de literatura que contribui tanto para a multiplicação diferenciada e desierarquizada dos objetos dentro do campo disciplinar dos estudos literários, quanto para o transbordamento do objeto tradicional desses estudos, a literatura, em outros campos do saber.

Os nomes de Caetano Veloso e Lélia Gonzales são mencionados porque correspondem a vozes dissonantes, no livro de entrevistas *Patrulhas Ideológicas*⁵⁸. Como uma das exceções ao tom “grandiloquente, autocomiserativo e trágico”⁵⁹ dos depoimentos, Caetano traz para o cotidiano a prática política, restrita aos espaços revolucionários ou contra-revolucionários: “o que mais incomoda (as pessoas) é a minha vontade de cotidianizar a política ou de politizar o cotidiano [...] me sinto ligado a tudo que acontece mas através do que eu faço”⁶⁰. Santiago destaca o papel da arte como mediador entre política e cotidiano, implícito nas palavras do compositor, e o apagamento da conjunção *e* que separa tradicionalmente cultura e sociedade.

O brado dissonante de Lélia Gonzáles no coro do partidarismo político insurge-se, também, contra o apagamento das diferenças dentro do grande bloco ideológico da esquerda, dando provas às acusações de Glauber. Enquanto cientista social, negra e ativista, Lélia

⁵⁶ SANTIAGO, Silvano. Democratização no Brasil. p. 14

⁵⁷ *Ibid.*, p. 14

⁵⁸ O livro, publicado em 1980 e citado diversas vezes por Silvano, reúne entrevistas com figuras representativas da esquerda no Brasil daquele período. Segundo ele, as entrevistas, feitas por Heloísa Buarque de Holanda e Carlos Aberto Messeder, se configuram mais como “balanço da geração que resistiu e sofreu durante o regime de exceção e menos como plataforma de uma nova geração que desejava tomar ao pé da letra a diástole da militarização no país”. SANTIAGO, Silvano. Democratização no Brasil. p. 12

⁵⁹ SANTIAGO, Silvano. Democratização no Brasil. p. 15

⁶⁰ VELOSO, Caetano *apud* SANTIAGO, Silvano, Democratização no Brasil. p. 15

questiona a neutralidade étnica dos intelectuais negros paulistas, a abolição das diferenças nas formações políticas e intelectuais e propõe que sejam consideradas, nas representações do Brasil, as negociações entre as múltiplas etnias que o compõem. A voz de Lélia, segundo Silviano Santiago, anuncia a batalha do multiculturalismo contra o cânone ocidental. Essa batalha comporta os exércitos de uma série de reivindicações minoritárias que começavam a conquistar os territórios político e cultural, trazendo consigo uma outra forma de prática de guerrilha que não coloca em primeiro plano as adesões partidárias, mas que multiplica adesões ou identificações parciais. Trata-se do exército das micro-políticas. É válido reler, sem o preconceito usual, o texto de Fredric Jameson, em que ele discute a relação entre os Estudos Culturais e o marxismo para reavaliar “a necessidade filosófica dos Estudos de Cultura como algo diferente da celebração pós-moderna do apagamento das fronteiras entre o alto e o baixo, do pluralismo dos micro-grupos e da substituição da política ideológica pela cultura da imagem e da mídia”.⁶¹ Jameson ressalta que os Estudos Culturais partiram de um projeto político e militante na Inglaterra, embora tenham se distanciado dessas implicações ao atravessarem o Atlântico, nos Estados Unidos. No Brasil, as atitudes expressas no depoimento de Lélia Gonzáles, que “abrem o leque das expectativas universitárias para outros campos e objetos de estudo”⁶², indiciam que a politização da cultura conduz a produção estética e crítica em direção contrária ao que aconteceu freqüentemente na academia norte-americana: em vez da celebração do contemporâneo, sua intensa problematização e o reforço do ímpeto de interpelação e intervenção político-cultural.

Antes de iniciar uma reflexão sobre as implicações desse debate entre 1979 e 1981 dentro das faculdades de Letras, quero retomar um termo que aparece em alguns momentos do texto de Santiago. Ao se referir à geração de jovens artistas e universitários que arrombavam as portas do velho cenário cultural, Silviano Santiago lança mão do qualificativo

⁶¹ JAMESON, Fredric. Sobre os Estudos de Cultura. *Novos estudos*, CEBRAP, n. 39, p. 11-48, julho 1994. p. 23

⁶² SANTIAGO, Silviano. *Democratização no Brasil*. p. 17

desmemoriados. O termo situa-se entre uma crítica ao jargão das esquerdas, que entoava o canto contra os *alienados*, e a recuperação positiva de uma palavra que contém a possibilidade de abertura para o novo. A nova geração de desmemoriados traz consigo a possibilidade de novos lugares de incidência da memória. Não mais a memória da consciência histórica e política, pedagogicamente postulada pelas teses partidárias, mas uma memória, paradoxalmente alimentada pelo esquecimento, que, nesse caso, não equivale à lembrança do passado recentíssimo, mas o esquecimento que marca o final de um trabalho de luto.⁶³ A essa “febre mnemônica”, provocada pelo “vírus da amnésia”, Andréas Huyssen⁶⁴ se refere ao traçar o desenho das relações entre passado, presente e futuro na contemporaneidade. Ao contrário da compulsão histórica do século XIX, que direcionava a memória para grandes acontecimentos e funcionava para inventar tradições nacionais e legitimar os Estados, a memória na contemporaneidade é, como define Huyssen, “caótica, fragmentária e flutuante” e necessita de “âncoras temporais” que são lançadas em diferentes pontos do oceano de histórias. Essa diferença na relação da contemporaneidade com o passado tem participação ativa nas transformações das esferas culturais e das investigações acadêmicas.

Retomando as conseqüências das ações do exército de desmemoriados contra as ortodoxias políticas e acadêmicas, temos: 1) o deslocamento das adesões partidárias para adesões micro-políticas, resultante da fragmentação das esquerdas; 2) o deslocamento dos objetos estéticos de uma condição insular para uma condição de mediador cultural; 3) o inter-relacionamento entre a esfera da política e as esferas da arte, da cultura e do cotidiano; 4) a abertura do cenário político para as diferenças culturais e para os segmentos minoritários da sociedade.

⁶³ Cabe a ressalva de que para Freud o luto é, em geral, “a reação à perda de um ente querido, à perda de alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido, como o país, a liberdade ou o ideal de alguém, e assim por diante”. FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. In: *Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Direção da edição brasileira de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago Editora, s.d. CD-ROM. Produzido por Z-Movie Studio.

⁶⁴ HUYSEN, Andréas. *Memórias do modernismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 17-18.

CENAS DA CRÍTICA: MARXISMO E ESTRUTURALISMO

Traçarei, a partir de agora, no desenho do cenário cultural, os contornos mais restritos ao âmbito das Faculdades de Letras. Ainda no texto de Silviano Santiago, dois nomes destacados anteriormente e ainda não trabalhados podem funcionar como porta de entrada no espaço das universidades: José Miguel Wisnik, da Universidade de São Paulo (USP), e Cláudia Matos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Embora tenham sido citados como vozes de um mesmo coro pela democratização cultural, são provenientes de instituições universitárias distintas, cujas propostas acadêmicas são, na maior parte das vezes, divergentes. Ao afirmar que as Faculdades de Letras, dedicadas tradicionalmente ao estudo da cultura de uma minoria letrada, são despertadas para a cultura da maioria, Santiago faz a ressalva de que “por estar informada e formada pelo Estruturalismo francês e pelos teóricos da Escola de Frankfurt, o despertar da minoria letrada não foi pacífico”.⁶⁵

O destaque da USP e da PUC-RJ no debate em torno das formações estruturalistas e marxistas nas Faculdades de Letras se faz perceber nas intensas discussões travadas entre professores dessas duas instituições, já na ocasião do IV Encontro Nacional de Professores de Literatura, em 1977⁶⁶. Destacam-se, entre os representantes dessas duas instituições, os nomes de Affonso Romano de Sant’Anna, Silviano Santiago, Gilberto Mendonça Teles e Luis Costa Lima, da PUC-RJ; e Antonio Candido, Aderaldo Castello, Guilhermino César e João Luiz Lafetá, da USP⁶⁷. É importante salientar, porém, que cada um desses nomes guarda singularidades dentro de seus respectivos blocos de formação. Destaco os nomes de Silviano Santiago e Antonio Candido que, por transcenderem os limites de suas formações – que de

⁶⁵ SANTIAGO, Silviano. *Democratização no Brasil*. p. 17

⁶⁶ Nesse Congresso foram apresentadas dissertações dos recém-criados cursos de pós-graduação da USP, PUC-RJ, UFRJ, UFRGS, PUC-RGS, julgadas pelos professores das respectivas instituições como sendo as melhores produzidas até aquele momento. SOUZA, Eneida Maria de. *Crítica Cult*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 16. LIMA, Rachel Esteves. *A crítica literária na universidade brasileira*. f. 242.

⁶⁷ SOUZA, Eneida Maria de. *Crítica Cult*. p. 17-18

um modo arriscadamente simplificador, mas aqui necessário, pode ser indicado como respectivamente mais próximo ao estruturalismo e ao marxismo -, preservam entre si algumas afinidades. Ao expor sua filiação às idéias do crítico, Santiago chega a afirmar que “a produção crítica de Antonio Candido, em lugar de perecer ao toque fúnebre do crepúsculo da sua atuação, renasce das cinzas e serve de alimento para as novas gerações, como se tivesse encontrado no apagar das luzes deste século, deste milênio, a longevidade de uma obra de arte”.⁶⁸

Antes de prosseguir com as questões que dizem respeito ao traçado em foco, quero situar uma referência à qual, a partir deste ponto, recorrerei constantemente, no sentido de elucidar algumas reflexões aqui desenvolvidas. Trata-se da tese de Rachel Esteves Lima, intitulada *A crítica literária na universidade brasileira*, que investiga as vertentes do pensamento contemporâneo – “as escolas de pensamento” -, na crítica literária de cinco universidades brasileiras (UFRJ, USP, PUC-RJ, UFMG e UNICAMP), vinculando-as ao contexto político e institucional em que se inserem.

Estudo ímpar no que diz respeito ao mapeamento dessas vertentes, *A crítica literária na universidade brasileira* descreve os processos históricos de constituição das universidades pesquisadas, investigando as transformações efetuadas na metodologia de ensino e localizando as concepções teóricas dos críticos/professores que respondem por tendências inscritas nas dissertações e teses pesquisadas.

Ao eleger como *corpus* dissertações e teses defendidas entre 1970 e 1995, o trabalho de Rachel Esteves Lima atravessa a cena da crítica literária brasileira, contornando questões que respondem ou esclarecem determinadas indagações efetuadas a partir do mapeamento dos

⁶⁸ SANTIAGO, Silvano. Prefácio. In: PEDROSA, Célia. *Antonio Candido: a palavra empenhada*. São Paulo: EDUSP, Rio de Janeiro: EDUFF, 1994. p. 21

Congressos da ABRALIC. Nesse sentido, a sua contribuição para esta dissertação é fundamental, explicando-se, por essa via, a frequência com que se recorre a este texto.

É, portanto, a partir de considerações contidas nesse trabalho, que se pode compreender o modo como as discussões naquele evento – o IV Encontro Nacional de Professores de Literatura - foram provocadas pelo incômodo que causou em alguns professores e críticos a ênfase numa abordagem estruturalista de alguns trabalhos, principalmente de alunos da PUC-RJ. Para uma vertente do pensamento crítico de formação sociológica, marxista, concentrada especialmente na USP, a abordagem estruturalista, focalizada na textualidade, foi então julgada “descontextualizada”, distanciada da realidade brasileira, por “importar apressadamente” – como então se dizia e ainda se diz - os modismos teóricos dos centros europeus⁶⁹. No entanto, devo destacar uma outra motivação que acompanha o protesto de intelectuais contra as importações dessas teorias estrangeiras: a resistência à democratização do ensino universitário em nome da preservação do lugar institucional dos catedráticos, garantido pelo distintivo da erudição, o que pode ser depreendido das palavras de Rachel Esteves Lima:

O hermetismo da linguagem utilizada pelos trabalhos estruturalistas e fenomenológicos diz muito de um período em que a discussão da profissionalização do corpo docente dominava o ambiente universitário e colocava contra a parede o saber erudito dos tradicionais professores catedráticos. Além disso o estruturalismo desierarquizava os discursos e abria caminho para a cultura de massas, o que acabaria fazendo ruir o consenso da restrita comunidade dos homens-de-letras.⁷⁰

Isso justifica o fato de terem marcado presença no Encontro temas como: morte do autor e nascimento do texto; substituição da erudição humanista por uma metodologia de leitura especializada; massificação do ensino de graduação e pós-graduação no país⁷¹. Desde já, é importante destacar que, de alguma forma, ímpeto análogo contra o estruturalismo vai movimentar o atual debate contra os Estudos Culturais. Sob o pretexto de criticar ou recusar a

⁶⁹ LIMA, Rachel Esteves. *A crítica literária na universidade brasileira*. f. 242.

⁷⁰ *Ibid.*, f.243.

⁷¹ *Ibid.*, f.242.

adesão teórica ao último modismo estrangeiro, reivindica-se a preservação de um lugar institucional, haja vista toda reflexão inicial sobre as “relações perigosas” - para usar uma expressão que intitula um capítulo da tese de Rachel Lima - entre saber e poder.

Em alusão tanto à resistência da USP em relação às influências de práticas teóricas estrangeiras recentes, quanto à forte presença da Escola da Frankfurt, especialmente de Theodor Adorno, na formação de seu quadro docente e discente, Silviano Santiago diz ser surpreendente que a primeira crítica severa à divisão hierárquica entre o erudito e o popular/massivo tenha partido de um professor formado por essa instituição: o professor de Letras e músico José Miguel Wisnik⁷². Em artigo publicado entre os anos 1979-1980, Wisnik trouxe para a cena da reflexão acadêmica a música popular brasileira. Assim, questiona, como afirma Silviano Santiago, o eurocentrismo da teoria adorniana, que desconsidera as particularidades de universos musicais diferentes, e ressalta a complexidade que essa modalidade musical adquire em cenário brasileiro:

a) embora mantenha um cordão de ligação com a cultura popular não-letrada desprende-se dela para entrar no mercado e na cidade; b) embora deixe-se penetrar pela poesia culta, não segue a lógica evolutiva da cultura literária, nem filia-se a seus padrões de filtragem; c) embora se reproduza dentro do contexto da indústria cultural, não se reduz às regras de standardização. Em suma, não funciona dentro dos limites estritos de nenhum dos sistemas culturais existentes no Brasil, embora deixe-se permear por eles.⁷³

A música popular brasileira funciona, portanto, como simulacro,⁷⁴ abalando e revertendo padrões dicotômicos através dos quais foi pensada. Gilles Deleuze retoma a noção nietzschiana e distingue a cópia do simulacro, a partir de sua relação com o modelo. A manutenção de uma ordem platônica, pautada na hierarquia entre esses dois termos, prevê o entendimento do primeiro como pretendente bem fundado e do segundo como pretendente mal fundado. A reversão do platonismo expõe a não pretensão do simulacro, que dispensa a

⁷² SANTIAGO, Silviano. Democratização no Brasil. p. 19

⁷³ WISNIK, José Miguel, *apud* SANTIAGO, Silviano. Democratização no Brasil. p. 19

⁷⁴ DELEUZE, Gilles. *Platão e o simulacro*. In: *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 259-271

relação legítima com modelo, mas instaura uma falsa semelhança, capaz de comprometer toda ordem platônica. Ao transitar pelas esferas do popular e do erudito, da indústria cultural e da cultura de raiz, a MPB expõe a lógica de funcionamento da divisão entre os termos dessas esferas, com o conseqüente rebaixamento de um deles. A possibilidade de habitar simultaneamente todos eles põe em questão a divisão platônica, trazendo à superfície o seu caráter de construção hierárquica e a sua vontade de selecionar e excluir. A entrada da música popular no espaço acadêmico, portanto, contribui de forma significativa para por em suspensão o literário entendido na especificidade de sua relação com o erudito. Às palavras de Wisnik, acrescento as de Santiago:

Em lugar de separar e isolar vivências e experiências, em lugar de introjetar o rebaixamento cultural que lhe é imposto para se afirmar pelo ressentimento dos excluídos, a música popular passa a ser o espaço ‘nobre’, onde se articulam, são avaliadas e interpretadas as contradições sócio-econômicas e culturais do país, dando-nos portanto o seu mais fiel retrato.⁷⁵

José Miguel Wisnik é uma voz de dentro do bloco nada homogêneo da USP. Segundo Rachel Esteves Lima: a instituição paulista “se destaca por uma maior diversificação das áreas cobertas pelas pesquisas ali desenvolvidas (da literatura oral à cultura de massa) e pelo grande número daquelas que se dedicam à análise da produção teatral e cinematográfica do país”⁷⁶. A explicação para esse fato Rachel Lima busca na formação antropológica de Antonio Candido⁷⁷, na adesão de Alfredo Bosi às concepções gramscianas sobre a cultura popular e na influência de Roland Barthes, no que diz respeito ao alargamento do conceito de texto, que é notável em Leyla Perrone Moisés. Embora a vertente crítica que se insurge contra democratização cultural entoe mais alto o seu brado⁷⁸, outras vertentes críticas podem ser encontradas no interior dessa universidade. Dentre as principais vertentes descritas por Rachel

⁷⁵ SANTIAGO, Silvano, *op. cit.*, p. 19

⁷⁶ LIMA, Rachel Esteves. *A crítica literária na universidade brasileira*. f. 249

⁷⁷ Rachel Lima destaca ainda o caráter democrático de Antonio Candido ao conceder espaço para posturas teóricas com as quais diverge. LIMA, Rachel Esteves. *A crítica literária na universidade brasileira*. f. 247

⁷⁸ Destaco o nome de Leyla Perrone-Moisés, bastante contundente no debate atual sobre a Literatura Comparada e os Estudos Culturais.

Lima, destaque: a predominância da abordagem sociológica; a abordagem formalista, nas atuações de Boris Schnaiderman e João Alexandre Barbosa; e até o estruturalismo e a semiótica estão presentes em algumas teses orientadas por Antonio Candido.⁷⁹ É importante ressaltar, porém, que o estudo de autores e obras canônicos da literatura brasileira predomina nas teses produzidas na USP, analisadas por Rachel Esteves Lima, embora fosse observada uma brecha para a literatura brasileira das três últimas décadas e para os discursos das minorias que começavam a ocupar lugar na instituição⁸⁰.

Apesar da formação sociológica, do predomínio de estudos sobre obras consagradas e da resistência a teorias estrangeiras recentes definirem o quadro uspiano mais amplo no debate cultural, o mapeamento dessa diversidade dentro da instituição é fundamental para confirmar a precariedade e a provisoriedade das estratégicas oposições entre USP e PUC-RJ, na avaliação do debate que desejo empreender.

A diferença do cenário crítico da PUC-RJ em relação ao da USP se dá desde a formação do quadro de professores da pós-graduação das duas universidades. Enquanto em São Paulo esse quadro é constituído por professores que já desenvolviam um trabalho sólido na área dos estudos literários, na PUC, a formação do quadro docente da pós-graduação constituiu-se de jovens professores que consolidaram sua formação acadêmica no exterior⁸¹. O contato com as teorias mais recentes no cenário internacional motivou o compromisso de manter uma constante atualização da produção acadêmica em relação a padrões teóricos e metodológicos em vigor, principalmente na Europa⁸². Por outro lado, a não existência de uma tradição acadêmica estabelecida, no *campus* da Gávea, ao contrário do que ocorria entre os professores da capital paulista, levou a um diálogo constante com o contexto cultural e

⁷⁹ LIMA, Rachel Esteves. *A crítica literária na universidade brasileira*. f. 246-247

⁸⁰ *Ibid.*, f. 246-251

⁸¹ *Ibid.*, f. 252

⁸² *Ibid.*, f. 252

literário extra-universitário. Houve, portanto, na PUC-RJ, um “bem sucedido esforço de dupla atualização”⁸³.

É na esteira do cosmopolitismo teórico que se dá a influência estruturalista dessa universidade. Embora tenha predominado durante a década de 70, já em 79, cumprindo a prerrogativa das renovações constantes, o pós-estruturalismo começa a entrar em cena e a por em questão os fechamentos daquela abordagem. É importante destacar, no entanto, que considero relevante a apreciação de Rachel Lima, quando afirma que o estruturalismo contribuiu para “o questionamento do idealismo e do elitismo que permeavam os estudos literários” e “representou a possibilidade de democratização das diversas manifestações presentes na sociedade”⁸⁴. O conceito de intertextualidade, que se dissemina na cena da teoria crítica desde as concepções de Mikhail Bakhtine sobre o romance de Dostoiévski e que foi retomado por Roland Barthes e Júlia Kristava, no sentido de alargar a concepção de texto, promove o abandono dos critérios de literariedade e questiona as noções de autoria, iniciando a abertura para as reflexões contemporâneas sobre a dependência cultural⁸⁵. A antropologia estrutural põe em questão os valores etnocêntricos e a hierarquia dos discursos.

Se as teorias pós-estruturalistas começam a circular na universidade carioca aproximadamente a partir de 1979, antes disso, em 1974, a retomada do trabalho docente de Silvano Santiago – que retornara dos Estados Unidos e era nomeado professor associado do Departamento de Letras da PUC-RJ – começa a dar enfoque a uma abordagem cultural que vai abrir espaço para uma reação ao “objetivismo” e ao “fechamento” do método estruturalista.⁸⁶ Destaca-se o alcance das abordagens desse crítico, desprovido de preconceitos tanto em relação aos produtos da indústria cultural ou da cultura de massa, quanto em relação

⁸³ MORICONI, Ítalo. *Ana Cristina César: o sangue de uma poeta*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. (Perfis do Rio, 14). p. 16

⁸⁴ LIMA, Rachel Esteves. *A crítica literária na universidade brasileira*. f. 255

⁸⁵ Essas questões só vão ser trabalhadas em torno das relações culturais entre países com a contribuição do pós-estruturalismo e o questionamento da noção de origem.

⁸⁶ LIMA, Rachel Esteves. *A crítica literária na universidade brasileira*. f. 256

à literatura já consagrada. Numa resenha publicada pelo Correio Brasiliense, na ocasião do relançamento de *Uma Literatura nos trópicos*, de Silviano Santiago, Eneida Leal Cunha destaca três diferentes enfoques reunidos sob o título em questão. O primeiro deles, segundo a autora da resenha, incide na reflexão sobre a dependência cultural, a descolonização e a noção de “entre-lugar”; o segundo enfoque, que abarca ensaios muito “destoantes das expectativas que então se impunham à crítica literária”, marcava a inserção do crítico “nos domínios dos mídia, da indústria cultural, da mercadoria artística ou ‘de uma arte de intenso consumo’”; e o terceiro, os títulos que “retomam e reavaliam a literatura já consagrada” – sem deixar de fora os contos do jovem escritor Sérgio de Sant’Anna – e que, no livro de Santiago, “convivem com a atenção concedida às evidências culturais da contemporaneidade”.⁸⁷

Dessa forma, o crítico se insere no processo das transformações culturais que começam a desenhar, no final da década de 70, a democratização no Brasil. Embora não tenha arrolado a sua contribuição no ensaio em que descreve esse processo, Silviano Santiago não deixa de trazer o *campus* da Gávea para a cena da abertura cultural. A PUC-RJ só aparece nos últimos parágrafos de seu texto (agora, talvez menos por decoro que por modéstia!), pela via da música popular brasileira. A tese de Cláudia Matos, defendida na PUC-RJ em 1981 e publicada no ano seguinte, *Acertei no milhar: samba e malandragem no tempo de Getúlio*, toma como objeto letras de samba, somando-se à vertente crítica que começa a privilegiar a incorporação do popular e do massivo nas reflexões acadêmicas.

Na correnteza da democratização, Santiago desperta a atenção da crítica para uma outra categoria de objetos que não está exatamente ao lado do popular e do massivo e bordeja o literário: trata-se das narrativas autobiográficas, das memórias e dos depoimentos. A explosão dessas narrativas nas décadas de 70 e 80, especialmente com o retorno dos exilados políticos para o Brasil, contribui para abalar as fronteiras entre memória afetiva e fingimento,

⁸⁷ CUNHA, Eneida Leal. O “entre-lugar” de Silviano Santiago. *Correio Brasiliense*, Brasília.

e entre as rubricas memória e romance,⁸⁸ deixando exposta a experiência pessoal no corpo da escrita. Segundo o crítico, na prosa autobiográfica dos ex-exilados, mas também na prosa memorialista dos modernistas brasileiros, inscrevem-se no texto sujeitos marginalizados pela história oficial: o exilado político e o operário.⁸⁹ Sobre a recepção crítica de Silviano Santiago ao gênero autobiográfico nas narrativas de 70 e 80, Rachel Lima salienta que:

Ao contrário da crítica conservadora⁹⁰ que enxerga nessa produção apenas o narcisismo então reinante, o crítico aborda sem preconceitos a emergência de um discurso cuja forma não apresenta nenhum ineditismo na literatura brasileira, mas que traduz uma nova visão das relações que o intelectual mantém com o poder. Descrentes de projetos desenvolvimentistas de governos repressores e do dogmatismo elitista dos movimentos revolucionários, os jovens autobiógrafos, principalmente os ex-exilados políticos, passam a buscar a via democrática, através da convivência das diferenças, da liberação do indivíduo e da afirmação de seu desejo.⁹¹

A liberação do indivíduo recalcado no tecido social e a afirmação do seu desejo estão ligadas, no contexto da repressão política e das coerções partidárias de 70 e 80, à busca de uma via democrática. É assim que o “alargamento das portas da percepção”, mencionado na epígrafe, reveste a experiência lisérgica de caráter político. A descrença no “dogmatismo elitista dos movimentos revolucionários” que coloca o intelectual como porta-voz das aspirações populares e o reconhecimento de diferenças dentro do tecido social são condições de emergência do discurso das minorias no Brasil. Nessas circunstâncias, torna-se necessária uma transformação também na postura do intelectual que, segundo Santiago, “depois de saber o que sabe, deve saber o que o seu saber recalca”.⁹² A democratização cultural (e política!) não se faz possível sem a democratização do lugar - ou dos lugares - do saber, o que não ocorre exclusivamente com a abertura do espaço físico e institucional da universidade. É

⁸⁸ SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas da letra*. São Paulo: Companhia das Letras: 1989. p. 30

⁸⁹ *Ibid.*, p. 33-35

⁹⁰ Silviano Santiago define como conservadorismo o apego insensato aos valores do passado numa sociedade em transformação. SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas da letra*. p. 29

⁹¹ LIMA, Rachel Esteves. A crítica cultural na universidade. In: SOUZA, Eneida Maria de, MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Navegar é preciso viver*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Salvador: EDUFBA, Niterói: EDUFF, 1997. p. 179.

⁹² SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas da letra*. p. 36

importante lembrar que a expansão da cultura universitária foi favorecida pelo regime militar, que “com uma mão perseguia professores e estudantes dados como esquerdistas, mas com outra financiava a implantação de universidades federais pelo país afora”.⁹³ Um mecanismo, não muito requintado, de conciliar uma situação interna de regime fechado com uma política externa de desenvolvimento e expansão do país.

Este cenário, como situa Ítalo Moriconi em seu ensaio, “Qualquer coisa fora do tempo e do espaço (poesia, literatura, pedagogia da barbárie)”, publicado nos Anais do 5º Congresso, é marcado por um enorme contingente de alunos que não compartilham a experiência cultural letrada das elites. Essa nova população nos cursos de Letras – antes destinados a moças de classe média alta que aperfeiçoavam seus conhecimentos de línguas estrangeiras ou refinavam seu conhecimento letrado – contribui para impor à área novos objetos culturais, como música e cinema, e novas questões teóricas, como as hierarquias e exclusões implícitas na avaliação crítica fundada no valor estético.

Com a concretização de estruturas e instituições massificadas de produção e transmissão do saber, o acervo humanístico tradicional, assim como suas múltiplas competências, técnicas e disciplinas, não é socializado, ou seja, não é efetivamente transferido para as grandes maiorias, a não ser, nos melhores casos, como uma espécie de verniz que se confunde com lazer e entretenimento. (...) O que acontece, ao contrário, é que a massificação leva para dentro do sistema universitário grupos sociais até então alijados, apresentando as características de uma emergência social de tipo revolucionário, que, praticamente, obriga à elaboração de novos modelos de gestão do saber. É a própria natureza do saber que muda, tornando-se mais diretamente ligado à práxis cotidiana, mais diretamente vinculado às questões de poder nos planos macro e principalmente micro.⁹⁴

Aproveito ainda uma expressão tomada pelo autor, para expressar o caráter do ensino e da crítica nesse contexto, como forma de retomar o tópico acima sobre o papel do intelectual. Segundo Moriconi, “a pedagogia da barbárie se dá em situações em que o ensino e

⁹³ MORICONI, Ítalo. *Ana Cristina César: o sangue de uma poeta*. p. 17

⁹⁴ MORICONI, Ítalo. Qualquer coisa fora do tempo e do espaço (poesia, literatura, pedagogia da barbárie). In: 6º Congresso ABRALIC: Literatura Comparada= Estudos Culturais?, 6., 1998, Santa Catarina. *Anais*. Santa Catarina: NELIC, 1999. 1 CD-ROM

a crítica são concebidos como ‘formas de práticas solidárias’”. Essa expressão, livre de um sentido religioso, é tomada por uma força ética e política com grande potencial de intervenção. Esse sentido de solidariedade é ativado por Homi Bhabha na leitura do romance *Amada*, de Toni Morrison. Ao analisar uma frase no fim do romance que diz “esta não é uma história para se passar adiante”, Bhabha investe na ambivalência da afirmativa, considerando a sua inserção num contexto de exclusões e violências sociais e raciais e afirma “Ela o faz apenas a fim de gravar o evento nos recônditos mais profundos de nossa amnésia, de nossa inconsciência”.⁹⁵ Em seguida, referindo-se à operação que se processou na sua leitura do texto de Morrison, o crítico afirma que “viver no mundo estranho, encontrar suas ambivalências e ambigüidades encenadas na casa da ficção, ou encontrar sua separação e divisão representadas na obra de arte, é também afirmar um profundo desejo de solidariedade social”.⁹⁶ Desejo este que se cola ao papel do intelectual, que consiste, segundo Homi Bhabha, em “tentar apreender totalmente e assumir a responsabilidade pelos passados não ditos, não representados, que assombram o presente histórico”.⁹⁷

As cenas da crítica frente ao cenário cultural brasileiro, na transição da década de 70 para a década de 80, projetam para o momento de fundação da ABRALIC, 1986, toda uma rede de conflitos aqui sintetizados, ou melhor, demasiadamente simplificados por uma questão de método, nas nomenclaturas USP e PUC-RJ. A escolha dessas duas instituições do saber, na contextualização da crítica, justifica-se por serem elas expoentes de um debate que nasce das formações estruturalistas e sociológicas de diferentes vertentes do pensamento crítico brasileiro. As diversas nuances dessas vertentes em diferentes universidades não poderão ser trazidas em sua totalidade ao espaço dessa dissertação. No entanto, a descrição

⁹⁵ BHABHA, Homi. *Locais da Cultura*. In: *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 42

⁹⁶ *Ibid.*, p. 42

⁹⁷ *Ibid.*, p. 34

dos resumos dos congressos exigirá a presença de algumas delas, na medida de suas atuações nesses eventos.

CAPÍTULO 3: VERTENTES DO PENSAMENTO CRÍTICO CONTEMPORÂNEO NA ABRALIC

Se o final da década de 60 até o início dos anos 80 - o período da ditadura militar - foram marcados por uma predominância das abordagens críticas voltadas para a autonomia do literário e pela consolidação das disciplinas de Teoria da Literatura nos currículos dos cursos de Letras, a distensão política coincidiu, na crítica literária brasileira, com o retorno da história e, em outras bases, da investigação da historicidade das formas, ou de uma nova ênfase na sua contextualização⁹⁸, o que marcou a consolidação da Literatura Comparada no Brasil, na década de 80. Embora a institucionalização dessa disciplina remonte aos anos 40, quando aparece, pela primeira vez, a cadeira de Literatura Comparada, ministrada por Tasso da Silveira,⁹⁹ a década de 80 teve uma importância crucial na revisão dos postulados eurocêntricos que fundaram a disciplina, tornando-a apta a dar conta da diversidade da produção literária e cultural de um país não central. Tais transformações estão no cerne da criação da Associação Brasileira de Literatura Comparada, em 1986.

O 1º Congresso da ABRALIC, *Intertextualidade e interdisciplinaridade*, foi sediado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1988, sob a presidência de Tânia Franco Carvalhal, dois anos após a sua fundação. De lá para cá, esses eventos acontecem de dois em dois anos, em diferentes universidades brasileiras, com número de participantes que cresce progressivamente. Assim, em 1990, foi realizado o 2º Congresso da Associação, *Literatura e Memória Cultural*, sob a presidência de Eneida Maria de Souza, em Belo Horizonte; em 1992 o Congresso foi sediado em Niterói - RJ, sob a presidência de Silviano Santiago, com o tema *Limites*; em 1994, sob a presidência de Benjamin Abdalla Júnior, aconteceu, na Universidade de São Paulo, o 4º Congresso, com o tema *Literatura e Diferença*; em 1996, a diretoria da

⁹⁸ LIMA, Rachel Esteves. *A crítica literária na universidade brasileira*. f. 183

⁹⁹ BITTENCOURT, Gilda Neves da Silva. *A Literatura Comparada no Brasil*. *Organon*: Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 10, n. 24, 1996, p. 38

ABRALIC esteve no Rio de Janeiro, sob a presidência de Eduardo Coutinho, onde foi realizado o V Congresso, com o tema *Cânones e Contextos*; o 6º Congresso foi realizado em Florianópolis, em 1998, sob a presidência de Raúl Antelo, com o tema traduzido em uma equação - *Literatura Comparada = Estudos Culturais?* -, provocadora dos debates e reflexões acerca das interseções do campo da Literatura Comparada com a vertente crítica que, àquela altura, já era hegemônica nos Estados Unidos e bastante difundida na América Latina; o 7º Congresso foi realizado na Bahia, no ano 2000, sob a presidência de Evelina Hoisel e com o tema *Terras e Gentes*; e, finalmente, o 8º Congresso, realizado em Belo Horizonte, no ano 2002, sob a presidência de Reinaldo Martiniano Marques, com o tema *Mediações*. Embora não seja aqui o eixo condutor da análise, quero ressaltar que a seqüência de temas que nuclearam os Congressos da ABRALIC, por si só, poderia ser um eficaz roteiro para uma apreciação da crítica brasileira nas duas últimas décadas.

O encontro de pesquisadores de diversas universidades faz dos Anais e dos livros de resumos e programas desses eventos um material susceptível aos traçados de uma cartografia da produção crítica literária brasileira. Dos oito já realizados até o momento, proponho-me, em um trabalho que reconheço como preliminar à análise mais vertical e avaliativa, a mapear vertentes críticas relevantes em diálogo, ou o embate de forças, nos seis primeiros congressos, a partir de seus respectivos livros de resumos¹⁰⁰. Dessa forma, será possível depreender as marcas ou delinear o traçado do debate disciplinar que hoje se configura sob os termos Literatura Comparada e Estudos Culturais, desde o primeiro congresso até a sua explicitação e formalização na pergunta de 1998 - *Literatura Comparada = Estudos Culturais?*

¹⁰⁰ Os resumos do 5º Congresso não foram publicados em livro. Devo a possibilidade de consultá-los à generosidade do professor Eduardo Coutinho, que me deu acesso aos arquivos dos resumos enviados pelos participantes do congresso. O primeiro e o segundo Congressos só publicaram resumos das sessões de comunicação. Nesse caso, precisei consultar o primeiro volume dos Anais dos dois congressos, que concentravam as publicações de mesas-redondas.

Depois de expor alguns critérios de classificação, farei uma leitura descritiva de cada um dos seis congressos. Para tornar viável este intento, os resumos foram agrupados sob determinados descritores, tanto em relação ao objeto sobre o qual se debruçam as propostas de comunicação, quanto em relação à vertente de abordagem desses objetos. Embora reúnam numa mesma designação trabalhos bastante diferenciados e, embora muitas vezes os tópicos recortados por cada descritor se interpenetrem, essa estratégia de trabalho, acredito, poderá proporcionar uma visão panorâmica do conjunto de cada congresso e fornecer a matéria prima para avaliações críticas posteriores.

Os resumos foram agrupados, segundo o objeto, por onze descritores: 1) LITERATURAS DE NACIONALIDADES DIFERENTES, ou seja, textos consensualmente literários de autores de diferentes países; 2) LITERATURA NACIONAL, textos consensualmente literários de autores de um mesmo país; 3) OBRA/AUTOR(A), refere-se a trabalhos que concentram a análise sobre um único texto ou sobre diferentes textos de um mesmo(a) autor(a); 4) FATOS/TEXTOS 'PARALITERÁRIOS', reúne os trabalhos que investem sobre textos que bordejam o literário, mas que não se enquadram no consenso literário social (biografias, depoimentos, correspondências, história em quadrinhos, literatura oral, literatura infantil, mitos e lendas); 5) OUTRAS LINGUAGENS, esse descritor reúne sistemas semiológicos diversos que correspondem tanto às linguagens mais tradicionais, como música, artes plásticas, montagem teatral, arquitetura, quanto às linguagens mais inevitavelmente próximas à cultura de massa (cinema, fotografia, telenovelas, publicidade, jornalismo, programas de auditório etc.); 6) ESTUDOS LITERÁRIOS, descreve textos predominantemente meta-críticos, que tomam como objeto a crítica literária, a crítica cultural, a literatura comparada, a historiografia e a teoria literárias; 7) TEORIAS/CONCEITOS, reúne os textos que se debruçam sobre conceitos ou teorias tanto do campo dos estudos literários como de áreas afins; 8) LÍNGUA/TRADUÇÃO, corresponde aos trabalhos que priorizam os aspectos lingüísticos de um texto ou, em muitos casos,

especificamente a tradução; 9) PROJETOS/ACERVOS/INSTITUIÇÕES, agrupa trabalhos sobre projetos de investigações individuais, coletivos ou institucionais e sobre acervos, bibliotecas públicas ou particulares; 10) PERIÓDICOS, agrega trabalhos que tomam como objeto jornais e revistas especializadas ou não; e finalmente 11) OUTROS OBJETOS, que corresponde aos trabalhos variados, não contemplados por nenhum dos outros descritores acima (representações cartográficas; documentos pessoais e institucionais; rituais, costumes, hábitos e histórias de comunidades; festas populares, manuais, tratados, projetos de lei; movimentos políticos ou sociais).

Alguns desses descritores, sobre os quais devo fazer ressalvas, ficam sob suspeita. Começarei pelo último deles, OUTROS OBJETOS. O perigo de um descritor como esse é servir facilmente de escoadouro para tudo aquilo que for de difícil classificação. Entretanto, a impossibilidade de enquadrar alguns poucos trabalhos nos descritores existentes e de encontrar uma afinidade entre esses trabalhos exigiu a criação do incontrolável, porém sempre inevitável *outros*. Os dois primeiros descritores, ao utilizarem o critério de nacionalidade dos textos literários abordados para agrupar os resumos, esbarram tanto nas literaturas clássicas, para as quais esse critério é sem dúvida extemporâneo, quanto nas literaturas de fronteira, para as quais esse critério é impreciso. A opção por criar designações que atendessem às particularidades de cada caso, porém, multiplicaria o número de descritores e não facilitaria o trabalho de descrição, invalidando a função instrumental desse recurso.

Quanto à abordagem, foram criados os seguintes descritores: 1) COMPARATIVISMO TRADICIONAL, que elege estudos comparativos que assumem uma postura etnocêntrica de análise; 2) COMPARATIVISMO CONTEMPORÂNEO, estudos comparativos que revertem a lógica etnocêntrica ou estudos de intertextualidade que não são pautados por modelos etnocêntricos de análise; 3) ESTUDO DE RECEPÇÃO, reúne trabalhos que focalizam a circulação e a leitura de um determinado texto, ou de um determinado autor em diferentes contextos; 4) ESTUDO DE

OBRA/AUTOR(A), reúne trabalhos da vertente mais específica e difundida da crítica literária nas décadas intermediárias do século XX, que investem na análise de um único texto ou de dois ou mais textos de um único autor; 5) ESTUDO DE ASPECTOS EXTRA-ESTÉTICOS, estudos que focalizam a produção, a circulação, a divulgação de bens culturais ou o mercado cultural; 6) METACRÍTICA TEÓRICA-CONCEITUAL, agrupa os textos que se voltam para a análise de aspectos da crítica literária em geral, considerando as disciplinas do campo dos estudos literários, ou textos que investem na discussão, avaliação ou análise de conceitos de áreas afins; 7) DEBATE DISCIPLINAR, recorta os trabalhos que se voltam para uma avaliação do confronto entre diferentes vertentes do pensamento crítico, especialmente entre a crítica literária e a crítica cultural, ou entre a Literatura Comparada e os Estudos Culturais; 8) INTERDISCIPLINAR, abordagens que lançam mão de reflexões de mais de um campo do saber; 9) ÊNFASE NA DIMENSÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DA CULTURA, abordagens que priorizam, na contextualização do objeto, os aspectos históricos e políticos da cultura, especialmente as micro-políticas; 10) DIVULGAÇÃO/DEPOIMENTO, divulgação de projetos de pesquisa, de projetos institucionais ou governamentais, depoimentos de escritores; 11) HISTÓRICO-BIOGRÁFICA, reúne trabalhos que resultam em reconstituições históricas ou biográficas; 12) LINGÜÍSTICA, agrupa os textos que se voltam para os aspectos lingüísticos na análise do objeto.

Os títulos submetidos ao descritor COMPARATIVISMO CONTEMPORÂNEO apresentam abordagens diversas. Nele estão inseridos trabalhos que vão desde as comparações exclusivamente intertextuais, voltadas para os aspectos restritos ao texto, até as comparações de ordem contextual, marcadas pelas questões de identidade nacional e cultural. Submeter a um único descritor essas abordagens pode não ser tão inapropriado, se considerarmos que, através da intertextualidade e de sua proposta de escuta das vozes invocadas pelo texto, é que se faz possível o retorno da história e do sujeito, na literatura¹⁰¹. É o que nos evidencia a

¹⁰¹ LIMA, Rachel Esteves. *A crítica literária na universidade brasileira*. f. 257

reflexão anterior sobre o estruturalismo, no que diz respeito ao alargamento da noção de texto pelo conceito de intertextualidade, que promoveu a abertura de um espaço para se pensar as relações culturais entre países, do ponto de vista de contextos ditos periféricos. Se todo texto é absorção e transformação de outro texto, as possibilidades de leituras de fonte e influência se multiplicam de tal forma que essas extremidades se confundem. Nesse sentido, o comparativismo nos países ditos periféricos desloca o referente europeu e parte do lugar - ou do “entre-lugar” - do pesquisador, para lançar um olhar enviesado sobre sua própria cultura e suas relações com diferentes contextos culturais.

A noção de entre-lugar foi sistematizada por Silviano Santiago¹⁰² como operador crítico capaz de articular ao discurso periférico um potencial de desconstrução e de descolonização. Ao acentuar o caráter híbrido, mestiço do discurso latino-americano, esse operador desmonta o fundamento do discurso colonial, a saber, os conceitos de unidade e pureza. Para manter os países periféricos no lugar secundário da hierarquia colonial, é preciso sustentar a sua situação de cópia com pretensão ao original europeu, apagando – ou ressaltando negativamente – as marcas do diferencial autóctone ou não europeu que possam borrar essa pretensão. O empreendimento colonialista é quem, ironicamente, oferece o instrumento mais eficaz para desmontar o seu discurso: a mestiçagem. O caráter mestiço, inerente aos países de formação colonial, exhibe o falseamento da fidelidade ao modelo.

A vertente crítica impulsionada pelo pós-estruturalismo francês promove, assim, uma reversão da prática comparatista no Brasil, se por reversão entendemos não a substituição dos lugares dos termos da comparação em confronto, mas, no sentido nietzschiano, a exposição das motivações das hierarquias instituídas¹⁰³. Ao se trazer à cena as marcas recalcadas pelo

¹⁰² SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: *Uma literatura nos trópicos*. 2ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 9-26

¹⁰³ DELEUZE, Gilles. *Platão e o simulacro*. In: *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 259-271

discurso colonial e o hibridismo da condição periférica, questiona-se tanto a fidelidade ao modelo, quanto as noções de origem e de unidade.

As intervenções críticas de Silviano Santiago ligam-se a uma rede teórico-crítica de feição política bastante acentuada, que emerge, nos mais diversos contextos periféricos da Ásia, África, América Latina e no Quebec, como estudos pós-coloniais. É aí que reside a importância desse descritor, COMPARATIVISMO CONTEMPORÂNEO, para a análise da emergência das abordagens que se aproximam dos Estudos Culturais. Nessa vertente crítica, alimentada inicialmente pela atuação acadêmica de Santiago – e disseminada atualmente nas áreas de influência acadêmica de seus pares ou ex-alunos da PUC-RJ - as interseções entre a Literatura Comparada e o campo desses estudos são flagradas. Para salientar o alcance da disseminação dessa vertente crítica, vale destacar o ensaio de Evelina Hoisel, “Silviano Santiago e a disseminação do saber”, onde essa atuação é considerada:

Como professor da Pós-Graduação da PUC, Silviano se encontra também com estudantes oriundos das mais variadas procedências geográficas, possuidores de formações acadêmicas distintas. Desse entrecruzamento de experiências resulta a formação de uma geração com independência teórica, crítica e institucional bastante fecunda. Se, por um lado, ao retornarem ao seu lugar de origem, levam um instrumental teórico e metodológico amplo e aplicável a diversas formas e áreas da cultura, por outro, são capazes de acionar criativamente este instrumental, para rever pressupostos anteriormente assimilados durante sua formação acadêmica.¹⁰⁴

Dentre os descritores enumerados, pode-se dizer que a conjunção de dois deles é responsável pelos atuais debates na ABRALIC: ÊNFASE NA DIMENSÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DA CULTURA e INTERDISCIPLINAR. O curioso é que, em alguns casos, ficou difícil decidir entre esses dois descritores e o COMPARATIVISMO CONTEMPORÂNEO. Isso se deve tanto ao caráter interdisciplinar dos estudos pós-coloniais, quanto ao caráter político das reflexões sobre identidades nacional e cultural que, em países de formação colonial, não podem ser pensadas sem que sejam consideradas as diferenças étnicas internas, os micro-grupos, dentro das

¹⁰⁴ HOISEL, Evelina. Silviano Santiago e a disseminação do saber. In: SOUZA, Eneida Maria de, MIRANDA, Wander Melo. *Navegar é preciso, viver: escritos para Silviano Santiago*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Salvador: EDUFBA; Niterói: EDUFF, 1997. p.44/45.

fronteiras da Nação. É assim que, a título de exemplo, os trabalhos seguintes habitam uma zona intermediária entre esses três descritores, embora eu tenha decidido escolher apenas um deles na categorização de suas abordagens: “Oswald de Andrade ou: o elogio da tolerância racial”, de Silvano Santiago, no 2º Congresso da ABRALIC, investe na leitura de *Pau Brasil*, de Oswald de Andrade, salientando a referência positiva das culturas indígenas e africanas para a descolonização do pensamento brasileiro; “Ficção e Guerra Angolana: a perda da inocência”, de Laura Padilha (UFF), propõe, também para o 2º Congresso, um estudo sobre as narrativas ficcionais e memorialistas portuguesas e angolanas durante a guerra colonial, ressaltando o desejo de libertação dos angolanos e o processo de nacionalização, que repercute de formas diferenciadas nas literaturas dos dois países e na re-escritura dos mitos de nacionalidade; “O pós-uruguai: ressonâncias na narrativa cinematográfica”, trabalho proposto por Antônio Manuel Nunes (UFRJ) também no 2º Congresso, incide na comparação entre os filmes “The mission” e “República Guarani”, com o poema de Basílio da Gama “O Uruguai”, tendo em vista a falência do modelo iluminista e a crítica ao projeto civilizatório luzidio; “Retteling one’s story: the postcolonial” de Chelva Kanaganayakam (Canadá) foi proposto para o 3º Congresso como estudo sobre ficção e autobiografia na literatura pós-colonial, através do confronto de autores indianos como Salman Rushdie, V. S. Naipul e Sara Sueli, que habitam o espaço ambivalente do exílio, da marginalização e da experiência colonial; “Para a leitura de uma América Outra: narrativa chicana” é a proposta de Sônia Torres (PUC-RJ) para o 4º Congresso e versa sobre a reconceitualização da América pelo mundo hispânico, a partir de reflexões sobre a margem como lugar de fala e sobre a função do “duplo” no chicano (mexicano e americano) que habita o lugar ambivalente do etnógrafo-indígena; Eneida Leal Cunha (UFBA) propõe para o 5º Congresso da Associação o título “Negros e cidades na década de 30”, que investe na comparação entre personagens negras em *Moleque Ricardo* de José Lins do Rego e *Jubiabá* de Jorge Amado, considerando a articulação entre as

vivências de raça e classe e o imaginário urbano; “Partition narratives: reconstructing pain” foi proposto por Kavita Panjabi (Índia), também para o 5º Congresso, e incide sobre as narrativas cinematográficas e literárias indianas e paquistanesas, da divisão do Paquistão pós-independência da Inglaterra, numa leitura atravessada pelo viés psicanalítico que estabelece um paralelo entre violência política e violência sexual; insanidade histórica e insanidade psíquica. Todas essas propostas, diferenciadas entre si, estão, portanto, na interface dos descritores COMPARATIVISMO CONTEMPORÂNEO, ÊNFASE NA DIMENSÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DA CULTURA e INTERDISCIPLINAR e expõem a impossibilidade de delimitar o campo dos estudos literários, quando submetidos a uma aproximação dos Estudos Culturais.

Dentre os descritores de abordagem, um exige ressalva quanto ao rigor da classificação: COMPARATIVISMO TRADICIONAL. Identificar se uma determinada abordagem se vale de critérios etnocêntricos de análise a partir dos resumos das comunicações pode ser arriscado. Para reduzir o risco, só foram submetidos a esse descritor trabalhos que explicitavam a situação hierárquica das partes da comparação e que, de preferência, deixavam expostos termos como fonte, influência, modelo, ou seus desdobramentos: presença, antecipação etc. Evidentemente, não se trata de buscar vestígios do comparativismo clássico da Escola Francesa – cuja tônica da investigação de fontes e influências dos textos literários se pautava pela análise de ordem historiográfica que privilegiava os aspectos extra-textuais, nos contatos reais e comprovados entre os objetos da comparação – o que, no referido contexto da crítica literária, poderia ser considerado um empreendimento quixotesco. Trata-se de flagrar práticas comparatistas que, embora, em alguns casos, problematizem a noção de influência através da idéia de absorção e transformação dos modelos estrangeiros como processo de intertextualidade, sustentam uma oposição binária, cujo modelo continua sendo o centro europeu. Reconheço, porém, a possibilidade de ter preterido ou inserido, indevidamente, algum título nessa categoria, uma vez que o critério de classificação, nesse

caso, é simultaneamente muito restrito e muito sutil, se levarmos em conta que foram tomados como fonte principalmente os resumos das comunicações. O resultado foi um número irrisório de resumos dentro dessa abordagem, em relação ao universo analisado.

Em um universo de 1968 títulos, apenas quatorze foram submetidos ao descritor COMPARATIVISMO TRADICIONAL, sendo que sete deles são da USP e três da UNESP. Os outros quatro são da UERJ, UFRJ, UFF e de alguma universidade/instituição mineira sem identificação mais precisa. Destaca-se o fato de que os resumos da UNESP, mencionados acima, foram propostos para o 5º Congresso integrados numa mesa temática intitulada “A nacionalidade e os estudos de analogia”, do Grupo Acadêmico de Literatura Comparada (GALP), e dois dos da USP, propostos para o 2º Congresso, aparecem integrados a uma mesa temática do Projeto Léryy-Assu – relações da literatura brasileira com a literatura francesa, de Leyla Perrone-Moisés. As apresentações em grupo podem sugerir uma necessidade de afirmação de um ponto de vista crítico já em desprestígio na Associação.

Na programação do evento e no terceiro volume dos Anais do 2º Congresso, uma breve intervenção de Leyla Perrone-Moisés, “Da influência ao intertexto”, antecede os trabalhos dos doutorandos integrantes do Projeto. Nessa intervenção é feita uma distinção entre os termos influência e intertextualidade, a fim de resguardar a função operacional do primeiro. Perrone-Moisés argumenta que a identificação dos casos de apropriação como intertexto ou influência depende da relação estabelecida entre os textos. Se há uma relação de analogia, similitude, parentesco, tem-se um caso de influência. Se, ao contrário, há uma relação de absorção, desvio, subversão, então o que se tem é um caso de intertextualidade. O que se coloca, portanto, como salienta a coordenadora do projeto, é uma questão de valor, em que pese sua assertiva: “intertexto é para quem pode, não para quem quer”.¹⁰⁵ Ao evocar

¹⁰⁵ PERRONE-MOISÉS, Leyla. Da influência ao intertexto. In: Segundo Congresso ABRALIC: literatura e memória cultural, 2, 1990, Belo Horizonte. *Anais do Segundo Congresso ABRALIC*. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Literatura Comparada, 1991. 472-474 (v.3)

Jorge Luis Borges, em “Kafka y sus precursores”, para dar suporte a suas reflexões de que só os grandes são capazes de dialogar em pé de igualdade com seus anteriores, Leyla Perrone-Moisés esquece de um outro texto do autor argentino, “Pierre Menard, autor do Quixote”¹⁰⁶, em que se opera um deslocamento do olhar sobre o objeto para o lugar da leitura ou do leitor. O narrador do conto/ensaio reconhece as singularidades, subversões e ironias do D. Quixote de Pierre Menard, embora este seja a transcrição, palavra por palavra, do D. Quixote de Cervantes. O que está em questão no conto de Borges, para além do fantástico de atribuir a Pierre Menard o estatuto da autoria, é a focalização da leitura enquanto lugar de onde é estabelecido o valor. Neste sentido, inclusive, o conto se aproxima de “Kafka y sus precursores”. É o leitor de Kafka que crê “reconocer su voz, o sus hábitos, en textos de diversas literaturas y de diversas épocas”¹⁰⁷, elegendo como precursores insuspeitados de Kafka, por exemplo, Zenão e Kierkegaard.

O dado significativo de que essas abordagens provêm principalmente de universidades paulistas é oportuno para retomar o debate entre as formações ou de vertentes do pensamento crítico. De fato, uma vertente crítica de formação marxista vê como distorção a desmontagem – pela intermediação de parâmetros filosóficos franceses – das hierarquias entre os termos fonte e influência, cópia e original. Eneida Leal Cunha partiu da avaliação que fazem da antropofagia Silviano Santiago e Roberto Schwarz, para ler a dependência cultural sob dois olhares contemporâneos, em contraste.¹⁰⁸ Antes de iniciar a leitura das avaliações da antropofagia pelos dois autores, salienta-se que suas divergências “decorrem da ancoragem respectiva dos autores em sistemas interpretativos diversos que caminham, mais ou menos

¹⁰⁶ BORGES, Jorge Luis. “Pierre Menard, autor do Quixote”. In: *Ficções*. Porto Alegre: Globo, 1970.

¹⁰⁷ BORGES, Jorge Luis. “Kafka y sus precursores”. In: *Obras Completas (1923-1972)*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1974. p. 710-712

¹⁰⁸ CUNHA, Eneida Leal. Leituras da dependência cultural. In: SOUZA, Eneida Maria de, MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Navegar é preciso viver*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Salvador: EDUFBA, Niterói: EDUFF, 1997. p. 126-139

paralelos, ao longo das últimas décadas”.¹⁰⁹ Esses dois sistemas interpretativos concebem em diferentes lugares a produção dos valores e dos sentidos, o que se constitui, segundo a autora do ensaio, como o motivo da incompatibilidade entre as duas interpretações da dependência cultural:

Para Schwarz, e para o pensamento de extração marxista, valores e sentidos fazem parte da superestrutura ideológica, são produtos da determinação histórica, da determinação econômica e infra-estrutural e dos interesses de classe. A perspectiva crítica acerca desses valores – a consciência crítica e a construção contra-ideológica – são possíveis e desejáveis instigadores, necessários mas não suficientes, das transformações do real socioeconômico e histórico. (...) Sem ignorar ou sequer atenuar a concretude das forças que produzem os valores, Santiago recusa a via unidirecional entre o real e as avaliações do real, não no sentido, insinuado por Schwarz, de um ingênuo mecanismo de compensação, mas porque põe em questão a racionalidade objetiva e funcional do próprio real, rasurando a linearidade lógica e hierárquica das causas e efeitos, incorporando às suas reflexões a atividade do acaso e do inconsciente, a produtividade das repetições, o valor da diferença e dos simulacros que constituem a cultura e a literatura dependentes.¹¹⁰

A breve, porém bastante esclarecedora, incursão da autora pela lógica de funcionamento do pensamento marxista interessa sobremaneira às reflexões sobre essa vertente do pensamento crítico, em confronto com a vertente de formação estruturalista e pós-estruturalista. O mal-estar da dependência cultural, no pensamento de extração marxista, se dá pela relação que se estabelece entre a cópia e um “sistema complexo de dominação” e de “constrangimentos históricos”. Essa mesma reação a um sistema de dominação capitalista motiva a crítica frankfurtiana aos produtos oriundos da indústria cultural, enquanto expressão de uma ideologia capitalista e mercadológica. Se contra a reação marxista ao apagamento do divisor entre alta cultura e cultura popular/massiva levantou-se a bandeira da democratização das esferas culturais e a possibilidade de democratização dos lugares do saber e do poder (haja vista a abertura de espaços a grupos minoritários, promovida pela inserção da cultura popular e massiva dentro das universidades), contra a reação à dependência cultural Silviano aponta uma via de mão dupla entre a infra-estrutura e a superestrutura. Segundo essa análise, as

¹⁰⁹ CUNHA, Eneida Leal. Leituras da dependência cultural. P. 130

¹¹⁰ *Ibid.*, 132-133

relações entre uma infra-estrutura colonial e escravocrata e uma superestrutura moderna ou contemporânea, importada dos centros europeus, que Schwarz lê como incongruente, Silviano lê como “possibilidade de o presente lidar com o presente, de se apropriar da história, invertendo (aqui a palavra é essa) a experiência aniquilante do sentido histórico que se constitui do passado para o presente” (grifo da autora), embora não tenha o poder de “modificar o acontecimento colonial, retroagindo corretivamente sobre o passado, nem de “assegurar o saneamento futuro dos males estruturais”.¹¹¹ Trata-se de atribuir uma força de intervenção ao campo simbólico que, embora não possa transformar a realidade infra-estrutural, age positivamente no imaginário, abrindo portas para uma postura intelectual e crítica descolonizada.

Ao tomar como prioridade a esfera do econômico, é importante lembrar o funcionamento concreto das exclusões pautadas no imaginário colonial. Os dados expostos nos índices de desenvolvimento, relatórios da ONU etc. apontam as discrepâncias, em itens como desemprego e escolaridade, entre negros e brancos, por exemplo. Sabemos que o determinante histórico da formação colonial e escravocrata é um ponto fulcral dessas exclusões sociais, mas sabemos também que o funcionamento de um imaginário racista, superestrutural é agente fundamental na manutenção desses índices; principalmente, já não se crê numa transformação das relações e desigualdades sociais que possa ser operada a partir da reversão da base econômica, enquanto cada vez mais se percebe a eficácia da desconstrução ou reversão das representações sociais fundadas no imaginário.

Após essa longa incursão pelos agrupamentos mais complexos, passo à tarefa de apresentação dos congressos a partir da incidência de resumos nos descritores. Antes, porém, devo ressaltar que nem todos os descritores acima serão relevantes para os propósitos dessa dissertação, alguns como LÍNGUA/TRADUÇÃO, PROJETOS/ACERVOS/INSTITUIÇÕES e PERIÓDICOS,

¹¹¹ CUNHA, Eneida Leal. Leituras da dependência cultural. p. 133

se considerado o seu objeto, e DIVULGAÇÃO/DEPOIMENTO, HISTÓRICO-BIOGRÁFICA e LINGÜÍSTICA, quanto à abordagem, foram criados apenas para apresentar a ocorrência dessas categorias.

É importante ressaltar que o interesse desta dissertação é, prioritariamente, observar as questões que tenham relevo na apreciação do debate disciplinar no campo dos estudos da literatura, atualmente. Serão considerados, na apreciação crítica dos resumos, os descritores que sinalizam a predominância de vertentes contemporâneas ou marcadamente tradicionais, como COMPARATIVISMO TRADICIONAL, COMPARATIVISMO CONTEMPORÂNEO, ESTUDO DE OBRA/AUTOR, INTERDISCIPLINAR, ÊNFASE NA DIMENSÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DA CULTURA, em relação à abordagem, ou FATOS/TEXTOS “PARALITERÁRIOS”, OUTRAS LINGUAGENS e OUTROS OBJETOS, quanto ao objeto.

CAPÍTULO 4 OS CONGRESSOS DA ABRALIC: ENFOQUES E TENDÊNCIAS

Mais que qualquer outra forma de pensamento ou de ação, a literatura comparada sente uma necessidade vital de congressos. Privada de intercâmbios, fechada pelo isolamento do nacionalismo, ela vegeta ou se paralisa em academicismo. Fazer reuniões, dir-se-á, não está isento de uma certa trivialidade. Tal é, no entanto, o preço inevitável de todo comércio intelectual fecundo.

Claude Pichois, André-Michel Rousseau, Pierre Brunel

Foi reunido um total de cento e cinquenta títulos ou entradas referentes ao 1º Congresso, contando tanto os resumos das comunicações, quanto as mesas-redondas, não inseridas no livro de resumos, mas encontradas no primeiro volume dos Anais. Segundo Tânia Carvalhal¹¹², um dos motivos do congresso inicial ter sido sediado em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, foi a aproximação geográfica desse Estado em relação aos países da América Latina, o que poderia incentivar o diálogo entre o Brasil e os outros países latino-americanos, deslocando o eixo das tradicionais comparações entre a literatura brasileira e as literaturas européias. Dentre os vinte e três resumos de autores estrangeiros, identificamos doze latino-americanos, o que, embora no cômputo geral dos trabalhos não seja muito significativo, representa aproximadamente metade dos trabalhos de autoria não nacional no 1º Congresso da Associação. Os outros onze resumos estão distribuídos entre autores europeus, norte-americanos e canadenses.

Como não poderia deixar de ocorrer, o tema proposto, *Intertextualidade e interdisciplinaridade*, orientou boa parte dos trabalhos que foram arrolados em vários descritores - e especialmente aqueles classificados como COMPARATIVISMO CONTEMPORÂNEO,

¹¹² CARVALHAL, Tânia Franco. Dez anos de ABRALIC (1986-1996): elementos para a sua história. *Organon: Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre*, v. 10, n. 24, p. 15-23, 1996

METACRÍTICA/TEÓRICA-CONCEITUAL, OBRA/AUTOR(A) - para a exposição de estudos sobre as relações intertextuais entre diferentes autores; a intertextualidade na Literatura Comparada; o conceito de intertextualidade e aspectos intertextuais na obra de um determinado autor.

Quanto ao objeto, vale ressaltar a predominância de estudos sobre a literatura *tout court* e sobre os estudos literários ou conceitos referentes a esses estudos. Os objetos submetidos ao descritor FATOS/TEXTOS 'PARALITERÁRIOS' somam um total de treze resumos, distribuídos entre objetos como correspondências de autores, crônicas, diários de viagem e literatura oral. Os objetos incluídos no descritor OUTRAS LINGUAGENS ESTÉTICAS somam um total de quatorze resumos. Dentre eles destacam-se: música, pintura, montagem teatral, arquitetura, ilustrações de contos, cinema, telenovelas e publicidade – essas últimas, mais diretamente ligadas à cultura de massa, provêm das universidades cariocas, Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio Janeiro. É importante ressaltar, porém, que, em relação à UFRJ, Rachel Esteves Lima aponta uma predominância da hermenêutica heideggeriana na abordagem do literário, até meados da década de 80. Assim, predominavam, nessa universidade, a eleição de obras das literaturas intimistas, das literaturas consideradas clássicas e o interesse na persistência dos mitos clássicos na literatura contemporânea, a fim de salientar-se o caráter atemporal da obra de arte.¹¹³ O estudo de uma telenovela, apresentado por Olívia Barradas, professora dessa instituição, para o 1º Congresso, ao contrário do que poderia ser depreendido do objeto escolhido, não constitui exceção. A proposta de comunicação “Mandala: um mito degradado” investe na leitura da telenovela global em exibição na época, *Mandala*, para recuperar o mito de Édipo, dedicando-se a explorar, pelo que se lê no resumo, a degeneração contemporânea à qual ele é submetido. Nesse caso, a opção por estudar um objeto da cultura de massa não é motivada pela quebra do divisor entre alta cultura e baixa cultura. A leitura da adaptação televisiva do mito difundido pelo clássico

¹¹³ LIMA, Rachel Esteves. *A crítica literária na universidade brasileira*. f. 262

texto de Sófocles acentua as posições hierárquicas de diferentes linguagens estéticas, privilegiando a literatura.

Embora tenha ficado mais nítida a aproximação ou a coexistência entre o que pode ser considerado como Estudos Culturais e a Literatura Comparada a partir do 5º Congresso - *Cânones e contextos* –, inclusive por sugestão do temário, desde o 1º Congresso já é possível identificar algumas comunicações que transbordam os limites disciplinares tradicionais dos estudos literários e se aproximam do campo hoje identificado como Estudos Culturais ou, mais freqüentemente no Brasil, como Crítica Cultural. Dezoito resumos foram classificados nos descritores ÊNFASE NA DIMENSÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DA CULTURA e INTERDISCIPLINAR. Dos quatorze que desenvolvem leituras interdisciplinares, onze investem nas intersemioses e apenas três estabelecem uma relação com o campo da antropologia ou da etnografia, são eles: o resumo de Eneida Maria de Souza (UFMG) intitulado “Literatura e Antropologia: o conceito de universal”, que delinea as relações entre os estudos literários e o estruturalismo antropológico de Claude Lévi-Strauss; o resumo intitulado “Texto da literatura oral: a abordagem etnotextual”, de Idelette Fonseca dos Santos (UFPB), recorte de perspectiva interdisciplinar da literatura oral que associa Literatura Comparada e etnografia; “Em busca do país natal: diálogo entre o Brasil e o Canadá francês”, de Maria Bernadette Porto (UFF), que estabelece diálogos entre o Brasil e o Canadá francófono, a partir de uma perspectiva intercultural, com base numa “antropologia do cotidiano”, direcionada para a leitura de textos icônicos (publicidade, cartazes, quadrinhos). Dentre os quatro resumos de ÊNFASE NA DIMENSÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DA CULTURA, um trabalha com a questão de gênero e três com a questão étnica. São eles: “As personagens femininas em *A casa dos espíritos* de Isabel Allende”, de Renata Schreiner, do Rio Grande do Sul, que propõe uma leitura sociológica do ponto de vista minoritário no romance, com ênfase na perspectiva de gênero; “Aime Césaire, Castro Alves: duas faces do navio negreiro”, de Denise Lezan Almeida e Leila Parreira, do

Rio de Janeiro, que focaliza os temas do retorno à África, da identidade, do preconceito e do problema racial dos pontos de vista dos autores brasileiro e martiniquense; Leda Maria Martins (UFOP-MG) propôs o título “A questão da identidade no teatro negro”, a partir do que se dispõe a discutir a questão da identidade racial no Brasil e nos Estados Unidos e analisa a teatralização dos processos de identificação no palco; Elena Maidana (Argentina) objetiva, no resumo intitulado “Historia de un intertexto o el intertexto en la historia”, a leitura da intertextualidade Mbya Guarani na literatura regional, considerando os diversos processos de interdição, neutralização e escamoteio de textos culturais minoritários e de reconhecimento e velamento de sujeitos de enunciação, levando em consideração as relações entre a literatura e o discurso da história oficial.

As abordagens incluídas no descritor COMPARATIVISMO CONTEMPORÂNEO, nesse 1º Congresso, investem principalmente nos estudos de intertextualidade, no confronto de aspectos textuais de duas ou mais obras literárias, no estudo de temas recorrentes em diferentes autores, enfim, em estudos comparados que não privilegiam qualquer dimensão contextualizadora. Dentre os quarenta e sete resumos dessas comunicações, destaco dois que escapam à regra, pois explicitam o diálogo com o entorno sócio-histórico, numa perspectiva mais contemporânea: “Nordeste: romance de 30 e colonialismo”, de Letícia Malard (UFMG), propõe, a partir da leitura de cartas e depoimentos de intelectuais, uma análise dos romances da década de 30, com vistas à discussão de temas como colonialismo, regionalismo e dependência cultural no contexto nordestino; e “Imagens femininas das Américas: Iracema e Pocahontas”, de Sérgio Luiz Prado (UFSC), que se dispõe a realizar um estudo comparativo entre duas representações femininas da América em diferentes paisagens geo-culturais, a brasileira e a norte-americana, ressaltando ainda as diferentes recepções dessas imagens nos diferentes âmbitos culturais desses países. Vale ressaltar que a atuação acadêmica de Letícia Malard, na UFMG, teve importância fundamental na determinação de uma tendência crítica,

predominante nessa instituição, que se caracteriza por aliar às teorias imanentistas uma leitura contextualizadora.¹¹⁴

Além dos estudos interdisciplinares, das abordagens de ênfase na dimensão histórica e política da cultura e da leitura de Letícia Malard sobre a temática da dependência cultural, ressalta-se, nesse 1º Congresso, como primeiros traçados das aproximações entre a Literatura Comparada e os Estudos Culturais, no âmbito da Associação, um resumo que sugere, embora não explicitamente, o atual debate disciplinar. A apresentação da problemática disciplinar entre a Literatura Comparada e os Estudos Culturais, na ABRALIC, provém de uma universidade americana. Henry H. H. Remack, no resumo do trabalho “Interdisciplinary dimensions of comparative literature”, promete abordar o caráter “multidisciplinar” da Literatura Comparada, a dimensão cultural do comparativismo contemporâneo e o investimento em diferentes linguagens estéticas e nos discursos minoritários. Para finalizar a descrição do 1º Congresso, devo destacar ainda as abordagens dos resumos incluídos nos descritores ESTUDO DE OBRA/AUTOR(A) e METACRÍTICA/TEÓRICA-CONCEITUAL, geralmente numerosas em todos os congressos. O segundo descritor, que abarca tanto trabalhos sobre os estudos literários, quanto os trabalhos conceituais de diversos campos do saber, reuniu um total de trinta e cinco resumos – dentre os quais doze sobre estudos literários -, enquanto o primeiro, ESTUDO DE OBRA/AUTOR(A), reuniu trinta e um, com predominância de autores brasileiros em vinte e três resumos. Os dois juntos somam, portanto, mais de um terço dos resumos catalogados.

Finalizada a descrição desses resumos, chega-se a um primeiro, e modesto, resultado. Na leitura, um pouco mais pormenorizada do 1º Congresso da ABRALIC, podemos inferir que, desde que foi fundada em 1986, a Associação traz consigo os traços, embora inicialmente quase ilegíveis, do desenho do debate que ganha contornos nítidos no 6º Congresso. Um

¹¹⁴ LIMA, Rachel Esteves. *A crítica literária na universidade brasileira*. f. 271

resultado que não chega a ser surpreendente, se considerarmos que a segunda metade da década de 80 foi marcada pelos efeitos das já mencionadas reivindicações pela *democratização no Brasil*.

O temário do 2º Congresso – *Literatura e Memória Cultural* - sediado na Universidade Federal de Minas Gerais, na ocasião em que a diretoria da Associação esteve sob a presidência de Eneida Maria de Souza, expressa a já referida coexistência entre os saldos ou heranças de vertentes críticas imanentistas e os renovados impulsos de contextualização. Dá-se, na conjugação dos termos ‘literatura’ e ‘memória cultural’ uma ultrapassagem tanto do confinamento na textualidade, quanto do cânone estético, o que possibilitou uma maior diversificação dos resumos, o incremento das abordagens contextualizadas cultural e historicamente e a multiplicação dos objetos. Enquanto o tema da intertextualidade determinava um perfil em que predominavam as abordagens voltadas para aspectos textuais, o tema da memória cultural – que sem dúvida significava, à época, um passo para a institucionalização das transformações que vinham ocorrendo no campo dos estudos literários desde o final dos anos 70 - funcionava como um convite a pensar a literatura na sua dimensão mais ampla da cultura. É importante deixar claro, porém, que as propostas de leituras contextualizadas representavam uma minoria, quase insignificante em relação ao total de títulos, não fosse pela força de sua atuação pontual e perturbadora no cenário da crítica contemporânea.

A combinação entre tema e local de realização do 2º Congresso abre espaço para uma leitura mais ampla das relações entre memória ou tradição e contemporaneidade. Em “A permanência do discurso da tradição no modernismo”, Silviano Santiago elege como exemplo expressivo do tema a viagem dos modernistas de São Paulo a Minas Gerais, em 1924. O que há de importante, para articulação com o temário do congresso, nos exemplos de Santiago, é a

forma como os modernistas brasileiros de 22 lidam com o passado histórico e a tradição mineira. Não prevalece, na viagem, uma leitura do passado pela ótica da ironia dadá. A tradição marcante na arquitetura de Minas Gerais é lida, no contexto do modernismo brasileiro, como material novo que será, de fato, aproveitado nas produções dos paulistas, especialmente de Oswald de Andrade e de Tarsila do Amaral.¹¹⁵ Podemos, ainda, ver a temática proposta pelo evento, na chave de Andreas Huyssen, se pensarmos nas reflexões do autor sobre a relação da contemporaneidade com a memória. Relação determinada não pela recuperação e preservação de fatos previstos pelo discurso historiográfico oficial, mas pelo retorno ao passado como forma de produzir novas “âncoras temporais”.¹¹⁶ A relação que a contemporaneidade estabelece com o passado é simultaneamente condição e sintoma de uma nova perspectiva crítica que focaliza a emergência de discursos marginalizados pelas instâncias canônicas literárias e pela história.

A grande diversidade dos objetos submetidos a diferentes descritores é visível. Dentre os duzentos e quarenta e cinco títulos catalogados a partir do livro de resumos e do primeiro volume dos Anais desse evento,¹¹⁷ quarenta e quatro foram reunidos sob a rubrica da “paraliteratura”, dentre os quais encontram-se relatos de viagem, diário íntimo, correspondências de escritores, depoimentos, testemunhos, literatura popular e tradição oral, mitos indígenas e literatura infantil. Também são diversos os objetos pertencentes a diferentes sistemas semióticos, sob o descritor OUTRAS LINGUAGENS, que somam quinze resumos: cinema, montagem teatral, fotografia, MPB, arquitetura urbana, novas tecnologias de comunicação, publicidade e jornalismo. Finalmente, somando-se ao já bastante eclético conjunto de objetos, encontram-se ainda dois que não se enquadram em nenhuma dessas classificações e que, portanto, foram incluídos no descritor OUTROS OBJETOS: documentos

¹¹⁵ SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas da Letra*. São Paulo: Editora Schwarcz, 1989. p. 104-107

¹¹⁶ HUYSEN, Andréas. *Memórias do modernismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 7-21

¹¹⁷ Os resumos das comunicações publicadas no primeiro volume dos Anais deste congresso não foram publicados. Como correspondia às mesas redondas e sessões plenárias, precisei incluí-lo no corpus da pesquisa, para não perder parte expressiva do material.

históricos/cartográficos e o ritual Tupi “Kuna Apayka”. Sem dúvida, o tema amplo e convidativo da memória cultural propiciou a reunião e a divulgação desses investimentos diferenciais, na tradição do campo, e deu visibilidade, como um efeito de conjunto, ao que estava acontecendo pontual e isoladamente em algumas universidades.

A ampliação do plano de objetos correspondeu também à ampliação do horizonte das abordagens. No descritor INTERDISCIPLINAR pôde-se reunir, acerca desse evento, um total de dezenove resumos, dentre os quais destaco alguns que trazem para o âmbito da Associação a antropologia e a sociologia: “Retratos de casamento”, de Miriam Lifchitz Moreira Leite (USP), corresponde a uma análise de fotografias, com vistas à identificação dos lugares do interdito e da tradição nos signos sociais; “Os hospícios de M. L. C.: apontamentos”, de Ângela Maria de Freitas Senra (UFMG), a partir da leitura do diário *Hospício é Deus*, da escritora mineira Maura Lopes Cançado, e de contos escritos em hospícios pela mesma escritora, propõe-se a traçar vestígios de uma fase do tratamento da loucura no Brasil, trazendo questões sobre os estereótipos culturais e sobre as relações entre a ficção e o documento; Maria Cristina Guido (PUC-RJ), no resumo intitulado “A mulher civiliza-se”, propõe uma análise da educação feminina na burguesia carioca do início do século XX, a partir de depoimentos das ex-alunas do Colégio Sacré-Couer que marcaram o comportamento das mulheres da elite econômica brasileira, com traços da moral religiosa francesa, assinalando o refinamento, a compostura, a polidez, a discrição e a hierarquia; Leda Maria Martins (UFOP-MG) propõe, no resumo “Gestos da memória popular e da memória poética”, a análise da recriação e da tradução da memória cultural na comunidade negra dos Arturos e a análise dos traços de uma memória cultural coletiva dessa comunidade, a partir da produção do poeta e ensaísta Edimilson de Almeida Pereira; “Kuna apayka veraju ou o encontro com os donos do ser”, de Graciela Chamorro (UNISINOS), é o resultado de uma pesquisa de campo numa aldeia indígena Tupi-guarani, que resulta numa discussão sobre as relações entre

identidade e alteridade, no trabalho etnográfico; Maria Ceres Pimenta Spínola Castro (UFMG), no resumo “MCM e as interfaces do social: o caso Ângela Diniz”, focaliza a construção da personagem Ângela Diniz pelos meios de comunicação de massa, confrontando os diversos veículos de comunicação e contrapondo os diferentes registros discursivos das colunas sociais, reportagens policiais, matérias de comportamento e crônicas. É oportuno destacar, a princípio apenas como comentário, que a rentabilidade da aproximação entre os campos da literatura e da sociologia está no encontro dessas disciplinas com o seu “fora”. Ao se aproximar da literatura, a sociologia tradicional, preocupada com a efetividade sócio-cultural, depara-se com a textualidade do mundo. Ao se aproximar da sociologia, os estudos da literatura, por sua vez, vêm-se compelidos a considerar a dimensão sócio-cultural e histórico-política dos objetos estéticos, resgatando-os do confinamento, numa dimensão que transcende – ou se mantém aquém - do corpo social.¹¹⁸ Essa interpenetração dos diversos campos do saber torna-se mais perceptível com o atual posicionamento limite – que pode ser lido como decorrente da emergência dos Estudos Culturais - em relação aos territórios disciplinares das ciências humanas (história, sociologia, comunicação, antropologia e letras). Veremos oportunamente que o debate na ABRALIC também se apresenta como sintoma do desconforto provocado pelos Estudos Culturais no interior dessas disciplinas.

Encontram-se ainda, nesse congresso, sete resumos cujas abordagens foram reunidas pelo descritor ÊNFASE NA DIMENSÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DA CULTURA. Dentre eles, dois exploram a temática das políticas do corpo em relação à obesidade, aos padrões estéticos e à questão de gênero, dois exploram exclusivamente a problemática de gênero e três a problemática racial. São eles: “Feeding the transcendent body”, de George Yudice (EUA), que promete articular às políticas do corpo as políticas sociais, especialmente no que se refere ao controle do corpo pelos padrões de beleza ou pelas religiões, trabalhando temas como a

¹¹⁸ CUNHA, Eneida Leal. Notas de aula. LET 685 – Estudos Culturais. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Salvador, UFBA, Inst. de Letras, 2002/1

bulimia, a anorexia, a obesidade, o tabu da dieta e associando essas reflexões às questões de gênero; “Retrato de mulher / retrato de homem: almanaques de farmácia de 1920 a 1930”, de Vera Lúcia Casa Nova (UFMG), dispõe-se a analisar os dispositivos políticos e pedagógicos de controle do corpo, veiculados pelos almanaques de farmácia do *Biotônico Fontoura* e *A Saúde da Mulher*, com foco nas imagens do corpo do homem e do corpo da mulher; Ana Luiza Andrade (UFAL) propõe, no resumo “Nelson Rodrigues: mascarada feminina / teatral”, a leitura da fascinação do autor pela identidade feminina enquanto sua alteridade sexual e sugere uma avaliação da busca da identidade feminina pelo teatro de Nelson Rodrigues como ilusória, como máscara para um palco patriarcal; “A memória feminina: dos bastidores ao palco. A reprodução da atriz em Anne Herbert, Nélide Piñon e Lygia Fagundes Telles”, de Maria Bernadete Velloso Cairo (UFF), anuncia uma leitura de romances dessas autoras, a fim de refletir sobre a memória feminina em sociedades ditas periféricas, considerando a dupla articulação de identidades minoritárias nacional e sexual. Entre os três resumos que trabalham a identidade racial estão o de Silvano Santiago, “Oswald de Andrade ou: elogio da tolerância racial”, já referido acima; “The maid and the misbegotten: the subservient and the subversive cry out against oppression in Brasil”, de Dario Borim Júnior (EUA), que propõe a leitura dos textos *Diário de Bitita* e *Sitiado em Lagos*, de escritores negros, com o objetivo de identificar o tratamento da problemática racial no Brasil, da identidade étnica e da subalternidade; e “Escravidão e memória feminina”, de Maria Lúcia de Barros Mott (USP), que investe na leitura de *Diário de Bitita*, com vistas ao delineamento da problemática racial no Brasil contemporâneo e dos vestígios da escravidão.

Os dois descritores que reúnem maior número de propostas de comunicação, COMPARATIVISMO CONTEMPORÂNEO e ESTUDO DE OBRA/AUTOR(A), somados abarcam aproximadamente 55% dos resumos. Apesar de predominarem, nesse segundo descritor, trabalhos que investem na análise das características da obra ou do(a) autor(a), ou que tomam

a obra como pretexto para desenvolver questões teóricas, quero destacar dois resumos que transbordam a análise da textualidade, no sentido estrito, para o contexto: “Oswald, utopia, contemporaneidade”, de Lauro Belchior Mendes (UFMG), que incide, a partir da leitura do modernismo, em questões como subversão de versões da história oficial, antropofagia e crítica à colonização; e “Lê Mât de Cocagne: escrita, memória e identidade”, de Maria Nazareth Soares Fonseca (UFMG), que aborda, no romance haitiano de René Depestre, o passado recente do Haiti e a construção da identidade nacional haitiana, articulando os termos escrita e memória. Considerando o que foi dito acima acerca da tendência crítica da UFMG em conciliar às leituras textuais, imanentistas, uma abordagem contextual, vale a pena chamar atenção para o fato de que as duas abordagens destacadas são provenientes dessa instituição.

Nos sessenta e oito resumos classificados como comparativismo contemporâneo, continua predominando o confronto descontextualizado dos objetos. Selecionei, porém, alguns resumos que investem na dimensão extra-textual de diferentes maneiras, ao examinarem as relações entre memória e tradição no âmbito geopolítico periférico, ao delinearem o lugar da ficção em sociedades de governo ditatorial e ao focalizarem a problemática da pós-colonialidade em países de passado colonial recente: “Memória y tradición”, de Ricardo Piglia (Argentina), estuda as relações entre esses dois termos na literatura argentina e articula a impossibilidade do esquecimento com a noção de “extra-tradição”, lida como potencialidade de subversão da memória e condição do escritor periférico; o resumo de Beatriz Sarlo (Argentina), “Memória cultural, memória política: la imaginación del futuro”, recorre a narrativas cinematográfica e literária em contexto político ditatorial para ler em confronto os espaços discursivos da repressão e do autoritarismo e da criação e da arte; o resumo de Rita Chaves (USP), “A geografia da memória na literatura angolana”, propõe a leitura de textos das literaturas angolana e brasileira, a fim de destacar a questão da identidade nacional da formação colonial desses dois países; e “O escorpião e a

amendoeira: retratos maghrebinos”, de Geraldo Ramos Ponte Júnior (UFRJ), procede à leitura de dois autores francófonos, Albert Memmi e Tahar Bem Jelloun, inserindo-os numa tradição literária anticolonialista.

Os títulos apresentados acima, para os descritores de abordagem, constituem um conjunto de propostas de investigação vinculadas às transformações nos campos culturais e nos espaços do saber, que expõem as fissuras nos limites disciplinares dos estudos literários. Destacá-las em sua, ainda pequena, ocorrência no universo dos primeiros congressos é traçar o desenho do debate disciplinar, objetivo explicitado no primeiro parágrafo deste capítulo.

O 3º Congresso aconteceu na ocasião em que a diretoria da ABRALIC esteve sob a presidência de Silviano Santiago, em 1992. A associação de dois fatos relativos a esse evento sinaliza de antemão o direcionamento que se pretende dar às apresentações, são eles: a escolha do tema *Limites* e do convidado para abrir o Congresso e também para fomentar as discussões disciplinares iminentes, Fredric Jameson – nome àquela altura bastante expressivo na cena, ainda incipiente no Brasil, das reflexões sobre a pós-modernidade. A Nota Prévia que abre o livro de resumos, assinada pela diretoria, confirma a pretensão:

Ao final da década passada, acontecimentos históricos imprevisíveis e angustiantes trouxeram de volta a incontornável relação entre o artístico e o político no século XX. Levando em conta estes dados históricos, culturais e sociais e outros que não caberiam no curto espaço desta Nota, é que a atual Diretoria pensou concentrar os esforços dos nossos pesquisadores, durante estes três dias de agosto, em torno da noção de Limites.¹¹⁹

Chamar a atenção da assinatura principal de Silviano Santiago – presidente da ABRALIC, na ocasião do evento – no trecho citado, parece importante, pois acentua a sua já enfatizada atenção em articular a esfera cultural e os acontecimentos políticos. O final da

¹¹⁹ 3º Congresso ABRALIC: limites, 3, 1992, Niterói. *Contraponto*: boletim da Associação Brasileira de Literatura Comparada. Niterói: UFF, s/d. 96 p.

década de 80 foi marcado pela consolidação da democracia política e pela primeira eleição livre, em 89.

O tema, que parece vago se pensado fora de qualquer contexto, aliado aos fatos mencionados e ao cenário cultural emergente, envolve-se em uma rede de significados: limites entre literatura e cultura, limites entre alta cultura e cultura de massa, limites entre saber erudito e saber popular, limites entre civilizado e primitivo, limites entre centro e periferia, limites entre modernidade e pós-modernidade. O texto da conferência de Fredric Jameson foi publicado nos Anais do Congresso com o título “The situation as an internal limit: constraints of post-modern architecture” e constituiu uma análise da arquitetura pós-moderna e de seus transbordamentos para outras artes, a partir de duas concepções diferentes de limite: uma a-histórica, dialética e essencialista, que o autor considera perigosa, e outra histórica e política, que permite uma avaliação contextualizada dos termos separados pelo divisor moderno.

Diante do que foi proposto pela diretoria do congresso, vale a pena investigar a ocorrência de resumos que se propõem a discutir o tema da pós-modernidade, especialmente aqueles voltados para uma reflexão teórico-conceitual do termo. Dentre os sessenta e um resumos dedicados a abordagens metacríticas ou teórico-conceituais, apenas seis investem nos termos pós-modernidade, globalização ou contemporaneidade – o que já é significativo, se considerado que, entre o 1º e 2º Congressos, encontramos apenas três resumos sobre essa temática, submetidos a esse mesmo descritor: o de Sônia Salomão “A representação em crise”; o de Ítalo Moriconi (UERJ), “Chassez lê naturel et il reviendra au galop: história literária hoje”; e o de Luis Alberto F. Brandão Santos (UFMG), “Mais um olhar: para uma literatura pós-moderna, uma crítica pós-moderna?”. Em 1992, contribuem para a multiplicação dos investimentos no tema: “Le Roman et la postmodernité: um métarapport”, do canadense Daniel Castillo Durante; “A respeito da questão da pós-modernidade no Brasil”,

de Francisco Caetano Lopes Júnior (EUA); “Reciclagens pós-modernas do barroco na América Latina”, de Irlemar Chiampi (USP); “Marginais, niilistas e pós-modernos: para uma história da poesia recente do Brasil”, também de Ítalo Moriconi (UERJ); “Identité textuelle, identité culturelle: reflexiones théoriques sur la ‘dénacionalization’ du récit au XX^{ème} siècle”, de Manfred Schemeling (Alemanha); “Oásis ou deserto? Um panorama da criação e da crítica literária no Brasil”, de Nízia Villaça (UFRJ), conhecida pela publicação de livros sobre as temáticas da pós-modernidade, da globalização e das novas tecnologias. Além dessas propostas de comunicação veiculadas à pós-modernidade, interessa-me destacar, ainda sob esse descritor, um outro resumo que, embora não desenvolva diretamente uma reflexão sobre a pós-modernidade, encontra-se na correnteza das reflexões críticas ligadas a ela: “O rato que ruge: aspectos do discurso literário pós-colonial em língua inglesa”, de Lynn Mario T. Menezes de Souza, que propõe lançar mão da crítica cultural de Homi Bhabha, na avaliação da pós-colonialidade.

Aproveito a oportunidade para expor os resultados de uma breve investigação das primeiras ocorrências de nomes expressivos da crítica cultural contemporânea na bibliografia das comunicações publicadas nos Anais dos Congressos. Além do nome, muito significativo, de Silviano Santiago, que aparece já no 1º Congresso, embora em um número reduzido de comunicações, alguns teóricos do cenário internacional começam a se apresentar nos debates sobre pós-modernidade e pós-colonialidade, desde o 2º Congresso, como: Fredric Jameson, Gianni Vattimo, Jean-François Lyotard, Nestor Garcia Canclini e Walter Mignolo. Esses nomes aparecem predominantemente na bibliografia de conferencistas de universidades latino-americanas e norte-americanas. No 3º Congresso, organizado por Silviano Santiago, esses nomes se multiplicam e se somam aos nomes de Edward Said, Gayatri Spivak e Homi Bhabha. É válido o comentário de que os três últimos aparecem pela primeira vez na bibliografia da comunicação, escrita em espanhol, de um conferencista de nome latino, Carlos

Rincón, embora vinculado à Universidade de Berlim, na Alemanha, o que pode ser indício de uma experiência diaspórica, inclusive no título, “Los limites de Macondo”, referência à pequena aldeia dos Buendía de Gabriel Garcia Márquez.

Nota-se, nos resumos incluídos nos descritores COMPARATIVISMO CONTEMPORÂNEO e ESTUDO DE OBRA/AUTOR(A), um aumento considerável dos estudos que ultrapassam os limites da análise textual ou do estritamente literário. Ao todo eles representam 50% do total de duzentos e vinte e nove títulos¹²⁰, dentre os quais, aproximadamente 20% privilegiam o contexto cultural, social, histórico dos objetos. Entre os títulos reunidos por esses dois descritores, destaco alguns que considero representativos dos desdobramentos das mudanças que vêm ocorrendo, nas três últimas décadas, no cenário crítico brasileiro: “Alguma coisa está fora da velha ordem mundial”, de Else Ribeiro Pires Vieira (UFMG), consiste no estudo comparado do cinema, da música e da literatura de países centrais e periféricos, tomando como foco a avaliação dos mecanismos de apropriação e tradução, na reversão do fluxo colonial; “Da legibilidade da cidade: texto, labirinto, montagem”, de Renato Cordeiro Gomes (PUC-RJ), visa à leitura da textualidade da cidade moderna, a partir do conto “O Imortal”, de Borges, de uma fotomontagem de Paul Citroen e de poemas de Oswald de Andrade; “A terra e a pedra: imagens do limite na poesia de Rui Duarte de Carvalho e João Cabral de Melo Neto”, de Rita Chaves (USP), é um estudo comparativo dos autores brasileiro e angolano, com vistas ao redimensionamento das relações entre os procedimentos de vanguarda, adotados por esses autores, e os valores culturais de suas distintas formações coloniais; “Os lusíadas no recôncavo baiano: um romance familiar”, de Eneida Leal Cunha (UFBA), constitui uma leitura dos textos “Ilha de Maré”, de Botelho de Oliveira, e “Descrição da Ilha de Itaparica”, de Frei Manuel de Santa Maria Itaparica, tendo como horizonte avaliar a

¹²⁰ Esse número não corresponde à redução de números de participantes, mas significa que nem todas as comunicações tiveram seus resumos publicados, por motivos que escapam à competência dessa dissertação.

relação com Camões, através do conceito de *romance familiar* de Freud, como “inserção compensatória do Brasil na epopéia lusitana”. O cotejo de textos provenientes de diferentes instituições acadêmicas amplia o horizonte de investigação para os possíveis pontos de interseção dessas universidades, no contexto da crítica contemporânea. Destaco, portanto, uma instituição ainda não mencionada aqui, a Universidade Federal da Bahia.

O Curso de Mestrado em Letras, fundado em 1976, contou, principalmente, com duas professoras que ministravam quatro disciplinas, na Área de concentração Teoria da Literatura: Judith Grossmann e Heliana Simões. A formação dessas professoras determinou a predominância de vertentes teóricas ligadas ao New Criticism, pela formação de Judith Grossmann na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, e à hermenêutica – pela formação heiddegeriana de Heliana Simões na UFRJ, orientada por Eduardo Portela. Embora a atuação dessas professoras, principalmente de Judith Grossmann, tenha deixado marcas significativas até hoje – é o que expressa a comunicação de Evelina Hoisel (UFBA), “Autobiografia e metalinguagem na obra de Judith Grossmann” –, não só no curso de pós-graduação, mas também no curso de graduação dessa instituição, através das disciplinas de Teoria da Literatura, a formação diversificada de professores que passaram a lecionar na Pós-Graduação da UFBA (PUC-RJ, USP, UFMG), a partir do início dos anos 90, propiciou uma ampliação no horizonte de abordagens no campo dos estudos literários. A atuação de Eneida Leal Cunha merece destaque no que se refere ao investimento numa vertente crítica vinculada à crítica cultural contemporânea, na linha de Silviano Santiago. Essa atuação, muito marcante nos cursos de graduação e pós-graduação do Instituto de Letras da UFBA, dá-se tanto nas atividades docentes, através do ensino das literaturas brasileiras e de disciplinas da pós-graduação, quanto nas atividades de pesquisa, através da elaboração e coordenação de projetos integrados e da orientação de alunos de iniciação científica, e de alunos do mestrado e doutorado.

Antes de encerrar a descrição desse congresso, dois resumos devem ser mencionados. Em primeiro lugar, assinalo a ocorrência, dentre os dezoito resumos de ênfase na dimensão histórica e política da cultura, de um estudo sobre o homoerotismo, de título bastante sugestivo e provocador, no que diz respeito ao padrão estético da ambigüidade e ao deslocamento desse padrão na inserção de uma leitura política: “Explicando o ambíguo: máscaras e sinais em três obras homoeróticas”, de Mara Lúcia Faury e Sapê Grootendorst (PUC-SP), dentre as quais estão Guimarães Rosa e Marcel Proust¹²¹. Aponto, também, o resumo de George Yúdice (NYU-EUA) sobre o debate disciplinar, dessa vez, exposto no título: “Cultural Studies and the paradigm shift in the valuation of aesthetic culture”. Já é possível inferir que a referência aos Estudos Culturais entra na ABRALIC, desde o 1º Congresso, pela via internacional, e encontra no contexto acadêmico brasileiro a iminência de grandes confrontos, que já vêm sendo alimentados desde os primeiros gestos de desierarquização dos objetos culturais e dos lugares do saber.

No 4º Congresso, o aumento do número de participantes, associado à crescente circulação de uma produção crítica contemporânea no Brasil, resulta na visível proeminência das abordagens que privilegiam temas pungentes no cenário cultural, o que, certamente, prepara o terreno para o congresso seguinte que apresenta, no temário *Cânones e contextos*, uma provocação. Com o tema *Literatura e Diferença*, o 4º Congresso foi sediado em São Paulo, sob a presidência de Benjamin Abdala Júnior e vice-presidência de Leyla Perrone-Moisés, nomes identificados, no cenário da crítica literária, apesar da flagrante diferença entre as respectivas vertentes de trabalho, à ala mais resistente ao conjunto dos últimos acontecimentos no terreno dos estudos literários. Chego portanto a um resultado provável,

¹²¹ Esses estudos vão marcar seu espaço na Associação no 6º Congresso, em mesa temática, bastante concorrida na ocasião da apresentação no congresso, em 1998. Embora fora do âmbito dessa dissertação, é interessante registrar que, em 2000, no 7º Congresso, a temática teve crescimento quantitativo e qualitativo suficiente para aparecer em várias mesas-redondas e sessões de comunicação, além de merecer uma sessão semiplenária – o que é expressivo na hierarquia interna à organização dos congressos da Abralic.

porém um pouco precoce: embora as diretorias desses eventos possam, através do temário do congresso, sinalizar uma desejável direção das discussões, não é possível conter a irrupção dos acontecimentos e das mudanças.

Entre os trezentos e sessenta e seis resumos, um total de cento e setenta foi incluído nos descritores COMPARATIVISMO CONTEMPORÂNEO e ESTUDO DE OBRA/AUTOR(A), onde estão concentrados os trabalhos mais ligados a uma perspectiva crítica mais tradicional, ou permeados por pequenas aberturas de perspectiva, sem entretanto aderir à reversão do campo. Dentre eles, destaco três que tratam de questões relativas à contemporaneidade: “De Famílias, Origens, Nações: a tradução de *Cem Anos de Solidão* em *Os filhos da meia noite* de Salman Rushdie”, de Adriana Silvina Pagano (UFMG), incide na leitura de Salman Rushdie como tradução cultural de Gabriel Garcia Márquez, no que diz respeito às noções de família, origem e nação; “Políticas do primitivo”, de Ana Cecília A. Olmos (UFSC), consiste numa proposta de leitura das relações entre o primitivo e o moderno em contextos de modernidade periférica, a partir de Mário de Andrade e Lezama Lima; “O olhar do outro: o ‘internacionalismo’ do romance inglês contemporâneo”, de Peônia Viana Guedes (UERJ), propõe uma reflexão sobre os temas nação, identidade, alteridade, integração, no contexto multinacional e pluriracial da contemporaneidade inglesa, a partir da literatura de imigrantes, ressaltando a impossibilidade do recorte literatura nacional/literatura colonial.

Muitos dos trabalhos voltados para a discussão de temas e pressupostos da crítica contemporânea encontram-se sob o descritor de abordagens teóricas. Alguns merecem destaque: “Nem dentro nem fora: elementos para uma abordagem crítica”, de Ana Lúcia Gomes Medeiros (UFSC), investe no estudo da crítica pós-abertura política como importante contribuição para a crítica contemporânea, especialmente no que diz respeito à produção e divulgação de bens culturais; “A produção simbólica na construção de uma nova ordem”, de Ana Rosa Neves Ramos (UFBA), estuda as noções de identidade e alteridade cultural na

‘crise da modernidade’ (grifo da autora); “Na contramão de Dom Quixote”, de Arturo Gouveia de Araújo (UFPB), propõe a análise dos intercâmbios entre literatura e jornalismo, na década de 70, no Brasil, focalizando as relações entre o romance pós-64 e a indústria cultural; “Estudos literários e identidades culturais”, de Beatriz Resende (UFRJ), discorre sobre a postura dos intelectuais brasileiros diante dos temas nacionalismo, globalização, identidades nacionais e identidades culturais; “A alteridade e a retórica”, de Idemburgo Pereira Frazão Félix (UERJ), consiste no estudo da constituição da identidade nacional brasileira e da identidade nacional mexicana, pondo em confronto a idéia de ‘jeitinho brasileiro’ e o movimento Zapatista, como duas formas diferentes de forjar a identidade; e “Através da transgressão”, de Raul Antelo (UFSC), que traz para o espaço do Congresso os conceitos de teóricos contemporâneos como Homi Bhabha, James Clifford, Fredric Jameson e Edward Said.

Nos descritores que, por definição, reúnem trabalhos que subvertem o interior do campo disciplinar da literatura, ESTUDO DE ASPECTOS EXTRA-ESTÉTICOS, ÊNFASE NA DIMENSÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DA CULTURA e INTERDISCIPLINAR, foi reunido um número pouco significativo de resumos, que, no entanto, devo destacar. Entre os vinte e nove títulos que integram o descritor ÊNFASE NA DIMENSÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DA CULTURA, encontramos: “Enigma e fragmentação em conto de Caio Fernando Abreu”, de Bruno Souza Leal (UFMG), que consiste numa leitura do conto “Pela Noite”, privilegiando a reflexão sobre a identidade homossexual e o tratamento social da sexualidade; “Da casa do índio em Rondônia ao Museu do Homem em Paris, Via USP”, de Ivete Lara Camargos Walty (UFMG), descreve o trajeto percorrido pela autora na tese de doutorado sobre a alteridade indígena enquanto minoria étnica; “A diferença entre as Américas: questionamento proposto pela literatura feminina negra dos Estados Unidos”, de Stelamaris Coser (UFES), que reflete sobre a aproximação entre a literatura negra feminina norte-americana e as literaturas latino-americanas e

caribenhas, questionando o critério de nacionalidade literária; e “Que forças movem estas mulheres?”, de Eneida Leal Cunha (UFBA), que desenvolve a leitura comparativa de textos de Clarice Lispector, Maria Velho da Costa, Nérida Piñon e Maria Gabriela Llansol, com ênfase na discussão da problemática de gênero e na reflexão sobre literatura, nacionalidade, política, história, gêneros e etnias, como “lugares tensos da contemporaneidade”. É importante salientar que alguns trabalhos, como os de Eneida Leal Cunha e de Bruno Leal, ficam na interseção das abordagens de COMPARATIVISMO CONTEMPORÂNEO e ÊNFASE NA DIMENSÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DA CULTURA. A opção por submetê-los à segunda é a possibilidade de, no cômputo geral, distingui-los dos resumos que não investem na questão das políticas minoritárias. Considero, entretanto, saudáveis essas interseções, uma vez que expõem as fragilidades das fronteiras entre a crítica cultural e a crítica literária e, principalmente, são um lembrete constante acerca dos limites fluídos que precisam ter classificações.

Entre os dezoito resumos de caráter interdisciplinar e os cinco resumos que se direcionam para os aspectos extra-estéticos dos objetos, destaco, a título de exemplo, alguns que considero representativos: “Literatura e antropologia, ‘Deep play’: anotações sobre o carnaval carioca brasileiro 1994”, de Ellen Spielmann”, é uma leitura do carnaval brasileiro, pelo viés da ‘antropologia literária’, ou da conjugação entre a crítica literária e a crítica cultural; “O livro é melhor que o filme?”, de Pina Coco (PUC-RJ), consiste no estudo de adaptações cinematográficas ou televisivas de obras literárias, através de uma abordagem intersemiótica; “El sistema literário mexicano”, de Alberto Vital Diaz (México), aponta para a leitura dos mecanismos de canonização, hierarquização e desqualificação da literatura, pelo *marketing* cultural e pela crítica jornalística e universitária. Embora as abordagens interdisciplinares se refiram geralmente a recortes que elegem as intersemioses, é importante

marcar a ocorrência de resumos, como o de Ellen Spielmann, que articulam literatura e cultura, estudos literários e antropologia.

Para finalizar a descrição do 4º Congresso, apresento ainda dois resumos que se aproximam da temática do debate disciplinar: “A crítica literária brasileira contemporânea”, de Célia Pedrosa (UFF), que investiga as interlocuções entre a crítica literária, a sociologia, a história, a filosofia e a política e a problemática entre Silvano Santiago e Roberto Schwarz; e “Revisando a metáfora do jogo: cultura, crítica literária e literatura”, de Haydée Ribeiro Coelho (UFMG), que analisa a tensão entre cultura e literatura na crítica literária atual e na Literatura Brasileira, pelo viés derridiano da metáfora do jogo nas ciências humanas.

O tema do 5º Congresso da ABRALIC é o barril de pólvora de um debate que já vinha se estendendo, como pudemos observar, desde o 1º Congresso, que reuniu, em uma Associação de grande porte, estudiosos de diversas proveniências, num momento da crítica literária em que o consenso estava longe de ser uma possibilidade. *Cânones e contextos*, em que pese sobre o seu título a suspeita de que pode ter sido proposto como uma tentativa de pacificação, promoveu uma catarse intelectual de pesquisadores que puderam aproveitar o convite do temário para expor suas inquietações – e suas divergências - diante dos acontecimentos no terreno da crítica literária.

A escolha de Homi Bhabha para abrir o evento foi significativa para marcar a consolidação do novo paradigma crítico no Brasil. Nome de destaque no cenário internacional, o crítico apresenta, em território brasileiro, suas reflexões sobre os lugares periféricos no contexto da globalização. Um outro convidado de destaque no congresso é Alberto Moreiras, conhecido por suas reflexões sobre o debate entre estudos culturais e literários e pelas reflexões sobre a América Latina no sistema global. É interessante observar como a ABRALIC promove a abertura de espaços para a atuação desses críticos na cena

nacional, fora dos limites dos congressos. Nesse sentido, decorrem da vinda desses intelectuais para a ABRALIC as traduções dos livros de Homi Bhabha, pela editora da UFMG, em 1998, e de Alberto Moreiras, pela mesma editora, em 2001, este último apresentou, no 6º Congresso em 98, uma comunicação que antecipava para os congressistas muitas das inquietações expressas em seu livro.

Retomando os resumos das comunicações, verifico a ocorrência de aproximadamente 50% do total das abordagens nos descritores COMPARATIVISMO CONTEMPORÂNEO e ESTUDO DE OBRA/AUTOR(A). Vale a pena citar alguns títulos que se integram às abordagens classificadas no primeiro descritor: “Viagem, memória e disseminação”, de Antelene Campos Tavares Bastos (UFMG), sobre as relações entre memória, nação e identidade cultural nos conflitos sócio-culturais angolanos, a partir da leitura da ficção de Luandino Vieira; “O romance histórico: do cânone à transgressão”, de Bella Jozef (UFRJ), estudo comparado sobre o romance histórico do século XIX e os romances contemporâneos, que recorrem ao passado histórico como acervo cultural e não como referencialidade; “Um jogo de espelhos: o imaginário das margens”, de Deila Conceição Peres (UFF), sobre as relações entre Brasil e Canadá como diálogo de margens; “Desde las fronteras o una lectura de la trama cultural puertorriqueña”, de Gabriela Tineo (Argentina), que consiste no paralelo entre a colonização espanhola e a colonização estadunidense de Porto Rico, com vistas à reflexão sobre as noções de fronteira lingüística e fronteira territorial, a partir da produção ensaística de 30 e literária de 70; “A semântica da diferença: a ficção angolana hoje”, de Laura Cavalcante Padilha (UFF), estuda a ficção angolana pós-75 como desconstrução de modos de representação literária hegemônicos; e “Québec/Nordeste: as estratégias da sobrevivência”, de Márcia Cavendish Wanderley (UFF), investe na leitura dos textos *Bonheur d'occasion*, de Gabrielle Roy e *Mulheres de Tijucupapo*, de Marilene Felinto, a fim de identificar as aproximações

entre os processos de dominação econômica, cultural e lingüística do Canadá sobre o Quebec e do Centro Sul sobre o Nordeste brasileiro.

Embora as intervenções arroladas em ESTUDO DE ASPECTOS EXTRA-ESTÉTICOS, ÊNFASE NA DIMENSÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DA CULTURA e INTERDISCIPLINAR tenham sido pouco numerosas, as abordagens teóricas reuniram um número considerável de títulos sobre pós-modernidade, cânone e crítica literária atual. Dentre elas, estão: “A tropicália e a descoberta do Brasil”, de Alexandre Ferreira de Mendonça (UERJ), que lê o tropicalismo como ‘máquina de guerra’ contra as práticas canônicas; “Uma análise da proposta de desierarquização do discurso teórico-crítico na América Latina, a partir do conceito de hegemonia de Gramsci”, de Eleonora Ziller Camenietzki (UFRJ); “The Battle of the Cânon: a common sense approach” consiste na reflexão sobre as polaridades relatividade x normatividade, hegemonia ocidental x marginalização não-ocidental, universalidade do cânone x particularidades políticas, sociais, étnicas e econômicas; “A literatura na cultura visual”, de Karl Erik Sholhammer (PUC-RJ), investiga a situação contemporânea da literatura numa época de hegemonia da cultura visual; “A narrativa pós-moderna e a imagem”, de Luiz Carlos Simon (UEL), sobre as relações entre a narrativa contemporânea e a cultura de massa, empreendendo a reavaliação dos conceitos de alteridade e globalização; e “As fronteiras internas da Nação”, de Wander Melo Miranda (UFMG), que consiste em reflexões sobre a Nação como espaço heterogêneo da identidade a ser compartilhada.

Os efeitos, nada pacificadores, da escolha do temário são depreendidos dos seis títulos reunidos sob a rubrica DEBATE DISCIPLINAR. Número notável, se considerarmos que, até então, só encontramos, no máximo, dois títulos nesse descritor em um único congresso, sem desconsiderar, evidentemente, que o total de resumos catalogados nesse evento reúne quatrocentos e cinquenta trabalhos. Dentre eles, apresento os que se seguem: “Classe, gênero, raça, a Literatura Comparada no milênio”, de Eduardo de Assis Duarte (UFRN), que consiste

na análise tanto do apagamento das fronteiras disciplinares dos estudos literários quanto do viés político das novas abordagens; “Pensando d(as) margens: estará o cânone em estado de sítio?”, de Rita Terezinha Schmidt (UFRGS), que é uma leitura do debate sobre o cânone no contexto cultural contemporâneo; e, finalmente, “Ficções e paradigmas”, de Eneida Maria de Souza (UFMG), que corresponde a uma investigação dos impasses do saber contemporâneo, a partir da leitura de textos ficcionais, tendo em vista a marcação de seu posicionamento no atual debate disciplinar. Ressalte-se que a presença marcante de Eneida Souza no debate sobre os estudos literários na contemporaneidade vai além da abertura promovida pelo congresso que presidiu, e será avaliada oportunamente.

Duas comunicações, que não constam no conjunto dos resumos, devem ser mencionadas pelas repercussões que provocaram no cenário intelectual. Luiz Costa Lima e Leyla Perrone-Moisés, nas intervenções intituladas “O comparatismo hoje” e “A crítica literária hoje”¹²², apresentadas numa mesma mesa desse evento, questionam, de forma veemente, os paradigmas críticos contemporâneos. A avaliação negativa, de ambos, da crítica contemporânea provocou os ânimos de muita gente e produziu respostas quase que imediatas que convulsionaram o evento, além de ter estimulado, em seqüência, contra-argumentações como a de Wander Melo Miranda (UFMG), no artigo “Projeções de um debate”¹²³, publicado em 1998, na *Revista Brasileira de Literatura Comparada*; e a de Eneida Maria de Souza, no artigo “A teoria em crise”¹²⁴, publicado na mesma revista.

Com a finalidade de destacar o debate disciplinar formulado pelo temário do 6º Congresso, optei por deslocá-lo deste capítulo, destinado às descrições gerais de cada um dos eventos, e lançá-lo em um capítulo à parte. Aproveitarei a oportunidade para ler em diálogo

¹²² PERRONE-MOISÉS, Leyla. A crítica literária hoje. In: 5º Congresso ABRALIC: Cânone e contexto, 5, 1996, Rio de Janeiro. *Anais do Quinto Congresso ABRALIC*. Rio de Janeiro: ABRALIC, 1997. p. 85-89 (v.1)

¹²³ MIRANDA, Wander Melo. Projeções de um debate. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Rio de Janeiro, 1998, n. 4, p. 11-17.

¹²⁴ SOUZA, Eneida Maria de. A teoria em crise. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Rio de Janeiro, 1998, n. 4, p. 19-29.

ou confronto os trabalhos mencionados de Eneida Maria de Souza, Wander Melo Miranda, Luis Costa Lima e Leyla Perrone-Moisés, assim como alguns trabalhos publicados sob o tema *Literatura Comparada = Estudos Culturais?*.

CAPÍTULO 5 UMA COMUNIDADE DO DISSENSO: O DEBATE

Não se engana quem vê, na realização deste congresso, uma festa. Esse avanço conjunto e conjugado que supõe um congresso pode, na verdade, ensinar-nos sua face oculta: em primeiro lugar, a de não necessariamente progredir em relação ao passado, a de não ter um sentido evolutivo positivo, e ajustar-se, portanto, à condição de deriva ou desvio. Mas, em segundo lugar, a festa associa heterogeneidades irreconciliáveis que o são a despeito de compartilharem entre si uma base comum de convicções e convenções mesmo divergindo em outros proliferantes dissensos que dão, contudo, sentido e coerência ao próprio concílio.

Raúl Antelo – discurso de abertura do 6º Congresso ABRALIC

Vimos, até aqui, as linhas de força que impulsionam algumas vertentes do pensamento crítico, na tentativa de mapear a emergência das discussões que começam a ganhar nitidez a partir do 5º Congresso da ABRALIC. O objetivo deste capítulo é mapear diferentes posturas de intelectuais brasileiros em relação à crítica cultural contemporânea, o que configura o atual debate disciplinar no campo dos estudos literários. Partirei, portanto, de uma descrição do 6º Congresso, a partir do que empreenderei uma leitura de alguns diálogos e embates, expressivos dos diversos posicionamentos.

As inquietações acentuadas pelo temário *Cânones e contextos* e expostas nos debates em 1996 foram formalizadas, dois anos depois, na equação *Literatura Comparada = Estudos Culturais?*, tema do 6º Congresso, sediado em Florianópolis, sob a presidência de Raul Antelo. Nota-se que a subversão formal do temário, apresentado na equação, não se restringe ao tema geral. Em inúmeras mesas temáticas, encontram-se os termos do título separados pelo sinal gráfico @, marca da contemporaneidade, da sociedade da informação, das novas formas de sociabilidade e da difusão das novas tecnologias da comunicação, que promoveram uma

série de transformações na produção, circulação, recepção dos objetos estéticos, tema estudado em muitas comunicações desse evento.

Além de ter propiciado o diálogo ou embate de grande número de trabalhos, assinados por pesquisadores das mais diversas procedências, que investigam, discutem ou avaliam as relações entre a Literatura Comparada e os Estudos Culturais, o tema proposto ampliou o espaço da Associação para as políticas minoritárias e para as reflexões sobre pós-modernidade e globalização.

Embora não seja possível quantificar a ocorrência dos descritores, em função da estrutura de organização do livro de resumos, que submete a um único resumo, e às vezes a um único título, diversos trabalhos que compõem uma mesa, é possível ter a dimensão da multiplicação e da diversidade das abordagens contempladas e acolhidas por esse temário. No cotejo aleatório de títulos, podemos perceber essa diversidade: “Interzones: globalization and cyberthechnology”; “Crasch: antropologia da velocidade”; “Paraliteratura = Cultura? Emoções baratas”; “Fear of a Queer Planet: questionando os limites da diferença sexual e globalização nos estudos sexuais”; “Aspectos semióticos do discurso indígena”; “Literatura e etnicidade: fragmento do repertório judaico na composição de uma identidade americana”; “Tecnopopulismo e televisión en Argentina”; “In Nueva York: mapas (inter) culturais” e assim por diante.

A popularidade das mesas associadas a qualquer uma dessas abordagens é sintomática. Destaco a mesa “Vidas Viadas, estéticas bichas”, que não conseguiu acolher a todos os congressistas interessados em assisti-la no espaço físico reservado para a sua apresentação, na ocasião do evento. A associação entre ‘vida’ e ‘estética’ conjuga o lugar da demanda e o lugar do saber, o que resulta da democratização dos espaços acadêmicos que vem ocorrendo desde a década de 70 do século passado e que exigiu a reconfiguração das antigas abordagens críticas e o deslocamento do lugar do intelectual, enquanto sujeito

autorizado que, de fora do corpo social, conhece e decide sobre as necessidades culturais mais prementes na sociedade.

O que marca esse evento, porém, são as mais diversas formas de abordagem do debate entre a Literatura Comparada e os Estudos Culturais, sob diferentes pretextos: *Limiares do comparatismo*, mesa temática que reúne os títulos “Litterature comparée et frontières de la litterature” (de Jean Bresseé - Paris III), “O comparatismo e os discursos sobre a literatura (de Eduardo Coutinho – UFRJ), “Historicidad, literatura, estúdios culturales (de Noé Jitrik – UBA, Argentina), “Literatura Comparada e Estudos Culturais: aproximações e distanciamentos” (de Tania Franco Carvalhal – UFRGS); *Resgates e leituras: a literatura comparada no final do século*, mesa temática que reúne os trabalhos de professores da UFRGS sobre o lugar da tradição comparatista europeia e as atuais relações entre a Literatura Comparada e os Estudos Culturais; *Reivindicando os estudos da cultura*, é o título sugestivo de uma mesa que integra três trabalhos da USP e um da UBA, tanto sobre os Estudos Culturais e as relações entre as análises cultural e estética, quanto abordagens que se aproximam desses estudos; *Estudos Culturais no contexto latino-americano* compõe-se de três trabalhos da UFMG e um da FUNREI; *Estudos feministas @ Estudos Culturais*, reúne os trabalhos dos professores Cláudia de Lima Costa e Sonia Maluf, da UFSC, Sonia E. Alvarez, da Califórnia e Vera Queirós, da UFF; *Literatura Comparada @ estudos Culturais*, constituída pelos trabalhos dos professores Solange Ribeiro de Oliveira, Eliana Lourenço da Lima Reis, Lúcia Helena de Azevedo Vilela e Sandra Regina Goulard de Almeida, da UFMG, sobre o questionamento da (im) possibilidade de se harmonizar uma abordagem literária com um enfoque cultural.

O debate que aparece em comunicações isoladas, no entanto, parece ser mais pontual, inclusive no que diz respeito às marcações dos diferentes posicionamentos de alguns nomes. Escolho, assim, títulos sugestivos: “Imposturas intelectuais ou o fim das ideologias?”, de

Madalena Vaz Pinto (PUC-RJ), “Literatura Comparada e Estudos Culturais: pontos de convergência, pontos de divergência”, de Thais Flores Nogueira (UFMG); “A abordagem intelectual e os estudos pós-modernistas”, de Hilda Orquídea Hartmann Lontra (UnB); “Estudos Culturais: uma sabotagem?”, de Jerusa Pires Ferreira (PUC-SP); “O desafio dos Estudos Culturais”, de Cléa Corrêa de Mello (UFRJ); “Contra el culturalismo de los anti-estudios culturales latinoamericanos”, de Alberto Moreiras; “A tradição crítica brasileira e os Estudos Culturais”, de André Bueno (UFRJ); e “Estudos Culturais: ímpetus pós-disciplinares”, de Eneida Leal Cunha (UFBA).

Essas comunicações constituem, em geral, formas de elaboração de respostas à pergunta formulada no temário e, em certa medida, na proposta do 6º Congresso. O texto que apresenta o evento ressalta as mudanças de enfoque da Literatura Comparada nos anos 90, pelo deslocamento positivo de seu eixo gravitacional da Europa para o Novo Mundo, mas destaca o fato de que, na América Latina, “a emergência dos Estudos Culturais representa a conversão da agenda acadêmica aos parâmetros dos centros norte-americanos”. Nesse sentido, propõe-se pensar “em que medida e extensão podem ser formuladas alternativas que redefinam o contraponto entre discursos globais (sejam estes neoliberais ou pós-coloniais) e práticas locais (sejam elas particulares ou universalistas)”.¹²⁵ Investirei, portanto, nas diversas possibilidades de respostas ou reações aos estímulos da pergunta e da proposta do evento.

Inicialmente, trago a esse espaço duas comunicações publicadas no 4º número da Revista Brasileira de Literatura Comparada, divulgada na ocasião do 6º Congresso. Vale ressaltar que esse número da revista, publicado pela diretoria da ABRALIC de Santa Catarina, pode ser lido como um suplemento ao debate proposto pelo temário.

¹²⁵ 6º Congresso ABRALIC: Literatura Comparada= Estudos Culturais?, 6., 1998, Santa Catarina. *Caderno de resumos*. Santa Catarina: ABRALIC, 1998. p. 5

Os artigos “Projeções de um debate”, de Wander Melo Miranda, e “A Teoria em crise”, de Eneida Maria de Souza, expressam dois posicionamentos afins, enquanto ramificações do debate que se configurou no 5º Congresso, em torno da temática *Cânones e contextos*. A tônica desses artigos na avaliação do desconforto provocado pela mudança de enfoque dos estudos literários é o redimensionamento dos limites disciplinares promovido pela aproximação dos Estudos Culturais no campo das ciências humanas.

Wander Melo Miranda parte da publicação, no caderno “Mais!”, da *Folha de São Paulo*, em 25 de agosto de 1996, do artigo de Leyla Perrone-Moisés “Que fim levou a crítica literária?”, cujo título, segundo ele, expressa as indagações de parte expressiva dos profissionais da área de Literatura no Brasil¹²⁶. O artigo funciona como um pretexto estimulante para avaliar criticamente a ansiedade em manter-se um espaço disciplinar fechado, garantindo o domínio do objeto com o intuito de refletir sobre as reconfigurações que promovem, no interior do campo dos estudos literários, a aproximação dos Estudos Culturais.

O autor ressalta, portanto, a lógica suplementar, – “no sentido derridiano do termo”¹²⁷ – que os Estudos Culturais instauram na cena literária e cultural da contemporaneidade. Não é por acaso que Eneida Leal Cunha afirma, em consonância com Wander Melo Miranda, que a Literatura Comparada, atualmente, não existe como integrante complementar das disciplinas de literatura, mas vem penetrando suplementarmente seus domínios”.¹²⁸ É significativo, portanto, que nem os Estudos Culturais, nem a Literatura Comparada constituam departamentos autônomos nas universidades. Essas rubricas, segundo Wander:

¹²⁶ MIRANDA, Wander Melo. Projeções de um debate. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Florianópolis, 1998, nº4, p. 11-17.

¹²⁷ *Idem.*, p. 13.

¹²⁸ CUNHA, Eneida Leal. Literatura Comparada: alternativa institucional ou contingência finissecular?. In: CUNHA, Eneida Leal; SOUZA, Eneida Maria de (orgs.). *Literatura Comparada: ensaios*. 1996 p. 21.

Definem antes programas de pós-graduação ou projetos de pesquisa, que transcendem territórios disciplinares muito marcados academicamente, absorvendo profissionais de distintas subáreas de Letras e afins, na sua maioria provenientes do ensino de Teoria da Literatura e literaturas nacionais.¹²⁹

Sem integrar-se complementarmente ao conjunto das disciplinas do campo da literatura, os Estudos Culturais provocam o abalo nesse campo, trazendo questões que não poderiam nascer de um interior disciplinar fechado¹³⁰. O ato de dar visibilidade às relações da literatura com o poder e com o mercado, e o ato de erguer textos marginais, revertendo a ordem canônica, não poderiam ser operados do interior de uma disciplina que trabalha com a noção de cânone como um conjunto de obras literárias eleitas a partir de um conjunto de padrões estéticos. Como vimos no segundo capítulo desta dissertação, o gesto metodológico de desierarquização do objeto literário que Silviano Santiago prescreve, foi operado por um antropólogo, confirmando os efeitos positivos da dissolução dos limites disciplinares ou da interseção desses campos.

Mas é justamente contra esses efeitos de desconstrução da estabilidade dos territórios disciplinares, positivos para uma vertente do pensamento crítico, que Luiz Costa Lima e Leyla Perrone-Moisés se insurgem no 5º Congresso da ABRALIC. Ambas as comunicações constituem reivindicações em favor do cânone e adotam o mesmo tom de veemência contra a força de uma vertente não canônica, que começa a se tornar hegemônica no cenário crítico.

A principal preocupação de Costa Lima é o lugar marginal que ficou reservado à Teoria da Literatura no contexto das novas abordagens críticas que, para ele, definir-se-iam como análises desprovidas de considerações de método, delimitações de objeto ou horizonte conceitual. Desse diagnóstico resulta o qualificativo ‘vale-tudo’,¹³¹ atribuído pelo autor a

¹²⁹ MIRANDA, Wander Melo. Projeções de um debate. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Florianópolis, 1998, nº4, p. 11-17. p. 14

¹³⁰ CUNHA, Eneida Leal. Literatura Comparada e Estudos Culturais: ímpetos pós-disciplinares. In: ANDRADE, Ana Luiza *et alli* (org.). *Leituras do Ciclo*. Florianópolis: ABRALIC; Grifos, 1999. p. 99-105

¹³¹ 5º Congresso ABRALIC: Cânones e contextos, 5., 1996, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: ABRALIC, 1997. v. 1, p. 83

essas abordagens. O que ele depreende do estado de desconfiança da crítica em relação à teoria é uma a-teorização, um apagamento do labor intelectual em favor de uma festividade crítica que não obedece a nenhum parâmetro de análise.

É preciso estar atento, em primeiro lugar, ao caráter contingente das transformações que demandam uma nova postura em relação à teoria. Eneida Maria de Souza, no artigo “A crise da teoria”, publicado na *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, faz uma breve genealogia dos atuais acontecimentos do cenário crítico, localizando a crise específica do campo literário na correnteza de uma série de transformações que promoveram a diluição das fronteiras disciplinares e de objetos de estudo específicos no contexto mais abrangente das ciências humanas.

A resistência a essas transformações, por parte da comunidade acadêmica, deve-se, segundo Eneida Souza, à dimensão da herança francesa nas disciplinas de Teoria da Literatura. Daí deriva a acusação de ecletismo à crítica contemporânea e a reivindicação de que devem ser respeitados determinados pressupostos teóricos. Segundo a autora, porém:

A defesa de uma teoria que poderia se impor como única e exclusiva não se sustenta mais no atual espaço acadêmico, pela natureza plural das tendências críticas. Se a sociologia atua como disciplina e dialoga com a teoria construtivista de Schmidt, a filosofia, com os princípios teóricos de Luiz Costa Lima e a semiologia, com as posições de Leyla Perrone-Moisés e de Antoine Compagnon, outros campos de saber poderão continuar a manter o diálogo com os estudos literários e culturais. O perigo é acreditar que a verdade se define pela exclusividade e singularidade desta ou daquela disciplina. Se as fronteiras disciplinares não mais se sustentam em termos absolutos, a defesa de posições radicais só irá comprovar a dificuldade de se conviver com os lugares indefinidos do próprio saber.¹³²

Lidar com essa indefinição e instabilidade do saber, portanto, não implica a desconsideração de métodos. Ao contrário do que expressa uma vertente do pensamento crítico brasileiro, não se postula ou pratica o abandono do rigor teórico, mas a consideração de novos operadores e de novas teorizações, paralela à eleição de objetos de investigação até

¹³² SOUZA, Eneida Maria de. A teoria em crise. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Florianópolis, 1998, n°4, p. 19-29. p. 28

então ignorados pela crítica no campo das Letras. Fora de um espaço disciplinar fechado, cada estudo pede novas considerações de método e novos horizontes teóricos.

Um outro aspecto do debate disciplinar que divide as opiniões da vertente crítica tradicional e da vertente crítica contemporânea gira em torno do estatuto do valor estético como critério de avaliação. No 5º Congresso, aproveitando a abertura proporcionada pelo tema, *Cânones e Contextos*, Leyla Perrone-Moisés expõe a necessidade de se preservar o julgamento estético como condição de possibilidade da crítica enquanto saber. Segundo ela: “inexistindo, na pós-modernidade, critérios de julgamento e hierarquia de valores consensuais, a atividade crítica se torna extremamente problemática”.¹³³ Aproveito a genealogia do termo crítica, à qual recorre Leyla Perrone-Moisés na tentativa de fundamentar sua argumentação, para desenvolver um raciocínio contrário. Se *krinein* implica o juízo, mas como ela mesma ressalta, o juízo reflexivo e não determinante, e ainda, desprovido de preconceitos e baseado em argumentação, o que impossibilita a atividade crítica é a existência do cânone enquanto referência e, como tal, definidor de pré-conceitos, de juízos dados de antemão.

Lançando mão do mesmo dispositivo, recorro a etimologia do verbo ‘julgar’. O termo latino *judico* carrega as seguintes acepções: “proferir, pronunciar sentença em juízo, avaliar, ponderar, emitir opinião sobre ação ou acontecimento”.¹³⁴ O que se observa é que as acepções ‘avaliar’, ‘ponderar’ e ‘emitir opinião’ ultrapassam os limites do estabelecimento de um juízo de valor negativo ou positivo a respeito de algo, o que fundamenta as hierarquias entre os objetos culturais. Com carga semântica diferente da prevista por Perrone-Moisés, o termo crítica, que define as abordagens contemporâneas no campo dos estudos literários, pressupõe a avaliação não preconceituosa e baseada na argumentação que, por sua vez, irá

¹³³ 5º Congresso ABRALIC: Cânones e contextos, 5., 1996, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: ABRALIC, 1997. v. 1, p. 87

¹³⁴ JULGAR. In: Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

determinar a desierarquização dos objetos. A crítica cultural contemporânea desvia o olhar do cânone enquanto referência e abre um espaço para reflexões, argumentações e avaliações que não incidem em critérios estéticos consensualmente concebidos. Ao contrário do que afirma Leyla Perrone-Moisés, entretanto, essas argumentações não visam a substituição de um cânone por outro, mas a desestabilização do modelo.

Voz bastante dissonante da de Leyla Perrone, no contexto da crítica brasileira, Eneida Maria de Souza, no texto “O não-lugar da literatura”, publicado na coletânea organizada pela ABRALIC, – *Leituras do Ciclo* – reunindo trabalhos apresentados no 6º Congresso, propõe “refletir sobre um dos possíveis lugares ocupados pela literatura, entendida na sua condição de produto ideológico e fruto de espírito de classe, uma vez que a sua legitimação é dada pelo gesto burguês.”¹³⁵ Estão em questão, portanto, os signos de distinção que, conforme desenvolve Nestor Garcia Canclini em “Das utopias ao mercado”, são permanentemente ativados por cada campo cultural.¹³⁶ No âmbito do literário, noções como valor estético e autonomia estética – ambas construídas pela modernidade cultural –, foram erigidas pela tradição crítica à condição de forte moeda simbólica. É na forma de uma pergunta provocativa, entretanto, que essa questão é trazida, no texto de Eneida Souza:

A posição elitista da crítica, desprovida de pudor e disposta a retomar o desgastado binarismo referente à classificação literária, que diferencia a alta da baixa literatura, não estaria ensaiando uma forma de poder de classe, que, uma vez enfraquecida, mais se empenha no desejo de reativá-la?¹³⁷

As dimensões do debate disciplinar analisadas por Eneida Souza expõem as fragilidades das reivindicações pela hegemonia do discurso crítico e pela autonomia do valor estético. Em primeiro lugar, apresenta-se o debate em torno das desierarquizações dos objetos como algo ultrapassado, que data dos questionamentos da noção de arte ligada ao museu e da

¹³⁵ SOUZA, Eneida Maria de. O não-lugar da literatura. In: ANDRADE, Ana Luiza *et alli* (org.). *Leituras do Ciclo*. Florianópolis: ABRALIC; Grifos, 1999. p. 108

¹³⁶ CANCLINI, Nestor. Das utopias ao mercado. In: id. *Culturas híbridas*. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1998. p. 67-98

¹³⁷ SOUZA, *op. cit.* p. 112

valorização de outras manifestações culturais, pelas vanguardas artísticas do início do século passado. Em segundo lugar, acentua-se o caráter pouco rentável da resistência à diluição das fronteiras disciplinares que podem render bons frutos à atividade crítica no que diz respeito à convivência de materiais analíticos e teóricos oriundos de diferentes territórios disciplinares.

Dentre as estratégias – expostas por Eneida Souza – para manter a legitimidade do lugar específico do literário em relação a outros objetos culturais, especialmente àqueles ligados à cultura de massa, uma vale a pena ser destacada por estabelecer um diálogo com a intervenção de Leyla Perrone-Moisés: a supervalorização humanística da literatura.¹³⁸ Segundo Leyla Perrone, quando a literatura se dilui na cultura, “passa a ser vista *apenas* como expressão, reflexo, sintoma, e perde sua função de conhecimento, de crítica do real e proposta indireta (estética) de alternativas para o mesmo.” (grifo meu)¹³⁹

Para finalizar este capítulo, pretendo focalizar o temário do 6º Congresso, a partir de uma comunicação que se constitui como uma análise crítica da pergunta: Literatura Comparada = Estudos Culturais?. A comunicação intitulada “Literatura Comparada e Estudos Culturais: ímpetos pós-disciplinares”, de Eneida Leal Cunha, parte de um texto de Fredric Jameson sobre os Estudos Culturais, para estabelecer um paralelo entre esses estudos e a Literatura Comparada que se firmou na última década aqui no Brasil, tendo em vista a impossibilidade de definição disciplinar desses dois campos do saber.

A autora identifica duas posturas diante desse acontecimento: uma implica na “pulsão herdada para recortar, classificar, hierarquizar, distinguir o nome próprio do impróprio”¹⁴⁰ – que se expressa, em nossa área, especialmente na vertente crítica mais

¹³⁸ SOUZA, Eneida Maria de. O não-lugar da literatura. In: ANDRADE, Ana Luiza *et alli* (org.). *Leituras do Ciclo*. Florianópolis: ABRALIC; Grifos, 1999. p. 110

¹³⁹ 5º Congresso ABRALIC: Cânones e contextos, 5., 1996, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: ABRALIC, 1997. v. 1, p. 86

¹⁴⁰ CUNHA, Eneida Leal. Literatura Comparada e Estudos Culturais: ímpetos pós-disciplinares. In: ANDRADE, Ana Luiza *et alli* (org.). *Leituras do Ciclo*. Florianópolis: ABRALIC; Grifos, 1999. p. 100

incomodada, ansiosa e desconfortável com a diluição das fronteiras disciplinares da Literatura Comparada – e outra resulta na atitude afirmativa diante da emergência e desenvolvimento de dois campos do saber. Lidar positivamente com as abordagens críticas que se aproximam dos chamados Estudos Culturais, e que hoje se encontram em evidência, implica em analisar as suas condições de possibilidade, a sua atuação no presente dos estudos literários e os deslocamentos que esses enfoques operam nas configurações de disciplinas instituídas.

O traçado panorâmico da prática comparatista no Brasil, nos primeiros seis Congressos da ABRALIC, deu a perceber a diversidade de abordagens e objetos vindos de diferentes campos disciplinares, nas últimas décadas, abrigados sob a égide da Literatura Comparada. “Por essa amplitude de interesses e pela insistência com que ultrapassa fronteiras instituídas”, Eneida Leal Cunha arrisca a possibilidade de admitir que “sob o guarda-chuva da Literatura Comparada abrigam-se, por aqui, as insatisfações com os limites disciplinares, e não só oriundas do campo das Letras”.¹⁴¹ Assim, a autora “estende” à Literatura Comparada no Brasil, a condição, já atribuída por Jameson aos Estudos Culturais, de pós-disciplinaridade, sem deixar de observar que:

Muito do que se tem produzido aqui na nossa peculiar Literatura Comparada, submete-se explicitamente ao rótulo de Estudos Culturais, mas isso é muito pouco para assegurar-lhe uma função pós-disciplinar. Para tanto, além de transformar a insatisfação em eficácia desconstrutora da ordem disciplinar instituída – através do trabalho de sua decomposição, reavaliação, transvalorização e transformação – é preciso, parece-me, que simultaneamente se extrapolem os limites da própria questão disciplinar e da atividade intelectual tal qual se definiram nas academias modernas, lúcidas mas confinadas ao diálogo entre pares. É preciso também violar essas fronteiras, e buscar estar a altura de alianças eficazes – participação contigüidade – com outros grupos sociais, com aqueles – aquilo – que muitas vezes elegemos, à distância, como nossos objetos de interesse intelectual.¹⁴²

¹⁴¹ CUNHA, Eneida Leal. Literatura Comparada e Estudos Culturais: ímpetus pós-disciplinares. In: ANDRADE, Ana Luiza *et alli* (org.). *Leituras do Ciclo*. Florianópolis: ABRALIC; Grifos, 1999. p. 104

¹⁴² *Ibid.*, . p. 105

Os Congressos da ABRALIC – destaque aqui o de Salvador¹⁴³, que embora não esteja integrado ao corpus desta dissertação, está indiretamente presente no processo de escrita dessas linhas – podem representar uma abertura tanto para se contornar o modelo de atividade intelectual definido pelas academias modernas, quanto para buscar as ‘alianças eficazes’, através da programação das atividades do evento, que extrapolam a apresentação das comunicações.

¹⁴³ Dois acontecimentos do 7º Congresso são expressivos dessas alianças. O primeiro deles é a escolha dos nomes de Silvano Santiago e Stuart Hall – de destaque na crítica cultural brasileira e nos Estudos Culturais britânicos, respectivamente – para proferir as conferências de abertura do evento. O segundo foi a escolha do grupo afro Ilê Ayê – de grande expressividade na cena cultural baiana e nos debates sobre a problemática racial – para apresentar um show, na festa de comemoração da abertura do Congresso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento – constituído por leitura, classificação e análise – dos resumos das comunicações dos seis primeiros congressos da ABRALIC apresenta, em panorama, um quadro amplo das questões que, atualmente, encontram-se em evidência e em debate no cenário da crítica literária. O estatuto do objeto desse campo do saber; sua relação com outros objetos culturais; as atuais interseções da área de Letras com outros saberes afins e as implicações disso na delimitação de um espaço disciplinar específico; a operacionalidade ou a ineficácia de se considerar a existência das especificidades disciplinares, entre outras questões de menor relevo ou incidência, estão presentes nos resumos mapeados e vêm ocupando uma parte crescente das discussões agendadas para os Congressos da ABRALIC.

Ficou visível, na leitura dos resumos, que essas questões vêm à cena especialmente com a intensificação do diálogo ou dos trânsitos entre o corpo social e o espaço acadêmico, na contemporaneidade. Um grande número de propostas de comunicações – não assinadas pelos nomes já conhecidos do cenário da crítica literária – começou a ocupar os espaços da Associação, forçando a reconfiguração do perfil disciplinar da Literatura Comparada, através da ampliação do horizonte teórico e do plano de objetos, ou através da diversificação incontrolada das abordagens.

As forças que operam as transformações na configuração disciplinar da Literatura Comparada na ABRALIC provêm de dois lugares distintos. O primeiro deles é ocupado por intelectuais de uma vertente crítica aqui genericamente identificada como de extração estruturalista e pós-estruturalista – embora esteja ciente de sua diferenciação interna –, que procedeu à passagem da focalização textual quase exclusiva para a investigação e avaliação do contexto histórico e cultural mais amplo, na correnteza de uma série de acontecimentos que marcam a democratização dos campos culturais no Brasil. O segundo é ocupado por um

contingente de estudantes, vindos de diferentes extratos sociais, que passaram a habitar os espaços da universidade brasileira, desde a política de expansão do ensino universitário, promovido pela ditadura militar. Esse contingente, tendo já chegado aos cursos de pós-graduação, na condição de mestrando ou doutorandos, começa a compor grande parte do conjunto de congressistas da ABRALIC, na medida do progressivo aumento do número de participantes nesses eventos, o que, por sua vez, é proporcional à multiplicação da diversidade dos temas e abordagens e ao acirramento do debate.

Observa-se, no campo dos estudos literários, um inevitável deslocamento da hegemonia no discurso acadêmico e o conseqüente desprestígio, na ABRALIC, de determinadas abordagens, vinculadas a correntes mais resistentes às mudanças. Entender esse acontecimento nesses termos torna-se ainda mais claro quando levamos em conta que as ciências humanas, ao contrário das ciências exatas, se desenvolvem com a convivência simultânea de diversos paradigmas.¹⁴⁴ Embora não recorram à dicotomia entre verdadeiro e falso, que legitima, numa lógica diacrônica, os diferentes paradigmas das ciências exatas, a convivência de paradigmas nas ciências humanas não é pacífica, como vimos no último capítulo desta dissertação. O poder que reveste o discurso de verdade é mais visível nesses saberes que não têm parâmetros lógicos, exatos de análise, mas que têm como recurso persuasivo, explicitamente, a retórica.

Os discursos em torno da legitimidade do valor estético, portanto, que se encontram no cerne de todo o debate disciplinar, escamoteiam ou explicitam o recurso da persuasão, enquanto matéria dos estudos literários. As duas atitudes marcam os diferentes posicionamentos em relação às discussões: escamotear a retórica, revestindo-a de uma suposta verdade ou universalidade para afirmar o cânone literário, ou explicitar os lugares de fala,

¹⁴⁴ LIMA, Rachel Esteves. A crítica cultural na Universidade. In: SOUZA, Eneida Maria de, MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Navegar é preciso viver*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Salvador: EDUFBA, Niterói: EDUFF, 1997. p. 171. Referência a Thomas Kuhn em *A estrutura das revoluções científicas*.

salientar a presença de uma subjetividade no discurso, como insiste, com razão, a vertente da crítica cultural contemporânea.

Embora esse mapeamento inicial não tenha descido à análise mais vertical dos textos dos Anais, algumas inferências em relação à crítica literária e à crítica cultural nos congressos da ABRALIC já prepararam o terreno para possíveis desdobramentos em investigações posteriores. Esta dissertação se constitui, portanto, como possibilidade de múltiplas ramificações.

ABSTRACT

This paper intends to chart the Brazilian literary criticism as shown in the works presented at the congresses of the ABRALIC – Associação Brasileira de Literatura Comparada. Such mapping has come out from the study of the paper summaries presented at the first six congresses, aiming two purposes. The first was to identify the outcome of a contemporary cultural criticism inside ABRALIC, something that happened since the first congress. The second purpose was to evaluate the driving forces in the several parts of the disciplinary debate which results of the growing importance of contemporary cultural criticism in the field of literary studies. Those summaries were read, mapped and classified to become the basic material for an analysis of the several slopes of the criticism trends in the six focused congresses. As these data were ready to be handled, an appreciation of the diversity of approaches was proceeded, as to objectives and theoretical horizons under the label Comparative Literature – and also to appreciate the different standpoints of the workers in the area of Literature in face of such diversity.

Keywords: ABRALIC, Comparative Literature, Criticism, Cultural Studies

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS CRÍTICAS E TEÓRICAS:

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, 395 p.

BITTENCOURT, Gilda Neves da Silva. “A Literatura Comparada no Brasil”. In: *Organon: Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 10, n. 24, p. 35-42, 1996.

BORGES, Jorge Luis. “Kafka y sus precursores”. In: *Obras Completas (1923-1972)*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1974. p. 710-712.

BORGES, Jorge Luis. “Pierre Menard, autor do Quixote”. In: *Ficções*. Porto Alegre: Globo, 1970, p.54-64.

BRUNEL, Pierre, PICHOIS, Claude, ROUSSEAU, André-Michel. *Que é Literatura Comparada?*. São Paulo: Perspectiva: EDUSP; Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1990. (Coleção Estudos; 115).

CANCLINI, Nestor Garcia. “Das utopias ao mercado”. In: *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 1998. 31-66.

CARVALHAL, Tânia Franco. “Dez anos de ABRALIC (1986-1996): elementos para a sua história”. In: *Organon: Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 10, n. 24, p. 15-23, 1996.

CARVALHAL, Tânia Franco. *Literatura Comparada*. São Paulo: Ática, 1986. 88 p. (Série Princípios).

CHÂTELET, Françoise *et alli*. “O Estado em questão”. In: *História das idéias políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 353-393.

CLASTRES, Pierre. “A sociedade contra o Estado”. In: *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 133-152.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 305 p.

COUTINHO, Eduardo Faria. “Do uno ao diverso: breve histórico crítico do comparativismo”. In: *Organon: Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 10, n. 24, p. 25-33, 1996.

CUNHA, Eneida Leal. “Leituras da dependência cultural”. In: SOUZA, Eneida Maria de, MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Navegar é preciso viver: escritos para Silviano Santiago*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Salvador: EDUFBA, Niterói: EDUFF, 1997. p. 126-139.

_____. “O entre-lugar de Silviano Santiago”. *Correio Brasiliense*. Brasília.

_____. Notas de aula. LET 685 – Estudos Culturais. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Salvador, UFBA, Inst. de Letras, 2002/1.

_____. Literatura Comparada: alternativa institucional ou contingência finissecular?. In: CUNHA, Eneida Leal; SOUZA, Eneida Maria de (orgs.). *Literatura Comparada: ensaios*. 1996 p. 19-25

DELEUZE, Gilles. “Platão e o simulacro”. In: *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 259-271.

_____. “Sobre as sociedades de controle”. In: *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 219-226.

_____. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988. 142 p.

FOUCAULT, Michel. “Soberania e disciplina”. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 179-191.

_____. *A Arqueologia do saber*. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. 239 p.

_____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 7 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 79 p.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Lisboa: Portugália Editora, 1966. 502 p.

HOISEL, Evelina. “Silviano Santiago e a disseminação do saber”. In: SOUZA, Eneida Maria de, MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Navegar é preciso viver: escritos para Silviano Santiago*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Salvador: EDUFBA, Niterói: EDUFF, 1997. p. 43-49.

HUYSSSEN, Andréas. *Memórias do modernismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, 254p.

JAMESON, Fredric. “Sobre os Estudos de Cultura”. In: *Novos estudos*, CEBRAP, n. 39, p. 11-48, julho 1994.

LIMA, Rachel Esteves. “A crítica cultural na Universidade”. In: SOUZA, Eneida Maria de, MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Navegar é preciso viver: escritos para Silviano Santiago*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Salvador: EDUFBA, Niterói: EDUFF, 1997. p. 170-183.

LIMA, Rachel Esteves. *A crítica literária na universidade brasileira*. 1997. 323 f. Tese (Doutorado em Letras – Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LYOTARD, Jean François. “Notas sobre os sentidos do pós”. In: *O pós-moderno explicado às crianças*. Lisboa: D. Quixote, s/d, p. 93-98.

LYOTARD, Jean François. “Reescrever a modernidade”. In: *O Inumano: considerações sobre o tempo*. Lisboa: Estampa, 1990, p. 33-43.

MACHADO, Roberto. “Por uma genealogia do poder: introdução”. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981. 218 p.

MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Navegar é preciso viver*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Salvador: EDUFBA, Niterói: EDUFF, 1997. p. 170-183.

MOREIRAS, Alberto. *A exaustão da diferença: a política dos Estudos Culturais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. 405 p.

MORICONI, Ítalo. *Ana Cristina César: o sangue de uma poeta*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. (Perfis do Rio, 14), 150p.

NITRINI, Sandra. *Literatura Comparada: história, teoria e crítica*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2000. 300 p.

REIS, Roberto. “Cânon”. In: José Luis Jobim (org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992. p. 65-92.

SANTIAGO, Silviano. “Democratização no Brasil – 1979-1981: Cultura versus Arte”. In: ANTELO, Raul *et al.* (Org.). *Declínio da arte, ascensão da cultura*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1998. p. 11-23.

_____. *Uma literatura nos trópicos*. 2ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 9-26.

_____. *Nas malhas da letra*. São Paulo: Companhia das Letras: 1989. 235 p.

SOUZA, Eneida Maria de. *Crítica Cult*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 176 p.

SOUZA, Eneida Maria de. O não-lugar da literatura. In: ANDRADE, Ana Luiza *et alli* (org.). *Leituras do Ciclo*. Florianópolis: ABRALIC; Grifos, 1999. p. 99-105

MATERIAL DA ABRALIC

Livros de Resumos

1º Congresso ABRALIC: Intertextualidade e interdisciplinaridade, 1., 1988, Porto Alegre. *Contraponto*: boletim semestral da Associação Brasileira de Literatura Comparada. Porto Alegre: ABRALIC, 1988. 54 p.

2º Congresso ABRALIC: Literatura e memória cultural, 2., 1990, Belo Horizonte. *Contraponto*: boletim semestral da Associação Brasileira de Literatura Comparada. Belo Horizonte: ABRALIC, 1990. 90 p.

3º Congresso ABRALIC: Limites, 3., 1992, Niterói. *Contraponto*: boletim semestral da Associação Brasileira de Literatura Comparada. Niterói: ABRALIC, 1992. 96 p.

4º Congresso ABRALIC: Literatura e diferença, 4., 1994, São Paulo. *Caderno de resumos*. São Paulo: ABRALIC, 1994. 131 p.

6º Congresso ABRALIC: Literatura Comparada= Estudos Culturais?, 6., 1998, Santa Catarina. *Caderno de resumos*. Santa Catarina: ABRALIC, 1998. 114 p.

Anais

1º Congresso ABRALIC: Intertextualidade e interdisciplinaridade, 1., 1988, Porto Alegre. *Anais*. Porto Alegre: ABRALIC, 1988. 3 v.

2º Congresso ABRALIC: Literatura e memória cultural, 2., 1990, Belo Horizonte. *Anais*. Belo Horizonte: ABRALIC, 1991. 3 v.

3º Congresso ABRALIC: Limites, 3., 1992, Niterói. *Anais*. São Paulo: EDUSP; Niterói: ABRALIC, 1995. 2 v.

4º Congresso ABRALIC: Literatura e diferença, 4., 1994, São Paulo. *Anais*. São Paulo: ABRALIC, 1995. 1108 p.

5º Congresso ABRALIC: Cânones e contextos, 5., 1996, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: ABRALIC, 1997. 3 v.

6º Congresso ABRALIC: Literatura Comparada= Estudos Culturais?, 6., 1998, Santa Catarina. *Anais*. Santa Catarina: NELIC, 1999. 1 CD-ROM

Revistas

Revista Brasileira de Literatura Comparada. Niterói: ABRALIC, 1991 -. Biental.